



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO**

AIALA COLARES DE OLIVEIRA COUTO

NARCOTRÁFICO NA METRÓPOLE:
das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém

**Belém
2010**

AIALA COLARES DE OLIVEIRA COUTO

NARCOTRÁFICO NA METRÓPOLE:
das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento do Desenvolvimento como requisito para a obtenção do título de Mestre em planejamento do desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.
Orientador: Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento.

Belém
2010

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Couto, Aiala Colares de Oliveira.

Narcotráfico na Metrópole: das redes ilegais a “territorialização perversa” na periferia de Belém / Aiala Colares de Oliveira Couto; orientador Durbens Nascimento. – 2010.

167 f.: il; 30 cm.

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento. Belém, 2010.

1. Narcotráfico – Controle – Belém (PA). 2. Territorialidade – Belém (PA). 3. Violência Urbana - Belém (PA). 4. Tráfico de drogas - Belém (PA). 5. Narcóticos – Controle – Belém (PA). I. Nascimento, Durbens, orientador. II. Título.

CDD 21 ed. 363.45098115

AIALA COLARES DE OLIVEIRA COUTO

NARCOTRÁFICO NA METRÓPOLE:
Das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento do Desenvolvimento requisito para a obtenção do título de Mestre em planejamento do desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Data da Aprovação: ____/____/____

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento

Orientador - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Nirvea Ravena

Examinador - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Maria Goretti Tavares

Examinador - Faculdade de Cartografia e Geografia - FACGEO
Universidade Federal do Pará

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que foram vítimas da violência do tráfico de drogas e da violência do Estado que permite com que seus jovens sejam incorporados à rede social do crime.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus minha fonte de sabedoria que nos momentos de dificuldades iluminou-me e deu-me forças para caminhar e não desistir de concluir este trabalho, mesmo com todas as dificuldades encontradas.

À minha família pela paciência em pelos momentos de compreensão pela minha ausência nos momentos em que mais precisaram da minha presença, em especial à minha mãe Dilma Colares e minha filha Ailana Talissa.

Aos meus amigos que muito contribuíram e confiaram no meu potencial para a pesquisa; Bruno Malheiros, grande mestre e amigo, Rogério Rego, Beatriz Vilar, Odimar Melo e claro aos meus colegas do PLADES/2008 Armando e Leonardo.

À equipe da Biblioteca do NAEA pelo apoio e paciência pelo tempo tomado nas horas em que estava pesquisando, em especial a Andréia pela correção das ABNT.

À Roseane da lojinha, pela correção gramatical e pela simplicidade em me receber sempre que precisei, fico grato por todo o apoio recebido.

À equipe do Departamento de Estatística da Polícia Civil que me forneceu os dados e me recebeu com toda a humildade e o interesse em querer contribuir, a eles serei eternamente grato.

Aos professores e amigos, Marcio Marcondes, Jorge França, Fernando Moraes, Jurueno Sampaio e Adilson Santos, pelo companheirismo e confiabilidade que depositaram neste trabalho e por todos os momentos de distração que nos foram proporcionados e que me serviram de reflexão na maioria das vezes.

Ao Wellington Souza, que contribuiu para este projeto através da confecção dos mapas e toda a equipe da sala 205 do NAEA.

Às minhas amigas bolsistas do Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED), Regiane e Gisele, pelo companheirismo e paciência nas horas em que estive na sala digitando o trabalho.

Ao meu orientador Durbens Nascimento pela confiança, amizade e dedicação nas conversas que foram produtivas e que muito interessaram à pesquisa.

À professora Maria Goretti Tavares pela discussão na disciplina Redes e Organização do Território que serviu de base teórica para este trabalho. E a professora Nírvea a Ravena, pela críticas realizadas na qualificação que muito me abriram os olhos para esta questão.

Enfim, ao meu amigo Márcio Nascimento, no qual se disponibilizou para me acompanhar na visita de campo para a realização das fotos e todos aqueles que de forma direta ou indireta tiveram grande contribuição no andamento da pesquisa.

RESUMO

A expansão do crime organizado em escala global, sobretudo, atrelado ao narcotráfico vem contribuindo nos últimos anos para que a Amazônia seja inserida na lógica de organização das redes ilegais. Assim, a sua localização geográfica juntos aos principais produtores de cocaína e ao mesmo tempo a sua proximidade em relação aos mercados da Europa e EUA despertam o interesse da economia do tráfico de drogas. Por outro lado, a droga que atravessa a Amazônia também abastece os mercados locais de suas metrópoles, a exemplo de Belém, aonde o narcotráfico vem se espacializando e se territorializando em áreas periféricas da cidade, envolvendo a metrópole na dinâmica econômica da geografia do crime organizado. Assim, os bairros periféricos do Guamá e da Terra Firme, abarcados pela bacia do Tucunduba, estão envolvidos por uma espécie de territórios-rede em que o tráfico local está associado às redes do tráfico global, e ao mesmo tempo, em escala local, convivem com a presença de territórios-zona, onde o tráfico se fecha para comandar sua atuação. Nesse sentido, a criminalidade vem se expandindo na forma de uma territorialização perversa, pois o tráfico de drogas impõe os seus limites pelo uso força e pela lógica do medo como estratégias de dominação.

Palavras-chave: Narcotráfico. Amazônia. Redes. Território. Violência.

ABSTRACT

The expansion of the crime organized in global scale, over all, atrelado to the drug trafficking comes in recent years contributing so that the Amazônia is inserted in the logic of organization of the illegal nets. Thus, its geographic localization together to the main cocaine producers and at the same time its proximity in relation to the markets of the Europe and U.S.A. despertam the interest of the economy of the traffic of drugs. On the other hand, the drug that also crosses the Amazônia supplies the local markets of its metropolises, the example of Belém, where the drug trafficking comes if especializando and if territorializando in peripheral areas of the city, involving the metropolis in the economic dynamics of the geographic one of the organized crime. Thus, the outlying areas of the Guamá and the Firm Land, accumulated of stocks for the basin of the Tucunduba, are involved for a species of territory-net where the local traffic is associated the nets of the global traffic, and at the same time, in local scale, they coexist the territory-zone presence, where the traffic if closes to command its performance. In this direction, crime comes if expanding in the form of a perverse territorialização, therefore the traffic of drugs imposes its limits for the use force and the logic of the fear as domination strategies.

Keywords: Drug Trafficking. Amazon. Networks. Territory. Violence.

(Refrão)

Jovem, preto, novo, pequeno.

Falcão fica na laje de plantão no sereno.

Drogas, armas, sem futuro.

Moleque cheio de ódio invisível no escuro, puro.

É fácil vir aqui me mandar matar, difícil é dar uma chance a vida.

Não vai ser a solução mandar blindar.

O menino foi pra vida bandida.

Desentoca, sai da toca, joga à vera.

O choro é de raiva, de menor não espera, a laje é o posto, imagem do desgosto, tarja preta na

cara para não mostrar o rosto.

Vai, isqueiro e foguete no punho.

Quem vai passar a limpo a sua vida em rascunho.

Cume envenenado pra poder passar a hora.

Vive o agora, o futuro ignora.

O amargo do sangue, tá na boca.

Vivendo o dia-a-dia, descobre que sua esperança é pouca.

moleque vende, garoto compra, pirralho atira, menino tomba.

Mete Bronca, entra no caô pra ganhar.

joga no ataque, se defende com AK.

Pupila dilatada, dedo amarelo, jovem guerrilheiro no seu mundo paralelo, bate o martelo.

acabou de condenar, julgamento sem defesa, quem é réu vai chorar, vai babar.

Por que o coração não bate mais, agora quer correr a frente, não correr atrás.

Idade de Criança, responsa de adulto, mente criminosa enquanto a alma veste o luto, puto.

Por dentro, faz o movimento, raciocínio lento e o extinto sempre atento.

Não perde tempo, vem fácil, morre cedo, descontrolado, intitulado a voz do medo, vitima do

gueto, universo preto.

Vida é o preço e pela vida largo o gueto.

(trecho da música falcão meninos do tráfico – Mv Bill).

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia - 1	Bairro da Terra Firme.....	83
Fotografia - 2	Ocupação Riacho Doce no Bairro do Guamá.....	84
Fotografia - 3	Ocupação urbana ao longo do igarapé Tucunduba.....	90
Fotografia - 4	Ocupação Riacho Doce em torno do Tucunduba.....	91
Fotografia - 5	PM Box destruído na passagem Ligação (Terra Firme).....	125
Fotografia - 6	Beco na Passagem Ligação.....	125
Fotografia - 7	Passagem Ligação (Terra Firme)	126
Fotografia - 8	Passagem São João (Guamá)	127
Fotografia - 9	Passagem Lauro Sodré (Terra Firme)	127
Fotografia - 10	Passagem Caraparú (Guamá)	128
Fotografia - 11	O medo da violência na área do Tucunduba.....	144
Fotografia - 12	Curiosos em volta de um corpo jogado às margens do Tucunduba.....	144
Fotografia - 13	Homem executado no Tucunduba a mando do tráfico de drogas.....	145

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema - 1	Esquema das redes.....	44
Quadro - 1	Relativizador das diferenças conceituais entre redes e territórios.....	55
Mapa - 1	Cultivo da Coca (2006-2008)	66
Mapa - 2	Rotas do Tráfico de Cocaína no Mundo.....	73
Mapa - 3	Rotas do narcotráfico na Amazônia.....	75
Mapa - 4	Rota do tráfico de drogas no estado do Pará.....	77
Quadro - 2	Evolução Demográfica nos Bairros da Bacia do Tucunduba.....	92
Mapa - 5	Escala Local do tráfico de drogas em Belém.....	95
Esquema - 2	Organização das redes do tráfico de drogas.....	100
Mapa - 6	Território de influência do tráfico de drogas no Guamá e na Terra Firme.....	102
Mapa - 7	Pontos de venda de drogas em zonas de influência do tráfico de drogas no Guamá e na Terra Firme.....	103
Imagem - 1	A Milícia começa a ocupar a Terra Firme.....	132
Imagem - 2	A Milícia começa a ocupar a Terra Firme.....	133
Imagem - 3	Tráfico cala as comunidades de Belém.....	133
Imagem - 4	“Jack” teria mandado matar três.....	139
Imagem - 5	Milícia da Terra Firme comemora morte de rival.....	140
Imagem - 6	Onze mortos na guerra do tráfico.....	141
Gráfico - 1	Homicídios nos dez bairros mais violentos de Belém (2005-2009).....	146
Mapa - 8	Dez bairros com maior número de homicídios de Belém.....	147
Mapa - 9	Concentração de homicídios em zonas controladas pelo narcotráfico no Guamá e na Terra Firme (2009).....	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

OBED - Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia

ONU - Organização das Nações Unidas

PCC - Primeiro Comando da Capital

PLADES - Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento

SEGUP - Secretaria de Segurança Pública

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	15
1.2	HIPÓTESES.....	24
1.3	OBJETIVOS.....	25
1.3.1	Objetivo geral	25
1.3.2	Objetivos específicos	25
1.4	METODOLOGIA.....	26
1.5	JUSTIFICATIVA.....	35
2	DAS REDES AO TERRITÓRIO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	40
2.1	REDES.....	40
2.2	TERRITÓRIO.....	47
2.3	TERRITÓRIOS-REDE EM AGLOMERADOS DE EXCLUSÃO	53
2.4	A “TERRITORIALIZAÇÃO PERVERSA” DA CRIMINALIDADE NAS METRÓPOLES.....	58
3	REDES ILEGAIS NA AMAZÔNIA E A RELAÇÃO COM TRÁFICO DE DROGAS NA PERIFERIA DA METRÓPOLE	64
3.1	AS ROTAS DO TRÁFICO DE DROGAS NA AMAZÔNIA.....	64
3.2	A ESCALA LOCAL DAS REDES ILEGAIS NA PERIFERIA DA METRÓPOLE.....	67
3.3	AS REDES E OS AGLOMERADOS DE EXCLUSÃO NA PERIFERIA DE BELÉM.....	81
3.4	O TUCUNDUBA COMO O “NÓ DA TRAMA”: DE LUGAR DE RESISTÊNCIA AO LUGAR DE PERVERSIDADE NO GUAMÁ E NA TERRA FIRME.....	88
4	DO TERRITÓRIO-REDE AO TERRITÓRIO-ZONA DO NARCOTRÁFICO NA PERIFERIA DE BELÉM (GUAMÁ E TERRA FIRME)	97
4.1	O TERRITÓRIO-REDE E O TERRITÓRIO-ZONA DO TRÁFICO DE DROGAS.....	97
4.2	AS REDES SOCIAIS DO TRÁFICO E A TERRITORIALIZAÇÃO PERVERSA DO CRIME.....	106
4.3	MOTIVOS QUE LEVAM À CONFIGURAÇÃO DAS REDES SOCIAIS DO CRIME.....	114
4.3.1	O desemprego	114
4.3.2	Busca por dinheiro	116
4.3.3	Salários baixos	117
4.3.4	Famílias desestruturadas	118
4.4	OS ATORES SOCIAIS NO ESQUEMA DO TRÁFICO DE DROGAS	119
4.5	AS REDES DE PROTEÇÃO E O MITO DA MILÍCIA ARMADA.....	128
4.6	A ORGANIZAÇÃO LOCAL DO CRIME E O CONFLITO ENTRE FACÇÕES RIVAIS PELO USO DO TERRITÓRIO.....	135
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERENCIAS	157

1 INTRODUÇÃO

A expansão do crime organizado na Amazônia brasileira nas últimas décadas vem destacando o importante papel que a região desempenha no comércio internacional de drogas. Por outro lado, é importante destacar que a Amazônia não representa apenas uma área de trânsito da droga, mas também um de seus mercados consumidores, pois o narcotráfico se materializa nas periferias das duas metrópoles da região (Belém e Manaus). Nesta pesquisa, destacam-se os bairros do Guamá e da Terra Firme, localizados na periferia de Belém, na Amazônia Oriental, onde o narcotráfico tomou conta de alguns pontos estratégicos para a comercialização da droga e com isso contribuindo para o crescimento da violência urbana na cidade.

O narcotráfico se territorializou nestes dois bairros (Guamá e Terra Firme) a partir de pontos críticos de serviços e infraestrutura urbana, ou seja, em áreas de habitação precária que surgiram com a expansão urbana acelerada, resultado de um processo desestruturado de urbanização espontânea. A expansão urbana de Belém em direção às suas periferias não seguiu um padrão de planejamento adequado, capaz de impedir as contradições sociais na produção do espaço. Nestes locais, é nítida a manifestação da pobreza e da precariedade.

O planejamento da cidade, nas últimas décadas, negligenciou os problemas de suas periferias, priorizando os investimentos na área central, obedecendo a um modelo de desenvolvimento urbano que estava articulado com interesses da classe média da cidade. Nesse sentido, a periferia excluída passou a fazer parte de um processo de construção do espaço urbano segregador e criador de um tecido socioespacial fragmentado.

Essa fragmentação socioespacial do espaço urbano de Belém, que marca as contradições socioespaciais na metrópole, tornou-se estratégica para a atuação do narcotráfico na periferia. Por outro lado, essa expansão do tráfico de drogas na cidade deve ser vista não como algo isolado, mas sim dentro de um contexto global, no qual as redes ilegais do narcotráfico nas fronteiras da Amazônia estão inseridas.

Para uma melhor identificação do narcotráfico na metrópole de Belém, destaca-se que os bairros do Guamá e da Terra Firme estão inseridos dentro de uma articulação geográfica das redes ilegais, servindo como mercados consumidores e como ponto de distribuição da droga dentro da metrópole. Nesse sentido, a organização espacial do narcotráfico nestes bairros está articulada de duas formas: uma definida como **territórios-zona**, ou seja, territórios fechados e muitas vezes sujeitos a conflitos com grupos rivais pela disputa de venda da droga, estando a população inserida direta ou indiretamente dentro do poder de

comando do tráfico; e a outra forma definida como **territórios-rede**, ou seja, territórios abertos onde a estrutura reticular das redes ilegais do narcotráfico foi inserida por meio da organização espacial em pontos de distribuição e controle dos fluxos de droga na cidade.

Essas duas formas de enxergar a atuação do narcotráfico nestes bairros periféricos representam uma proposta teórica de entender a dinâmica econômica, política e simbólica dessa atividade ilícita na metrópole. Sendo assim, as redes desenvolvem um papel central nesse contexto, ou seja, a organização e a estruturação do território. Para isso, a exclusão social, a precária atuação do Estado, o desemprego crescente e a fragmentação do tecido socioespacial da metrópole são processos que levam à expansão da atuação das redes ilegais do tráfico de drogas, pois essa atividade se apresenta como uma oportunidade de inclusão na sociedade do consumo.

A manifestação da economia do crime, ou melhor, daquilo que Castells (1996) chamou de “integração perversa”, é na verdade uma prática que está dentro de uma escolha racional da sociedade, pois as possibilidades de ganho acabam por justificar as possibilidades de riscos, e diante de uma situação de pobreza e miséria, a população se torna alvo fácil de cooptação. O narcotráfico na periferia de Belém já é reconhecido como uma atividade que gera altíssimos lucros, e por isso acaba por atrair muitas pessoas que são utilizadas como mão de obra barata e descartável para a economia da droga.

Para entender a inserção dos bairros do Guamá e da Terra Firme no contexto do tráfico internacional de drogas, é importante analisar, antes de tudo, os problemas estruturais que os bairros sofrem e que são de grande importância para que a criminalidade se manifeste de forma eficaz, sobretudo no que diz respeito ao tráfico de drogas, que se territorializa a partir de áreas que representam, segundo Haesbaert (2002), os “aglomerados de exclusão”, locais de extrema insegurança e instabilidade, onde a miséria e a pobreza imperam. E sendo assim, a expansão do narcotráfico na periferia se manifesta por meio da lógica territorial do circuito da droga, embutida em duas formas de organização, ou seja, a **zonal** e a **reticular**.

Analisando a dinâmica das redes ilegais e os impactos que o narcotráfico vem causando em áreas periféricas de Belém, precisou-se dividir este trabalho em três partes para uma melhor explicação acerca do objeto de pesquisa. Assim dividi-se:

Na primeira parte, buscou-se aproximar o objeto de pesquisa, de alguns referenciais teóricos conceituais que deram sentido aos conteúdos analisados e que foram importantes para a reformulação de novos conceitos e para a aplicação dessas teorias na análise empírica observada nas pesquisas de campo. Debruçando-se nos trabalhos de Haesbaert (1995, 2004, 2002), Castells (1996, 1999, 2003), Machado (1996, 1998, 2003), Souza (1996, 1996, 2005,

2008) e Santos (1986, 1996, 1998, 2001), constata-se que a produção científica desses autores serviu de grande base para a formulação das questões da problemática e dos objetivos a serem seguidos pela pesquisa.

Na segunda parte, é abordada a dinâmica das redes ilegais do narcotráfico na Amazônia brasileira e a relação dessas redes com o tráfico de drogas na periferia da metrópole Belém, demonstrando por intermédio de mapas temáticos as principais rotas utilizadas pelos narcotraficantes, destacando o papel da região amazônica no contexto global, regional e local na trama das redes ilegais.

Na terceira parte da pesquisa, é realizada a proposta de discussão da categoria território, aplicada ao narcotráfico nos bairros do Guamá e da Terra Firme a partir do território-rede, ou seja, a inserção dos bairros nas redes do tráfico de drogas que circulam na Amazônia e o território-zona a partir da delimitação de áreas que são controladas por facções criminosas ligadas a essa atividade ilícita. A relação entre tráfico de drogas e violência urbana contribuiu para a formulação do conceito de “territorialização perversa”, que se trata das formas de violência e coerção que são impostas à população envolvida pela criminalidade. São apresentados mapas temáticos que possibilitam a visualização do fenômeno na periferia de Belém. Além disso, este capítulo ainda tratará das questões em torno das estratégias de organização do tráfico de drogas em escala local e os conflitos envolvendo facções rivais pela disputa de áreas de influência do comércio da droga e a questão do mito da milícia armada, divulgada pela mídia no bairro da Terra Firme.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

As transformações que o espaço amazônico sofreu a partir da década de 1960, principalmente com as políticas públicas territoriais dos regimes militares, que incentivaram a integração e a ocupação definitiva do território à economia nacional e incitaram a exploração das riquezas naturais da região como estratégias de desenvolvimento regional e nacional, não foram suficientes para reduzir as desigualdades sociais e nem para garantir a melhoria da qualidade de vida da população amazônica, sobretudo de suas principais metrópoles, ou seja, Belém e Manaus, que embora sejam centros econômicos da região, enfrentam grandes contrastes sociais.

Além disso, o projeto desenvolvimentista da ditadura não foi capaz de preencher o imenso “vazio demográfico” que ainda hoje representa a faixa de fronteira Norte,

principalmente a da área da Pan-Amazônia, ou Amazônia internacional, que abarca países que enfrentam internamente problemas relacionados às guerrilhas e ao narcotráfico.

Para Machado (2003, p. 1):

Duas concepções parecem ser eternamente válidas para muitos setores que lidam com as políticas públicas dirigidas à Amazônia brasileira, a despeito de mudanças no contexto, no conteúdo e nas formas de uso do território. A primeira delas é conceber o território como espaço vazio e a segunda é conceber a região como sistema fechado pelos limites internacionais, o que do ponto de vista geográfico significa desvinculá-la da unidade maior formada pela bacia amazônica sul-americana.

A Amazônia do século XXI enfrenta grandes desafios no que diz respeito à “falta” de consciência ambiental, o que representa uma grande ameaça para o futuro do planeta, questão hoje discutida mundialmente. Porém, além dessa questão, na atualidade, o Estado brasileiro também se preocupa com outra ameaça que envolve a questão da soberania nacional. Trata-se da organização criminosa em rede, principalmente no que diz respeito à atuação e articulação das redes ilegais que atuam nas fronteiras da região, aproveitando-se de sua invulnerabilidade e estipulando um papel central para a Amazônia que se transforma em área de conexão internacional e nacional para o narcotráfico.

As fronteiras da Amazônia com a Colômbia, Peru e Bolívia acabam por facilitar a inserção da região no circuito das redes ilegais. Na realidade, as particularidades geográficas da Amazônia oferecem facilidades para a prática do ilícito (ISHIDA, 2006, p. 4). Pesquisas anteriores sobre estas redes sugerem que nas últimas décadas aquelas que obtiveram relativo sucesso em fazer uso da bacia amazônica sul-americana como unidade funcional e como região geográfica, foram firmas e empreendimentos que exploram o comércio ilegal de drogas e contrabando de mercadorias (MACHADO, 1998).

O grau de conectividade indica alternativas de rota, quando baseadas apenas no desenho das redes de circulação. Como as rotas usam uma combinação de meios de transportes, elas estão associadas, de alguma forma, aos principais pontos de conectividade onde as opções de transporte apresentam grande diversificação (NOVAES, 2003, p. 6). “Os circuitos ilegais podem ajudar a estabelecer o limiar, nível ou ponto de passagem que simultaneamente separa e une dois espaços soberanos” (MACHADO, 1996, p. 6).

Este fato comprova que a Amazônia representa uma área estratégica para a cadeia das redes ilegais do tráfico internacional de drogas, primeiro pela proximidade dos principais produtores de Coca (países andinos) e segundo pela localização juntos aos grandes mercados

consumidores do mundo, ou seja, a Europa e os Estados Unidos. Há também de se destacar o papel do Brasil no que compete ao fornecimento de produtos químicos que servem para o beneficiamento da droga, destacando que aqui no país também se beneficia boa parte da droga que chega aos mercados do Sudeste.

Na última década, uma série de artigos na imprensa popular tem feito denúncias episódicas, quase sempre com estardalhaço, sobre o crescimento e a ampliação das atividades ilegais, tanto nos países ricos como nos países pobres (MACHADO, 1996, p. 9).

[...] a integração horizontal da cadeia produtiva, onde as zonas produtoras de coca situam-se em áreas geográficas específicas da Colômbia, do Peru e da Bolívia, distantes do mercado global, exige uma articulação das operações em diversas escalas e em espaços geograficamente diferenciados, de acordo com cada etapa: cultivo da coca, fases do beneficiamento semi-industrial (pasta base, pasta de cocaína, cocaína), circulação, estocagem, distribuição por atacado do produto aos mercados (onde outros sistemas de distribuição e manipulação do produto dominam), além da reciclagem dos lucros (MACHADO, 1996, p. 9-10, grifo do autor).

Um estudo aprofundado sobre a atuação das redes do tráfico de drogas na Amazônia brasileira chegará à conclusão de que essa atividade gera grandes impactos no território, sobretudo nas metrópoles como Belém e Manaus, que internamente enfrentam grandes desigualdades. Entende-se por desigualdade, a apropriação diferencial de riqueza (renda e bens) por parte de indivíduos e grupos sociais distintos que se relacionam entre si (CASTELLS, 1996, p. 96).

A partir das zonas produtoras, os corredores de exportação se estendem em várias direções, inclusive a do rio Amazonas e seus afluentes em território brasileiro. A eventual associação entre aqueles que exploram o tráfico internacional de droga e os circuitos do contrabando (mercadorias, armas) é, em grande parte, condicionada pelo uso compartilhado de corredores de exportação/importação e de redes de apoio no âmbito internacional, o que diminui os custos com a segurança, reduz o risco de apreensão e possibilita o florescimento de diversos mecanismos de lavagem dos lucros (MACHADO, 2003, p. 12, grifo do autor).

Para a geografia, as questões sobre o tráfico de drogas interessam principalmente quando configuram territórios dominados pelas forças paralelas que controlam o tráfico e por estarem profundamente relacionados à questão urbana e aos novos debates da Geopolítica que vão ganhar força no próximo milênio (RURHOFF, 1998, p. 1).

Nesse sentido, surgem territórios do narcotráfico nas periferias, organizados em um sistema reticular que não os deixam isolados do contexto global do tráfico, ou seja, não

representam territórios isolados, mas sim articulados de uma escala local para uma escala global. Para o geógrafo Santos (1996), o lugar que a rede organiza sua ação arrumadora do território, é um agregado de relações ao mesmo tempo internas e externas.

Por isso, percebe-se que o comércio ilícito de narcóticos no Brasil (ligado à cocaína) simboliza a materialização das redes que passam pela Amazônia. E sendo assim, a materialização do tráfico de drogas, por meio da construção de territórios, surge a partir de áreas excluídas ou segregadas, onde grande parte da população está inserida no circuito informal da economia ou desempregada e que são facilmente inseridas pelas redes do crime. A informação se torna a matéria-prima essencial do espaço-rede (MOREIRA, 2001).

Daí a importância dos estudos das redes ilegais do narcotráfico na Amazônia, atentando para os possíveis impactos que estão sendo gerados nos territórios dos estados amazônicos e de suas metrópoles. O narcotráfico representa uma forma de organização reticular que constrói sua base territorial. A utilização do termo “rede” não é recente, muito menos a preocupação em compreender seus efeitos sobre a organização do território. Ela não é, tampouco, vinculada diretamente à Geografia: em um artigo publicado em 1832, o economista e engenheiro Michel Chevalier já reconhecia as relações estreitas entre a rede de bancos e a rede de linhas de transporte, evocando a relação entre as comunicações e o crédito (DIAS, 1995, p. 144).

Dias (1995) destaca que a questão das redes aparece hoje de outra forma, renovada pelas grandes mudanças do final de século pelas descobertas e avanços em outros campos disciplinares e na própria Geografia. Assim, um novo contexto teórico estimularia uma abordagem relacional das redes com a urbanização, a divisão territorial do trabalho e a crescente diferenciação que estas introduzem entre as cidades.

De fato, as redes assumem um importante papel no mundo contemporâneo, visto que a intensificação dos diversos tipos de fluxos acontece por meio delas, e são as redes que dão sentido ao território como forma de articulação com a economia globalizada, não negando os efeitos perversos que elas podem trazer para o lugar. “Como forma de organização técnica (infraestrutura de suporte ou logística), transacional (econômico-político), informacional (cognitiva), a estrutura de conexões por rede tem um significado bem mais complexo do que o do simples desenho de nódulos conectados por linhas” (MACHADO, 1995, p. 6).

Nesse sentido, é imperativo perceber os processos de estruturação do espaço geográfico a partir das formas de organização em redes, buscando-se conexões entre esta forma de organização e a materialização destas no território, de forma que dê sentido à geografia. E se tratando das redes internacionais do narcotráfico na Amazônia, faz-se

necessário reconhecer que “a rede de relações é também rede de organização” (DUPUY, 1984 apud DIAS, 1995).

Segundo Santos (1996):

[...] as múltiplas concepções de definição do conceito de rede se enquadram em duas grandes matrizes. A primeira delas considera a realidade material das redes: as redes seriam uma ‘infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação’. A concepção de rede da segunda matriz levaria em conta, além do dado material, o dado social, ‘a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens e valores que a frequentam’ (SANTOS, 1996, p. 209).

Santos (1996) afirma existir a necessidade de se articular as diferentes esferas sociais na análise das redes, quando diz que o atual estudo das redes “supõe não apenas a descrição do que constitui um estudo estatístico das quantidades e das qualidades técnicas, mas, também, a avaliação das relações que os elementos da rede mantêm com a presente vida social, em todos os seus aspectos, isto é, essa qualidade de servir como suporte corpóreo do cotidiano” (SANTOS, 1996, p. 210).

Para implantar e administrar suas operações, e diminuir os riscos de apreensão e de intervenção pelos órgãos públicos de segurança, os empreendimentos ilegais necessitam criar “canais de comunicação” entre os diferentes níveis de organização territorial, gerando uma tensão entre lógicas diferenciadas que devem ser levadas em conta: “as redes encontram outras lógicas, ancoradas no solo. Podem adaptar-se mais ou menos facilmente às cidades ou aos países, à inércia do semiurbano ou à rigidez das malhas agrícolas. No entanto, existe uma instabilidade e uma tensão entre as redes e o território, entre o dinâmico e o estático, entre aquilo que circula e aquilo que habita” (MACHADO, 1996, p. 23).

Fazendo uma discussão sobre as relações das cidades (“nós”), com suas respectivas hinterlândias, Castells (1999, p.409) destaca que os “territórios em torno destes nós desempenham uma função cada vez mais subordinada, às vezes perdendo a importância (ou até mesmo a função)”. Para este autor, nenhum nó consegue estruturar a rede por si mesmo. Por mais importante que seja a função da cidade ali situada, “nenhum lugar existe por si mesmo na rede, já que as posições são definidas pelos fluxos” (CASTELLS, 1999, p. 409).

Para Machado (2003), as redes ilegais ocupam os lugares, mas não são definidas pelos lugares que ocupam, cada lugar é tão importante quanto qualquer outro para a organização do espaço-de-fluxos por meio do qual a dispersa comunidade ilegal controla o sistema, o que denuncia os interesses geopolíticos das grandes potências em associar uma atividade que

sabidamente opera em rede transnacional ao nome de um lugar geográfico específico, como a Colômbia ou a Amazônia.

No entanto, apesar do fato das redes obedecerem, em princípio, a uma “concepção teleológica” (MACHADO, 1996, p. 7), ou seja, direcionadas para objetivos específicos, não se pode afirmar que os lugares são neutros, muito menos que a localização geográfica tenha perdido seu valor estratégico (VIRÍLIO, 1997 apud DIAS, 1995, p. 156). Esta valorização das características dos lugares está necessariamente presente na lógica de organização das redes ilegais. As localidades inseridas na rede são cuidadosamente avaliadas pelas organizações e proto-organizações que operam na ilegalidade (MACHADO, 2003).

O narcotráfico atua de forma estratégica na configuração de sua teia de relações, pois os locais são escolhidos de acordo com as possibilidades de reprodução do sistema e, por isso, quanto maior forem as desigualdades sociais, exclusão e segregação, maiores serão as possibilidades de fixação, principalmente nas grandes metrópoles, que são lócus de pobreza e riqueza, na qual Belém está inserida.

Entende-se que o espaço de uma grande cidade é reflexo e condição para a reprodução de relações sociais capitalistas. Assim, esse espaço sintetiza desigualdades, bem como expressa toda sorte de mazelas sociais que persistem e se reproduzem em um sistema de relações que beneficia alguns e joga para as suas margens muitos. Nas margens sociais e espaciais, atores levam a cabo uma vida que caminha no limiar do desespero, entre a violência de todos os dias e as necessidades que se avolumam.

Para Corrêa (1989, p. 7):

[...] o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento, de sua apreensão no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e encontro social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

Na cidade de Belém, o espaço urbano aparece assim fragmentado, onde os habitados pela elite identificam-se pelo consumo de bens e serviços, assim como uma infraestrutura de alta qualidade, com grande densidade técnica, que, muitas vezes, é financiada pelos governos. Porém, nos espaços periféricos, como os bairros do Guamá e da Terra Firme, predomina uma dinâmica de necessidades e, junto a ela, um sem número de alternativas econômicas criadas no cotidiano que têm como fim, a sobrevivência. Ao lado das alternativas econômicas, torna-

se imperativa a criação de alternativas habitacionais, uma vez que “sem” opções no mercado imobiliário formal, com pouco ou nenhum financiamento público ou privado, os atores das periferias são forçados a se sujeitar a formas de habitação altamente degradadas, num entorno social sem emprego, saúde e educação de qualidade. Assim, é pouco provável que essas características não tenham sido escolhidas pelas organizações criminosas do narcotráfico.

Segundo Corrêa (1989, p. 9), "as áreas residenciais segregadas representam papel ponderável no processo de reprodução das relações de produção, no bojo do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações: os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais". E de acordo com essa ideia, os bairros populares são os mais aproveitados pelas relações sociais do tráfico de drogas.

Os bairros do Guamá e da Terra Firme também são campos de lutas dos mais diversos atores ou grupos sociais que ali se reproduzem e criam suas dinâmicas, onde expressam os seus anseios e desejos por vida digna, sem preconceito e exclusão social, criando estratégias de sobrevivência que o próprio sistema capitalista lhes impõe. A urbanização brasileira teve um caráter excludente na produção desigual do espaço, segregando especialmente a população pobre e pouco inserida no mercado formal da economia.

A segregação socioespacial com tendência à periferização deixa grandes lacunas no que diz respeito ao desenvolvimento social, e, diante desse contexto, formam-se os enclaves de mão de obra submissa, prato cheio para o crime organizado, tráfico de drogas e outras atividades criminosas, que se tornam, nesse momento, uma das alternativas de ganhar a vida para a população segregada, desempregada e sem expectativas de melhores condições de vida.

Os bairros populares do Guamá e da Terra Firme, na Zona Sul de Belém, surgiram em meio a um processo de expansão urbana em direção às áreas de baixadas (a partir da década de 1950) e de grande valorização da área central da cidade, o que deslocou a população pobre para longe do centro. Devido à disponibilidade de terras, estes bairros passaram a abrigar uma população de baixa renda, que encontrou nas baixadas de Belém, um local para a habitação permanente e para reprodução social.

Com uma precária infraestrutura e muitos problemas sociais, além da pouca atenção dada pelas políticas de planejamento urbano, a pobreza dos bairros se torna funcional para o narcotráfico, que passa a atrair um grande contingente de pessoas, principalmente aquelas que estão excluídas (ou incluídas precariamente), marginalizadas e sem perspectivas de ascensão socioeconômica, e assim passam a fazer parte da rede do tráfico de drogas.

Não há dúvida de que uma das principais atrações do ilegal para a massa de trabalhadores informais (imigrantes, comerciantes ambulantes, microempresários,

trabalhadores autônomos, artesãos, subcontratados etc.) é a percepção de que essa prática possa ser uma via de ascensão social com acesso rápido às benesses do consumo, reais ou ilusórias (MACHADO, 2003, p. 6).

Nessa perspectiva, percebe-se nitidamente na metrópole de Belém a expansão desenfreada do tráfico de drogas nas periferias, mas que hoje já chega às áreas centrais da cidade. O narcotráfico se apresenta como uma atividade funcional para a inserção de um grande número de desempregados, que passam a fazer parte da lógica de organização territorial das redes, e uma rede de relações bastante complexa que se organiza e se territorializa nas metrópoles, e os bairros do Guamá e da Terra Firme não fogem à regra desse circuito.

Portanto, daí a importância em se buscar relacionar a expansão do narcotráfico na metrópole de Belém com as redes de distribuição de drogas que passam pela Amazônia e que são funcionais para a territorialização desses agentes, ou seja, as redes ilegais acabam por envolver uma atividade organizada/territorializada em rede.

Segundo Dias (1995):

[...] a questão das redes aparece hoje de outra forma, renovada pelas grandes mudanças do final do século e pelas descobertas e avanços em outros campos disciplinares e na própria Geografia. Assim, um novo contexto teórico estimularia uma abordagem relacional das redes com a urbanização, a divisão territorial do trabalho e a crescente diferenciação que esta introduz entre cidades.

A proposta desta pesquisa está fundamentada no papel que as redes assumem no mundo contemporâneo. Nesse sentido, admitimos que:

[...] como forma de organização técnica (infraestrutura de suporte ou logística), transacional (econômico-político), informacional (cognitivo), a estrutura de conexões por rede tem um significado bem mais complexo do que o do simples desenho de nódulos por linhas (MACHADO, 1996, p. 6).

O estudo busca abordar os processos de estruturação do território por meio das formas de organização em rede, estabelecendo relações entre esta forma de organização e a geografia do território. Pretende-se, com isso, explorar empiricamente os padrões assumidos pelas redes ilegais do narcotráfico na Amazônia que vão se materializar na formação de territórios controlados pelo tráfico de drogas nos bairros periféricos de Belém, em especial para análise

de pesquisa nos bairros do Guamá e da Terra Firme, considerados áreas de baixadas da cidade.

Os traficantes, então, reproduzem-se nos espaços periféricos da cidade, e os atores que vivem neles acabam se inserindo direta ou indiretamente nesta economia criada a partir do circuito da droga, seja se beneficiando dos lucros da revenda, seja sofrendo pressões de um poder paralelo estabelecido que se territorializa e define espaços sob o exercício do poder.

Nesse contexto, a atuação do narcotráfico na periferia de Belém faz parte de uma estratégia da atuação das redes ilegais que vão buscar se consolidar dentro do bairro, e que passará a fazer parte do jogo geoestratégico dos narcotraficantes, uma vez que o bairro torna-se um dos “nós da trama”, uma espécie de nexos (ponto) de contato entre o local e o global, entre as relações horizontais e as relações verticais, não deixando de internamente ter também seus vários pontos de atuação.

As organizações ou grupos envolvidos com o tráfico internacional de drogas também desenham estratégias desde cima, porém com uma importante diferença. Ao contrário das organizações legítimas, o negócio ilegal exige integrar a visão desde baixo, pelo motivo óbvio de estar sujeito a uma maior exposição ao risco no terreno. A exploração, e eventual êxito, dos negócios ilegais são fortemente dependentes de conexões locais, tendo em vista que operam com complexas e instáveis linhas de informação e comunicação (MACHADO, 2003, p. 4).

Dessa maneira, são criados territórios controlados pelo tráfico de drogas, onde a repressão e a violência são simbolismos demarcadores dos mesmos, pois a carência da população pobre, que faz parte desses territórios, implica na sua participação, como forma de sobrevivência e de acesso aos recursos, mesmo que para isso seja então preciso fazer parte do mundo do crime.

Diante das carências, o tráfico se oferece como oportunidade de emprego e de renda, e isso acaba por levar muitos jovens desempregados, que muitas vezes não apresentam nenhum tipo de resistência, a serem incorporados ao sistema das redes ilegais, ou seja, o abandono do Estado, ou a pouca atenção dada por ele, tornam-se um grande abismo entre desenvolvimento e pobreza, e o narcotráfico tira proveito para consolidar a sua atuação.

A construção feita até aqui nos fornece elementos de uma problemática complexa, ainda pouco estudada na região. É partindo desses pressupostos estabelecidos que levantaremos um questionamento central que delinea os rumos a serem seguidos por tal pesquisa:

- a) Qual a relação entre as redes ilegais do narcotráfico na Amazônia e o tráfico de drogas na periferia de Belém?

Essa questão central para ser mais bem compreendida deve se desdobrar em questões específicas, uma vez que, embora redes do tráfico e território do tráfico sejam temas complementares, pressupõe processos distintos. Assim, listamos três questões para melhor problematizarmos estes processos, a saber:

- b) Como se caracteriza o território-zona e o território-rede do narcotráfico nos bairros periféricos do Guamá e da Terra Firme?

Entender a organização do tráfico de drogas pressupõe uma melhor compreensão das estratégias de controle do território pelos atores sociais envolvidos na trama. Nesse sentido, é imperativa a questão:

- c) Quem são os atores sociais envolvidos na organização do tráfico de drogas e na territorialização perversa no Guamá e na Terra Firme?

A dinâmica de construção de territórios envolve necessariamente a construção de estratégias de domínio e apropriação do espaço. Dessa forma é importante questionar:

- d) De que forma se manifesta a violência urbana imposta pelo narcotráfico nos bairros periféricos de Belém?

1.2 HIPÓTESES

- a) As redes ilegais do narcotráfico na região amazônica estão articuladas a uma escala global que parte em direção aos principais mercados consumidores. Além disso, vale destacar o papel do Brasil não apenas como área de trânsito da droga, mas também como fornecedor de produtos químicos para o beneficiamento da cocaína. Por outro lado, ressalta-se também que os mercados do Brasil são importantes, pois é nesse contexto que o tráfico de drogas se organiza em territórios na periferia de Belém, ou seja, a partir dessa relação entre global e local.
- b) O território-zona aparece quando os grupos ligados ao tráfico de drogas envolvem porções do espaço urbano que são controlados em um sistema fechado onde o outro é o estranho, com limites estabelecidos e relações de poder, ou seja, relações horizontais. A outra forma de entender a dinâmica do território do tráfico de drogas na periferia é por meio da lógica reticular, ou seja, organizada em território-rede, sistemas abertos com relações verticais que inserem o Guamá e a Terra Firme ao sistema global da droga.

- c) Configura-se uma economia horizontalizada e verticalizada com diversos atores sociais envolvidos, em que cada um desempenha uma função específica para o comércio/varejo da droga, em que se destacam: os atravessadores, que se arriscam trazendo a droga dos países produtores para o seu destino final; os distribuidores (considerados narcotraficantes), que se encarregam de vender a droga em grande quantidade para outros traficantes realizarem o comércio local por meio das petecas de cocaína; os gerentes da boca ou “boqueiros”, que se encarregam de realizar o comércio do tráfico de drogas nos bairros com a ajuda dos aviões ou aviõezinhos, que na maioria das vezes são menores de idade; os soldados (ou matadores), que têm o papel de dar proteção para os traficantes, seja nos conflitos com outros grupos rivais, com a polícia ou pelo chamado acerto de contas com quem deve e não paga;

- d) O tráfico de drogas estimula a violência urbana em Belém por diversos fatores, um deles relacionado à busca pelo consumo da droga, o que incentiva pequenos ou até mesmo grandes furtos e roubos. Além disso, existe a disputa de grupos rivais pelo controle do território, contribuindo para a elevação da taxa de homicídio na cidade. Muitas vezes, o latrocínio que ocorre é praticado por assaltantes que estão sob efeito de drogas, jovens menores de idade que são consumidores e precisam pagar o que devem ou querem consumir a cocaína, e vão atrás do dinheiro.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

- a) Relacionar as redes ilegais do narcotráfico na Amazônia com o tráfico de drogas nos bairros periféricos do Guamá e da Terra Firme.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar o território-rede e o território-zona nos bairros do Guamá e da Terra Firme;
- b) Identificar os atores sociais envolvidos na economia do narcotráfico nos bairros do Guamá e da Terra Firme e analisar suas funções no sistema das redes ilegais e na territorialização perversa;

- c) Relacionar o tráfico de drogas com a violência urbana no Guamá e na Terra Firme.

1.4 METODOLOGIA

Para uma melhor compreensão do fenômeno do narcotráfico na periferia de Belém e sua ligação com as redes que circulam na Amazônia, foi realizada uma pesquisa qualitativa. Godoy (1995a, p. 62) ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, como: o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental, o caráter descritivo, o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como percepção do investigador, e o enfoque emotivo.

A pesquisa qualitativa tem como objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979, p. 520). Destaca-se que, em sua maioria, os estudos qualitativos são realizados no local de origem dos dados, ou seja, não impedem o pesquisador de empregar a lógica do empirismo científico. Para a realização deste tipo de pesquisa, é necessário fazer um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador.

É justamente este corte que irá definir o campo e a dimensão onde o trabalho será desenvolvido, isto é, o território a ser mapeado. Segundo Manning (1979, p. 668), o trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados. Faz-se necessário a aplicação da pesquisa qualitativa nos estudos sobre o fenômeno do tráfico de drogas em Belém, sobretudo, nos bairros do Guamá e da Terra Firme que representam os territórios a serem pesquisados. A descrição dos acontecimentos, visualizando a ordem simbólica criada pela expansão do tráfico de drogas nestes bairros, é levada em conta na pesquisa partindo do pressuposto que se deve destacar a importância da lógica empírica para o entendimento dos fatos.

Ao empregar o método qualitativo, a preocupação maior desta pesquisa é entender o processo social e não a estrutura social. Procura-se visualizar o atual contexto do narcotráfico nesses bairros e ter uma relação empática com o objeto de estudo para melhor compreensão do fenômeno. Embora nesta pesquisa seja utilizado o método qualitativo, não significa dizer que os dados quantitativos não sejam levados em consideração, pois foram analisados para exprimirem as realidades sociais das áreas pesquisadas. Pode-se afirmar que a combinação de técnicas quantitativas e qualitativas fortalece uma pesquisa e reduz os problemas de adoção

exclusiva de um desses grupos. Entretanto, a omissão no emprego de métodos qualitativos, num estudo em que se faz possível e útil empregá-los, empobrece a visão do pesquisador quanto ao contexto em que ocorre o fenômeno.

Duffy (1987 p. 131) destaca alguns benefícios no emprego conjunto dos métodos qualitativos e quantitativos como: a possibilidade de congregar controle dos vieses (pelos métodos qualitativos) com compreensão da perspectiva dos agentes envolvidos no fenômeno (pelos métodos qualitativos); a possibilidade de congregar a identificação de variáveis específicas (pelos métodos quantitativos) com uma visão global do fenômeno (pelos métodos qualitativos); a possibilidade de completar um conjunto de fatos e causas, associados ao emprego de metodologia quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade; a possibilidade de enriquecer constatações obtidas sob condições controladas com dados obtidos dentro do contexto natural de sua ocorrência; e por fim, a possibilidade de reafirmar validade e confiabilidade das descobertas pelo emprego de técnicas diferenciadas.

Embora a pesquisa se caracterize enquanto um objeto de estudo de caso, visto que envolve a situação de dois bairros populares da periferia de Belém, tem uma relação direta com o contexto global do fenômeno estudado. Godoy (1995 b, p. 25) destaca que este tipo de pesquisa visa ao exame detalhado de um sujeito ou de uma situação em particular. Neste caso, o particular não está dissociado do geral que envolve a relação global e local. A explicação para o fenômeno da territorialização do tráfico de drogas na metrópole deve seguir esse método como forma de melhor visualizar a referida problemática.

Além disso, o estudo baseia-se na intuição, pois o método intuitivo cria leis a partir da observação dos fatos, mediante a generalização do comportamento observado. Assim, realiza-se uma espécie de generalização, sem que por meio da lógica se possa conseguir uma demonstração das citadas leis ou conjunto de conclusões. Para o filósofo inglês Francis Bacon, os sentidos dos homens são infalíveis e representam a fonte de todo conhecimento válido, quando guiados pelo método científico (JAPIASSU, 1995).

Bacon faz referência ao método experimental, propondo a indução como recurso necessário para se atingir os princípios mais gerais dos fenômenos naturais. Ressalta-se que o método indutivo parte sempre de fatos específicos, particularizados e observáveis, suficientemente catalogados e enumerados, para se chegar a uma conclusão geral, universal. É por meio do estudo e da observação dos casos particulares que se chegará às verdades mais gerais, e sendo assim a experimentação se faz indispensável. A indução visa estabelecer a causa dos fenômenos naturais, ressaltando a necessidade de que sejam constatadas as teorias por meio dos seus resultados (BACON apud JAPIASSU, 1995).

Para dar respostas às questões levantadas nesta pesquisa, o método indutivo aparece como uma das principais estratégias de pesquisa. É partir da observação de um caso particular que envolve o narcotráfico nos bairros do Guamá e da Terra Firme que se chega a uma ideia mais geral, ou seja, o narcotráfico em escala global, utilizando-se das rotas estabelecidas na Amazônia. Dividiram-se as etapas desta pesquisa em quatro fases que serviram como propostas metodológicas importantes para a sua conclusão.

A primeira etapa atenta-se para algumas reflexões teóricas de autores importantes que trabalharam com este tema. Nesse sentido, foi realizada a pesquisa bibliográfica e a revisão da literatura que aparecem na pesquisa como suporte conceitual-teórico-metodológico. Em se tratando do narcotráfico na Amazônia e a relação dessa atividade com a cidade de Belém, não foi encontrado nenhum trabalho que destaque esta situação, por outro lado, num contexto regional do tráfico de drogas, foi importante a análise dos trabalhos de Machado (1996; 1998; 2003). Já no contexto global, os relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre tráfico de drogas deram uma grande contribuição para o entendimento da dinâmica do narcotráfico na Amazônia.

A segunda etapa diz respeito à análise documental sobre reportagens de jornais locais que destacam a questão do tráfico de drogas e da violência urbana nas áreas pesquisadas, visto que geralmente as reportagens apontam a área de ocorrência destes delitos e acabam destacando alguns dados secundários. Documentos da polícia civil também foram analisados, sobretudo aqueles divulgados pelo departamento de estatística que relataram a questão das taxas de homicídios em Belém, roubos e apreensão de entorpecentes no período entre 2006 e 2009 e que representam os dados primários. Destaca-se também a análise dos relatórios da polícia federal sobre o narcotráfico na Amazônia, destacando as principais rotas e o combate a essa atividade e que aparecem nos boletins informativos, disponíveis no site da polícia federal (ver referências). Esta estratégia significa uma forma de aproximar o pesquisador do objeto pesquisado como uma das formas de garantir uma melhor aproximação da área de estudo. As fontes históricas e trabalhos referentes à formação socioespacial da área de estudo foram consultadas na biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Assim, concorda-se com as ideias de Kuhn (1975) quanto à questão da familiaridade, visando à quebra de paradigmas tão importante para a construção de um novo conhecimento.

Muitas dificuldades foram encontradas para se conseguir os dados primários dos órgãos de segurança pública do Pará, pois houve burocracia e demora em protocolar os encaminhamentos, embora estivessem com o timbre da UFPA e a assinatura do orientador,

que davam legitimidade à pesquisa e intencionavam acelerar este processo, caso os dados demorassem a serem despachados para as mãos do secretário de segurança. Mas, a boa vontade de funcionários da secretária de segurança pública, em especial os que trabalham com as estatísticas, foi determinante para o andamento e conclusão do trabalho, pois se dedicaram na agilidade da entrega dos dados, tudo conforme o projeto ordenava.

O terceiro momento foi reservado para a pesquisa de campo, justamente o mais importante de toda a pesquisa, em que várias visitas foram realizadas na área de estudo, e nesse sentido foram desempenhados registros fotográficos a respeito da realidade socioespacial estudada. Em algumas ocasiões, a coleta de informações ficou comprometida pelo fato de que em algumas áreas, fortemente controladas por grupos de criminosos, as pessoas não se sentiam seguras para dar informações; nesse caso, foi utilizada a pedagogia investigativa, ou seja, o pesquisador fez perguntas e em cima das respostas elaborou outras perguntas, e assim obteve mais respostas.

Para a continuidade da pesquisa investigativa em campo, foi necessário formar uma rede de relações entre o pesquisador e os atores sociais envolvidos no recorte temporal-espacial. Trata-se de uma forma do pesquisador garantir segurança na área de estudo e a confiança dos entrevistados. Pode-se dizer que desse modo o pesquisador não encontra tantas dificuldades para receber as informações precisas e importantes para o andamento da pesquisa. Por outro lado, se tratando de uma pesquisa investigativa e arriscada, ficou impossibilitada a aplicação de questionários, pois este fato poderia criar certa desconfiança nos entrevistados e por isso poderia comprometer o andamento do estudo.

As perguntas eram formuladas priorizando a questão da violência urbana e do tráfico de drogas. “Contudo, este procedimento reconhece a importância de se manter uma sincronização permanente de reflexão e ação no trabalho de campo, como um ato de permanente equilíbrio intelectual” (BORDA, 1981, p. 55). Vale ressaltar que 154 pessoas foram envolvidas nas entrevistas entre o período de 2007 a 2009.

O quarto e último momento foi especificamente dedicado para a realização de observações sistemáticas sobre o contexto da criminalidade e do tráfico de drogas nos bairros do Guamá e da Terra Firme, resultando em relatórios de campo para a elaboração de dados que se destacam como fontes primárias.

Para Yin (2002, p.80), preparar-se para a coleta de dados pode ser uma atividade complexa e difícil. Se não for realizada corretamente, todo o trabalho de investigação do estudo de caso poderá ser posto em risco, e tudo o que foi feito anteriormente – ao se definir o problema e se projetar o estudo de caso – terá sido em vão. Em quase todos os temas que

despertaram interesses nos últimos anos (movimentos sociais, participação política, estudos de bairros periféricos, conjuntos habitacionais etc.), os cientistas sociais estiveram envolvidos em projetos que utilizaram entrevistas longas e ampla convivência com os informantes (CARDOSO, 1986, p. 98).

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo (OLIVEIRA, 1996, p. 15).

Para a coleta de dados, será necessário fazer um convite aos sujeitos que participarão da pesquisa, pois este procedimento será importante para entender a dinâmica do comércio da droga em Belém e o envolvimento dos atores sociais nessa atividade ilícita, e a sua forma de organização em rede, pois “uma percepção que se deve ter ao se fazer boas perguntas, é compreender que a pesquisa baseia-se em perguntas e não necessariamente em respostas” (YIN, 2002, p. 88). Foram entrevistadas 184 pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, porém destacamos no trabalho aquelas mais relevantes, além disso, muitas respostas eram parecidas, e por isso foram selecionadas para serem destacadas apenas algumas delas.

Assim, esse procedimento será importante para comprovar as hipóteses levantadas sobre a economia do narcotráfico em Belém e a sua ligação com as redes ilegais do tráfico internacional de drogas nas fronteiras amazônicas. Segundo Cardoso (1996, p.101), a coleta de material não é apenas um momento de acúmulo de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas.

Assim, concordamos com a ideia de Borda (1981, p.55), pois para ele o conhecimento então se move como uma espiral contínua, em que o pesquisador vai das tarefas mais simples para as mais complexas e do conhecimento para o desconhecido, em contato permanente com as bases sociais.

Os sujeitos que serão escolhidos intencionalmente e convidados para participar das entrevistas vão ser aqueles que têm, segundo Minayo (1995, p. 18), “vinculação mais significativa para o problema a ser investigado”. Além do mais, a concepção do objeto de estudo qualitativo sempre é vista na sua historicidade, no que diz respeito ao processo desenvolvimento do indivíduo e no contexto dentro do qual ele se formou (GUNTHER, 2006, p. 202).

A responsabilidade do pesquisador em Ciências Sociais é a obrigação moral, intelectual, com a qual deve exercer a profissão, tendo plena consciência de que o modo, tanto

teórico como prático, de exercê-la acarretará consequências, e de que é ele o autor, a causa voluntária dessas consequências (SCHLEMMER, 1992, p. 137).

Foram muitas dificuldades encontradas para a finalização da pesquisa. Para a coleta de dados primários em órgãos de segurança pública, foi preciso um documento que comprovasse que eram para fins acadêmicos, entretanto, só poderiam ser liberados diante de uma análise e posteriormente uma aprovação do delegado geral, o que provocou um atraso na coleta de dados.

Foram aproximadamente quatro anos acompanhando de perto a realidade dos moradores dos bairros do Guamá e da Terra Firme. Vários relatos destes moradores já levantavam essa questão do tráfico de drogas e da violência urbana. Até mesmo os atores sociais envolvidos na trama do narcotráfico admitem que estes dois bairros são marginalizados e por isso tornaram-se violentos. O pesquisador acompanha essa realidade desde o curso de graduação em bacharelado e licenciatura em geografia, quando ocorreu o interesse pela pesquisa direcionada para esta temática muito questionada na época, mas hoje, diante dos fatos, realizada. A título de pesquisa científica e com a finalidade de chegar a conclusões precisas que foram levantadas pelas hipóteses, procurou-se cruzar as informações para saber até que ponto as entrevistas apontaram para uma mesma resposta, de forma a garantir que, de fato, são verdadeiras e ajudarão a compreender melhor a organização do narcotráfico na cidade e nos bairros estudados.

Para a formulação dos mapas temáticos que são apresentados na pesquisa, com informações precisas, foi preciso inserir-se diretamente na pesquisas de campo, quase sempre acompanhando viciados (ou consumidores), indo até as bocas de fumo ou aos pontos de vendas de droga. As várias visitas do pesquisador em territórios controlados pelo tráfico facilitaram a criação de uma rede capaz de fornecer informações precisas e relevantes para a pesquisa.

Por isso, os limites territoriais destacados nos mapas foram definidos a partir do contato com o objeto de pesquisa. Foram mais de 12 meses de visita de campo até ganhar a confiança de alguns e ao mesmo tempo a desconfiança de outros. As informações recolhidas eram depois anotadas em um caderno de anotações onde eram registrados os fatos. Assim, ficou fácil visualizar o limite de cada grupo e identificar a localização de alguns pontos.

Pode-se dizer que a história de vida do pesquisador foi fundamental para o andamento da pesquisa e a conclusão da mesma, o que não deixou em nenhum momento a sensação de que o trabalho não seria realizado.

Ainda jovem, tive contato com a criminalidade quando com 14 anos fundei uma gangue nos limites do bairro da Terra Firme e do bairro de Canudos. Muitos dos jovens que faziam parte desta gangue acabaram por se envolver em atividades ligadas ao tráfico de drogas, como aviões, consumidores e até mesmo traficantes que controlam hoje áreas na Terra Firme.

Por várias vezes visitei as bocas de fumo para adquirir maconha e pasta de cocaína. Na época o pó de cocaína, que é muito comercializado hoje, representava uma raridade no comércio do narcotráfico. Por várias vezes desempenhei o papel de aviãozinho para ganhar confiança de alguns traficantes da área. Mesmo não consumindo cocaína, achava importante ir até a boca buscar o “bagulho”, pois na periferia quem está perto do traficante se sente protegido e quem está longe pode ser perseguido. Naquela época, os traficantes da área não gostavam de pichadores, nos achavam um “bando de sujeiras” que atraía a polícia para perto das bocas, e quase sempre nas fugas da polícia quando estávamos em conflitos com outras gangues, nós não corríamos para os locais controlados pelos traficantes, pois eles atiravam como forma de represália.

Eu e mais alguns integrantes da gangue tínhamos, como se diz na periferia, “moral” com eles, pelo fato de às vezes irmos até a boca enquanto consumidores ou então “avião camarada”, que na época era aquele que se dirigia até a boca de fumo para pegar droga para alguém, mesmo não trabalhando para o traficante.

Nessa época comecei a presenciar os conflitos envolvendo traficantes da área, levando, inclusive, à morte alguns. Todo o sistema era bem montado e organizado, o avião dificilmente leva o consumidor até a boca e se eles não conhecem o consumidor, eles o roubam.

Por algumas vezes nos reuníamos em uma casa para fazermos a “roda da maconha”, droga que cheguei a experimentar, mas não me tornando viciado. Quando acabava, alguém tinha que ir atrás da chamada “biata”. Quando cabia a mim a tarefa de ir atrás da maconha, nas proximidades da “boca de fumo”, por várias vezes me deparei com a polícia indo ao encontro de alguns traficantes para negociar o chamado “acerto”, ou seja, a parte para o policial pelo fato de saber que a atividade ocorre no local e ele permite. São chamados de “bate pau”, às vezes eram ex-policiais que não faziam mais parte da segurança pública, mas eles levavam outros policiais que passavam a também se beneficiar com o sistema.

Os olheiros ficavam pedalando de bicicletas em volta da boca de fumo, e qualquer “movimento errado” os aviões eram alertados. Sempre eu encontrava algum olheiro no caminho da “boca de fumo”. Quando a boca estava quebrada, alguns organizavam assaltos como forma de conseguir dinheiro para reestruturar a “boca de fumo”.

Amigos de infância de meu convívio social da baixada da Terra Firme já não estão mais vivos e outros estão presos. Tive uma infância conturbada, pois a perda precoce do meu pai e a infância pobre da periferia em muito contribuiu para que eu tivesse envolvimento com a criminalidade.

Diante das dificuldades de sobreviver em uma situação de pobreza e abandono, o envolvimento com as gangues era um refúgio. Existia uma rede social que crescia e dificilmente naquela época, em plena década de 1990, um jovem da periferia não se envolvia com as gangues. O meu envolvimento se deu, a princípio, dentro da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, com incentivo de outros colegas. Nunca imaginei que fazer parte do contexto das gangues de rua fosse me envolver completamente em uma situação de risco, pois se envolver em uma gangue era assinar sentença de morte, pois o jovem ficava marcado pelos integrantes das gangues rivais. Durante alguns anos, minha circulação ficou restrita apenas a uma parte do bairro, ou então em áreas de gangues aliadas.

Na escola, alguns alunos fumavam maconha no banheiro ou então na quadra de esporte. Era inevitável o contato com a maconha. Nessa época, a Terra firme já era conhecida pelas gangues, mas a fama de bairro violento estava com o Benguí e com a Pedreira. Belém era a cidade de muitas gangues de rua e vários pichadores que enfeitavam a paisagem da cidade com símbolos que demonstravam a influência de determinados grupos, a disputa era por quem pichasse mais o centro da cidade. Por que o centro? Era no centro que estavam os “filhos de papai”, a elite, aqueles culpados pelas desigualdades, por isso suas mansões deveriam ser riscadas, seus filhos roubados etc. Essa era a imagem que se tinham do centro, a disputa era grande.

Infelizmente tive a infelicidade dessa triste realidade, mas que muito me serviu de aprendizado e experiência de vida. Perdi muitos amigos que hoje, não estão mais vivos para contar suas histórias, mas que muito me serviu para este projeto. Acompanhei o enterro de alguns, soube da notícia da morte de outros que não pude dar o adeus final e por isso me senti triste e incapaz de mudar a história desses jovens. As mortes destes sempre estiveram relacionadas com a criminalidade. Felizmente pude trilhar um caminho diferente, recuperar o tempo perdido, entrar na UFPA e mudar a minha história.

A ideia de escrever sobre o crime primeiro veio por meio desses amigos de infância que já estão mortos. Percebi que eles ainda estavam naquela situação de risco, antes de suas mortes, e todos tinham uma situação parecida com a minha, ou seja, tinham famílias desestruturadas e pobres, pais semianalfabetos, moradores de áreas carentes.

Durante o terceiro ano de faculdade, certa vez o professor me fez a seguinte pergunta:

a) qual o título do teu trabalho?

E respondi para ele:

b) A territorialidade do narcotráfico na Terra Firme!

Diante da incerteza de muitos que estavam na sala de aula e não acreditavam que eu estivesse falando sério, veio à tona a vontade de contar a minha história de vida, e o professor perguntou se realmente eu estava falando sério e o que me levou a pesquisar este tema.

Expliquei os fatores e falei sobre a minha adolescência. Passei cinco anos da minha vida envolvido em uma rede social do crime. Sinto-me seguro para explicar esse fenômeno, talvez a explicação dos fatos seja mais bem analisada por que já fez parte do sistema. Não se trata de uma pesquisa que vise marginalizar os bairros e sim mostrar que já são bairros marginalizados e que essa é a condição fundamental para que o tráfico de drogas atue de forma eficaz, recrutando soldados e ampliando e fortalecendo sua rede social.

Todas as informações colhidas e anotadas que estão nas escritas deste trabalho são verdadeiras. O contato com os atores sociais envolvidos na trama das redes ilegais levou à conclusão deste projeto. A busca de uma metodologia de estudos aplicados para o tráfico de drogas é algo ainda muito complexo, talvez nem tanto se o pesquisador se envolver com a pesquisa e criar estratégias metodológicas, porém o risco é quase sempre inevitável e deve-se ter muito cuidado para não se confundir com o objeto.

As respostas aqui apresentadas para as questões levantadas representam noite e dias de pesquisas. Ainda hoje, me sinto envolvido pelas redes, não mais como “aviãozinho” e sim como morador do bairro que se sente inseguro diante da criminalidade crescente. Com toda certeza, os moradores dos bairros do Guamá e da Terra Firme, estão mais expostos à violência, muito mais do que a classe média, que ainda tem seguranças em seus condomínios fechados. Na periferia a única “segurança” é fazer amizade com um traficante da área ou com um criminoso que tenha poder em proibir assaltos na rua.

O propósito dessa pesquisa é justamente criar as possibilidades de mais estudos e dar conta de explicar o fenômeno das redes do tráfico de drogas e da violência urbana na periferia da metrópole para, a partir daí, despertar as atenções do Poder Público, não apenas da Secretária de Segurança Pública do Pará, mas dos projetos sociais principalmente, não na forma de assistencialismo, e sim em projetos sociais que tenham a capacidade de enfraquecer a rede social do crime, buscando qualidade de vida, educação e qualificação da mão de obra, além de, é claro, investimentos em infraestrutura urbana.

Diante destes projetos, e mais alguns, o Estado estaria se fortalecendo diante das redes ilegais que hoje vêm criando um poder paralelo e não constituído. E os dois bairros deixariam de serem considerados bairros marginalizados. Isto não corresponde apenas a uma realidade específica do Guamá e da Terra Firme. Hoje, se estende para a região metropolitana e já é motivo de preocupação da sociedade e do Estado.

1.5 JUSTIFICATIVA

Para melhor justificar a escolha da referida pesquisa, é necessário antes de tudo entender a formação socioespacial da metrópole. Belém, enquanto uma cidade que passou por um processo de expansão urbana acelerado. O conteúdo socioespacial da cidade nos remete a desigualdades e diferenciação no uso do solo urbano, como já apontado por Trindade Junior (1998). É diante dessa realidade sociogeográfica que partiu o interesse em explicar por meio da pesquisa o fenômeno do tráfico de drogas em redes para a comunidade acadêmica enquanto uma problemática presente no cotidiano da sociedade belenense.

Os dois bairros escolhidos para a pesquisa estão entre os mais violentos de Belém, e ainda, possuem as maiores taxas de homicídios da cidade e de acordo com os dados da Polícia Civil e Militar do Pará, são áreas que apresentam bolsões de pobreza e miséria, e forte discriminação. E, por isso, o tráfico de drogas e a criminalidade são características que marcam com frequência a história de vida dos moradores desses dois bairros e nesse sentido a proposta deste trabalho e demonstrar a semelhança entre eles.

O Guamá e a Terra Firme são de fato bairros próximos do centro de Belém, onde o crime controla algumas áreas por meio da “territorialização perversa” relacionada diretamente com o narcotráfico, onde o igarapé Tucunduba em contato com o rio Guamá representa, de acordo com a visão empírica dos moradores, o limite entre os dois bairros, mas ao mesmo tempo é uma área de grandes desigualdades e utilizada para o transporte de cocaína, realizado pelas diversas embarcações que ancoram sem uma fiscalização. E os becos e vielas que existem em torno do igarapé, são aproveitados como “espaços camuflados” para os traficantes.

Porque estudar o narcotráfico? Nos últimos anos, a violência vem se expandindo em Belém, sobretudo em bairros periféricos, onde o Guamá e a Terra Firme estão inseridos. Assim, a relevância da pesquisa está em seu sentido conceitual-teórico-metodológico de analisar um fenômeno emblemático que hoje desafia o poder público. Explicar o tráfico de drogas a partir de uma realidade social e geográfica vivenciada pela periferia ganha mais

sentido se ele for relacionado com o contexto externo aos bairros, em que a análise das redes do narcotráfico na Amazônia define a estruturação dos territórios nesses bairros.

Assim, a “territorialização perversa” do tráfico de drogas no Guamá e na Terra Firme deve ser entendida por meio dessa articulação em redes. Além disso, para a configuração de território é preciso formar uma rede social com atores sociais com funções específicas que aparecem como elementos simbólicos importantes para a manifestação da economia do crime e ao mesmo tempo para dinâmica territorial criada pelo narcotráfico. É justamente essa dinâmica complexa que atribui um significado importante para a pesquisa no âmbito das ciências sociais sobre um enfoque interdisciplinar, tornando-a relevante para a produção do conhecimento científico.

Em Belém, o avanço indiscriminado da população em direção às áreas de baixadas e periferias da cidade favoreceu a construção de uma paisagem urbana problemática que hoje é aproveitada pela criminalidade. O poder público não atentou para o fato de que o tráfico de drogas vê esses locais como pontos estratégicos de seu interesse. E por isso, a criminalidade vem se expandindo, com grande influência do narcotráfico.

A metrópole foi vista pela população pobre que veio do campo fugindo de problemas sociais como concentração fundiária, desemprego e conflitos agrários como lócus de riqueza e de transformação. O interesse era grande em migrar para a cidade, entretanto, a urbanização brasileira com forte tendência à metropolização transformou a metrópole em lócus de concentração da pobreza, dada as grandes desigualdades socioespaciais resultantes de um modelo de desenvolvimento desigual e combinado.

De acordo com Souza (2005, p. 192):

As metrópoles configuram-se no Brasil de hoje, ainda como lugares da riqueza, riqueza essa que, em parte, se desconcentra e se interioriza (Conquanto a centralização da gestão permaneça); entretanto, com a desconcentração de atividades e a fuga seletiva de agentes econômicos (migrações de profissionais altamente qualificados), a metrópole é, também, cada vez mais, um lócus da pobreza e da miséria, assim como, por tabela, de insegurança e da violência.

Pode-se dizer, com segurança, que a pobreza na metrópole é extremamente aproveitada pela economia do crime, ou seja, as atividades ilegais se expandem em direção aos pobres da metrópole, como por exemplo: a pirataria, o contrabando, o tráfico de drogas etc. Só a pobreza da população não é suficiente para explicar os fatores determinantes para a expansão do tráfico de drogas nas metrópoles. Essa argumentação não exclui as áreas ricas da cidade das atividades ilegais, se não seria culpar os pobres por todos os problemas que a

cidade enfrenta. Mas, é sabido, que a população carente representa uma mão de obra importante para a ilegalidade.

Nos dois bairros estudados, ou seja, no Guamá e na Terra Firme, a percepção do espaço geográfico nos faz refletir acerca da precariedade urbana que a periferia ainda enfrenta, e por isso, o tráfico de drogas transformou esses bairros populares em redutos da criminalidade e das redes ilegais, construindo e desconstruindo territórios.

A periferia de Belém é um grande exemplo no que diz respeito à desorganização espacial da cidade. A favelização já é um fato consumado na cidade e avança de forma caótica na região metropolitana por meio das chamadas “invasões”. Os bairros do Guamá e da Terra Firme tem sua evolução em meio a uma política de valorização do centro e expulsão das camadas pobres para as baixadas. A evolução urbana das baixadas em Belém aparecem em trabalhos de Ferreira (1995), Rodrigues (1996) e Trindade Junior (1998). Neste trabalho é dado ênfase ao processo social gerado a partir do tráfico de drogas e da violência urbana.

De certo, a evolução urbana destes dois bairros, sobretudo, em torno da bacia do Tucunduba, foi negligenciada pelo Estado que não acompanhou o forte crescimento populacional de dois bairros populares, onde o Guamá aparece com uma população de 102.161 habitantes e o bairro da Terra Firme com uma população estimada em 63.267, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000). Há pessoas nestes locais morando em condições sub-humanas, em sub-habitações em áreas de risco.

As organizações criminosas ao encontrarem um bairro pobre e pouco inserido na economia formal passam a manipulá-lo de acordo com os seus interesses. Por isso, as redes ilegais do tráfico de drogas hoje atuam de forma sólida nestes bairros, por enquanto sem encontrar muitas dificuldades em manter a sua “ordem”.

São justamente algumas das áreas mais “excluídas” (nesse caso, aparentemente excluídas) dos circuitos da globalização que usufruem as melhores condições para a produção da droga, tais como mão de obra extremamente barata e vulnerável, facilidade de controle (pela presença fraca do Estado ou em função de Estados corruptos) e condições físicas adequadas [...] (HAESBAERT, 2004, p. 62).

Diante desse contexto, formam-se os territórios-rede e os territórios-zona que dizem respeito à realidade periférica de Belém. O crime organizado em redes insere os bairros em uma lógica de organização multiescalar que ligam o local ao global. O tráfico de drogas em escala local no Guamá e na Terra Firme está dentro de um contexto mais amplo e dinâmico

que é justamente a escala global das redes ilegais, onde a Amazônia ganha destaque pela passagem quase que obrigatória da droga pela região. Nesse sentido, a rede que abastece o comércio internacional de cocaína, tende a abastecer o comércio regional e local.

É essa a relação entre redes e território que a pesquisa atenta ao falar de território-rede e territórios-zona.

É nesse contexto que as redes ilegais do narcotráfico atuam na cidade, ou seja, em formas de territórios-zonas e territórios-redes, configurando espaços extremamente controlados por grupos ligados ao tráfico de drogas ou crime organizado, articulado em redes, que em algumas vezes utiliza o discurso da necessidade causada pela pobreza e falta de oportunidades, criando certa identidade territorial aliada ao circuito da droga e estabelecendo um poder simbólico sobre a população periférica e favelada. E assim, pretende-se com esta pesquisa, contribuir para acrescentar algo a mais ao conhecimento da temática, dando respostas para as questões, apresentando a contribuição da Geografia.

Esta contribuição vem a partir da criação de um conceito que permite uma melhor apreensão do problema enfocado. Nesse sentido, temos conjuntamente ao processo de espoliação urbana e segregação socioespacial, uma dinâmica de inclusão precária dos atores sociais subalternizados nos sistemas econômicos formais. A este processo de inclusão precária, bem descrita por Martins (2002), associa-se uma dinâmica de territorialização precária, que consiste na criação de territórios com grande instabilidade e insegurança socioespacial, com uma fragilidade dos laços entre os grupos sociais e destes com o espaço (HAESBAERT, 2004). Porém, para além do par “inclusão precária - territorialização precária”, quando analisamos a economia do crime, ligada ao tráfico de drogas, percebemos o que Castells (1996) chama de integração perversa de atores sociais em formas econômicas ilegais, sendo que esse processo, sendo visto territorialmente, pode ser explicado por uma dinâmica de territorialização perversa que se constitui em um processo de apropriação/dominação de espaços a partir da economia do narcotráfico. E fechando a discussão, é com este conceito que pretendemos contribuir teoricamente com este trabalho.

Dados da Polícia Civil do Pará apontam para uma maior concentração da violência urbana nos bairros do Guamá e da Terra Firme, com elevado número de homicídios, furtos, roubos e tráfico de entorpecentes. A Polícia Militar do Pará também destaca o Guamá e a Terra Firme como os dois bairros mais influenciados pelo tráfico de drogas. Por isso, os bairros foram escolhidos pela pesquisa. Também há de se considerar para a escolha dos bairros, a trajetória acadêmica do pesquisador, que desde a graduação já manifestava uma inquietação acerca da temática, dando origem a um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

para a obtenção do grau de bacharel e licenciado em Geografia pela UFPA, e uma monografia de especialização defendida pelo NAEA para a obtenção do título de especialista em desenvolvimento de áreas amazônicas.

Os órgãos de segurança pública reconhecem uma particularidade que envolve esses dois bairros, Guamá e Terra Firme, não apenas relacionada à desorganização espacial e à pobreza urbana, que é muito concentrada neles, mas ao tamanho do mercado consumidor da droga e à localização, que é próxima a uma das formas de transporte da cocaína, que diz respeito ao rio, nesse caso o rio Guamá, ligado ao igarapé Tucunduba, uma das portas de entrada da droga nesses bairros, atravessando pela UFPA.

Uma justificativa prática deste projeto é dar relevância a um tema que diz respeito ao cotidiano das pessoas e que ainda é um pouco que negligenciado na academia e não sendo, por isso, menos importante. Pelo contrário, ressaltamos sua seriedade quando conhecemos a realidade da periferia. Assim, como uma forma de colocar em efervescência o debate acerca do narcotráfico, este projeto assume singular valor.

Entender o processo de “territorialização perversa” significa colocar em evidência, dinâmicas e processos muitas vezes esquecidos pelo poder público. Nesses termos, as conclusões contidas podem servir de ponto de partida para a formulação de políticas públicas direcionadas a estas áreas analisadas, políticas estas que tenham como ponto de partida fundamental, a realidade das mesmas.

Por meio desta pesquisa, pretende-se despertar o interesse de outros pesquisadores para a problemática e, além disso, chamar a atenção para as necessidades de se formular políticas públicas não apenas ligadas à repressão ao narcotráfico, mas voltadas também para o fortalecimento das redes sociais comunitárias, o que evitaria a configuração de uma rede articulada ao tráfico de drogas, uma vez que a necessidade de muitos, a desesperança dos jovens e a exclusão social, representam a grande base de apoio para que a criminalidade se sustente e fragilize a atuação do Estado, passando a competir com ele e a fortalecer a sua rede social ligada ao crime.

2 DAS REDES AO TERRITÓRIO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

A dimensão espacial do narcotráfico na periferia de Belém está envolvida, como já destacado, em um sistema aberto, interligado pelas redes internacionais do narcotráfico, sobretudo na própria região amazônica, ou seja, uma conexão direta com os produtores da América Andina. Portanto, faz-se necessária uma análise teórica acerca do conceito de redes e de território que será utilizada como direcionamento para o resultado final da pesquisa, destacando:

2.1 REDES

Analisando as redes, Miranda Neto (2008, p. 29) afirma que “a rede é carregada de intencionalidades, de ações deliberadas que fazem dela um instrumento pelo qual se manifestam múltiplas relações de poder, por vezes contraditórias e de difícil discernimento.

Raffestin (1993, p. 104) vai mais além, pois para este autor “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando-o território: tanto libera quanto aprisiona. É o porquê de ser o instrumento, por excelência, do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Desse modo, é imperativo analisar a relação entre as redes e o território, pois as redes, no atual período da história da humanidade, aparecem como instrumento de manipulação, poder e controle da sociedade e, portanto, elementos fundamentais para entender as atuais configurações territoriais de atores sociais que compõem o espaço.

Desses termos, deriva-se mais um componente essencial: “a política”, não exclusivamente do Estado, mas a dos diversos atores dispostos estrategicamente no espaço, estabelecendo territorialidades superpostas nas quais se manifestam diferentes e contraditórias relações de poder (MIRANDA NETO, 2008, p. 29).

Para o geógrafo Santos (1998, p. 57), “as redes são vetores da modernidade e também da entropia. Mundiais, veiculam um princípio de ordem, uma regulação a serviço dos atores hegemônicos na escala planetária. Locais, essas mesmas redes são portadoras de desordem”.

Existe uma relação de interesses dos agentes hegemônicos na articulação das redes formais. Muitas excluem grandes extensões dos territórios dos Estados, causando uma fragmentação do espaço, ou seja, áreas que são excluídas (ou incluídas precariamente) do processo de globalização que hoje é cada vez mais intermediado pela atuação das redes, sejam elas de transportes, de telecomunicações ou de empresas supranacionais.

As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica das redes modifica, de forma substancial, a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura (CASTELLS, 1999, p. 497).

De acordo com Santos (1996), as redes se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, em que é também levado em conta o dado social, sendo a primeira:

Toda infraestrutura que permite o transporte de matéria, energia, ou informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de combinação (CURIEN apud SANTOS, 1996, p.208).

É preciso levar em consideração esse dado apontado por Santos, de que as redes são técnicas e sociais, ou, como este autor propõe, sociotécnica. Para ele, “a fluidez não é uma categoria técnica, mas uma entidade sociotécnica. Ela alcançaria as consequências atuais se, ao lado das novas inovações técnicas, não estivessem operando novas formas de ação” (SANTOS, 1996, p. 219).

Haesbaert (2004, p.149) define Rede como o “espaço organizado a partir de relações sociais que priorizam a mobilidade e a fluidez, por meio de linhas ou dutos e polos ou nós (conexões), necessários à dinâmica dos fluxos (materiais ou imateriais) que o fundamenta”.

A estrutura em redes se generaliza, assegurando circulação e difusão da informação, permitindo a coordenação das atividades e a transmissão rápida das instruções e dos resultados (DELAPIERRE, 1995 apud SPOSITO, 2008).

É importante perceber que as redes não surgem do nada, elas obedecem a um jogo de interesses de numerosos agentes em diferentes locais, sejam eles agentes hegemônicos ou agentes hegemonzados, e exercem sua função como sujeitos históricos da produção e apropriação do espaço geográfico.

Segundo Veltz (1995 apud SPOSITO, 2008. p.48), “o estudo da organização espacial dos fluxos conforma o estudo mais geral das transformações do território”. Este autor antecipa, com essa afirmação, a influência que uma rede de comunicação exerce sobre as novas configurações de um território que, anteriormente, não conhecia a instalação de cabos ópticos ou de torres de retransmissão e de recepção de impulsos de satélites (SPOSITO, 2008).

Os objetos técnicos que possibilitam uma maior fluidez no espaço das cidades constituem elementos essenciais para entender o sentido da organização social na área urbana, tais como: fluxos de pessoas, informações, capitais e mercadorias.

Para Sposito (2008, p. 48):

Na tentativa de compreender o que é rede, foram considerados: estrutura, escala, atores, território e fluxos. Esses elementos, na conformação das redes, combinam-se de maneira complexa, e sua visualização se torna impossível do ponto de vista quantitativo. É apenas qualitativamente que se pode compreender as possibilidades de articulação desses elementos entre si.

As redes estão por todas as partes, sejam elas legais ou ilegais. O conjunto de pontos interconectados movimentam a vida nas cidades e assim, deve-se entender a relação entre redes e o espaço urbano como parte de um processo global que caracteriza o atual período tecnológico, no qual o espaço dos fixos muitas vezes é confundido com o espaço dos fluxos. Eis o espaço geográfico da vida metropolitana do mundo globalizado, lugares que se integram e que se fragmentam, que se complementam e que se excluem diante de relações complexas que as redes determinam.

Para Castells (1999), “a rede” significa, por sua vez, “um conjunto de nós interconectados”, ou como argumenta Sposito (2008, p. 50), é “a formação das redes que estabelece um novo paradigma para a compreensão do conceito de espaço”.

As redes representam verdadeiros pontos no espaço, interconectados por vias que facilitam o contato. As redes movimentam a produção, a circulação e as ideias. A organização do espaço em redes nada mais é do que a atuação dos fixos e fluxos, que dão sentido e vida ao espaço geográfico.

Nesse sentido, as redes “estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias” (RAFFESTIN, 1993, p. 200).

O estudo das redes é destacado nos trabalhos de Dias (1995; 2007). Para esta autora:

Toda história das redes técnicas é a história de inovações que, umas após as outras, surgiram em resposta a uma demanda social antes localizada do que uniformemente distribuída. Com a ferrovia, rodovia, a telegrafia, a telefonia e finalmente a teleinformática, a redução do lapso de tempo permitiu instalar uma ponte entre lugares distantes: doravante eles serão virtualmente aproximados (DIAS, 1995, p. 154).

A expansão do sistema capitalista, por meio das revoluções industriais, trouxe para a humanidade uma série de inovações precisas que hoje atendem às necessidades dos modelos de desenvolvimento econômico. Essas inovações técnicas modernizavam (e ainda modernizam) a infraestrutura das cidades, facilitando o contato entre elas, dinamizando a rede urbana dos países, ao mesmo tempo em que proporcionam uma maior fluidez no espaço, facilitando a atuação das atividades bancárias, informacionais e políticas.

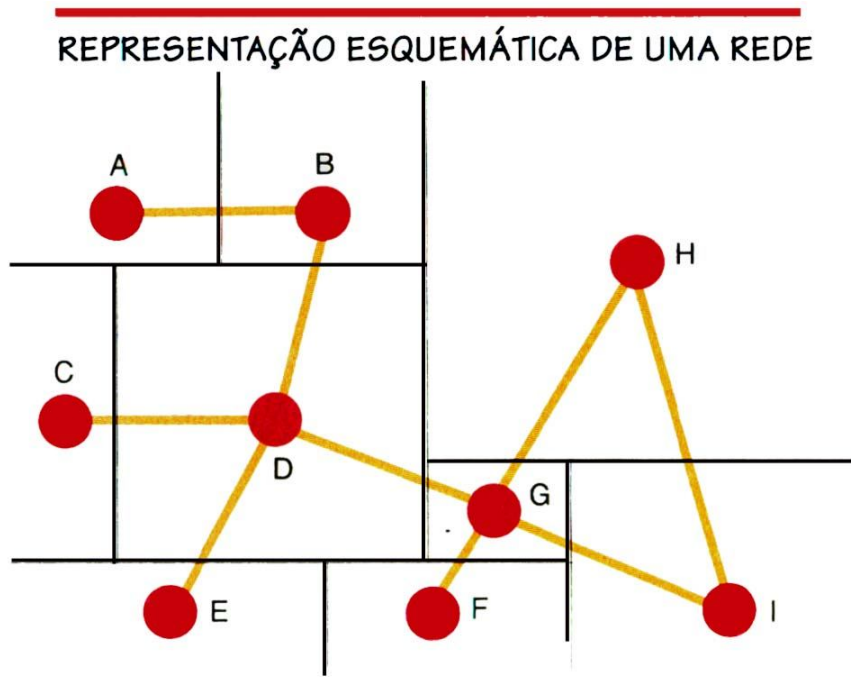
A preocupação em entender o termo rede e os possíveis efeitos que elas podem estar gerando no território já aparecia nos trabalhos de Saint-Simon. Este termo aparece como um conceito central e importante para sua análise.

Na linha de um socialismo planificador e tecnocrático, o filósofo e economista francês defendeu a criação de um Estado organizado racionalmente por cientistas e industriais (DIAS, 1995, p.144). A expansão das redes técnicas, estradas, ferrovias, Telecomunicações e rios eram à base da conectividade.

Em suma, o projeto comum era um projeto de integração territorial, integração dos mercados regionais, pela quebra de barreiras físicas, obstáculos à circulação de mercadorias, de matérias-primas, mas também de capitais (DIAS, 1996, p. 203).

O impacto das redes no espaço urbano é o foco de análise de muitos teóricos que discutem sobre o assunto. Para Musso (2002, p. 5), uma nova divindade se instala, uma divindade técnica, na verdade, hipertécnica, na qual a figura da rede se impõe. Para este autor, tudo é rede, ou são redes de redes.

Este autor acrescenta ainda que a organização da vida cotidiana se deve a um uso permanente de redes de acesso ou de conexão: redes elétricas, redes urbanas, de comunicação e de informação. Portanto, uma inserção de malhas e redes que se sobrepõem no planeta inteiro (MUSSO apud UEDA, 2007, p.160). O esquema abaixo faz uma representação esquemática das redes.



Esquema 1 - Esquema das redes.

Fonte: Raffestin (1993).

Não é tarefa fácil pensar e discutir as redes, nem muito menos os seus impactos na reestruturação do território. Ainda é um tema muito polissêmico, além disso, muitos autores abordam o assunto a partir de imagens e metáforas, criando uma confusão teórica acerca do termo.

Durante muito tempo, a rede aparece associada a uma técnica reticular e às metáforas do organismo. Essas ambiguidades na noção de rede, principalmente na dimensão técnica e social, são vistas e analisadas por muitos de forma separada. Assim, muitas foram as pesquisas que derivaram em discursos prospectivos, seguindo uma causalidade linear entre o desenvolvimento técnico e as transformações espaciais, sociais e econômicas (MUSSO, 2002, p. 15).

Dupuy (1982a; 1982b), Dias (1995; 1996) e Benakouche (2005) escreveram vários trabalhos sobre o assunto, contestando o paralelismo que se produziu e ainda se produz em determinadas áreas do conhecimento. Autores como Graham e Marvin (1996, p.8) apontaram que o determinismo tecnológico é comum em todos os setores e pesquisas, uma vez que mudanças urbanas atuais e futuras são frequentemente assumidas e determinadas pelas mudanças tecnológicas por meio de um simples mecanismo de causa e efeito, existindo o que chamam de “mito do determinismo tecnológico”.

Para Graham (2000 apud UEDA, 2007), o determinismo não modela todos os efeitos tecnológicos em todos os lugares: estando a tecnologia disponível, as lutas políticas e sociais podem (re) dirigir sua aplicação e mudar seus efeitos.

Santos (1996) ressaltou que o entendimento sobre as relações entre as redes técnicas e o espaço urbano é muito mais amplo do que definem muitos autores, e por isso, muitas vezes, essas definições se multiplicam. Afirma que ao trabalhar e analisar o papel das inovações tecnológicas e das redes técnicas, os investigadores têm definido duas matrizes bem distintas: uma que somente considera a realidade material, e a outra que considera os dados sociais.

Dupuy (1998, p. 60 apud UEDA 2007, p.161) tem insistido que as redes técnicas permitem a instantaneidade das relações, portanto não podem ser analisadas isoladas. Foi no século XIX que se intensificaram as interações entre os lugares, e a partir do século XX se constituiu um novo território, totalmente diferente dos anteriores. Com a construção das estradas de ferro, o deslocamento cotidiano não foi somente o movimento de um espaço, mas o que o autor chama de uma possessão histórica de um novo território-rede, cujos limites não são mais os da cidade (UEDA, 2007).

A autora ainda destaca que:

As vinculações entre as estradas de ferro e os telégrafos, e posteriormente os telefones, permitiram criar um conjunto territorial capaz de canalizar os fluxos. Essas vinculações somente se percebem no espaço geográfico se forem analisados considerando três elementos básicos, que ao final se complementam. As relações entre redes e territórios, entre redes e poder e a organização territorial das redes [...]. (UEDA, 2007, p. 162).

Continuando a teorização sobre as redes, Roberto Lobato Corrêa introduz a ideia de que rede geográfica seria “um conjunto de localizações geográficas interconectadas” entre si, “por um certo número de ligações” (CORRÊA, 1995, p 107).

Com este conceito, Corrêa (1995) dá uma grande contribuição da geografia para a análise das redes e seus impactos sobre o território, pois os territórios no atual contexto de globalização devem ser entendidos, carregados por pontos interligados, pois por mais excluídos que sejam, eles sempre sofrem influência de algum tipo de rede e, portanto, de algum tipo de poder.

Pode-se acrescentar nesse tema o conceito de horizontalidades e verticalidades de Milton Santos, em que “as horizontalidades seriam os domínios da contiguidade daqueles lugares vizinhos, reunidos por uma continuidade territorial; enquanto as verticalidades seriam

formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (SANTOS, 1979, p. 139).

Com essa ideia, Santos (1979) contribui com uma base teórica para a discussão sobre territórios-zonas e territórios-redes. Este autor continua a argumentação e diz que “o território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas (SANTOS, 1979, p. 139).

Hoje, entender a rede urbana brasileira é também detectar as múltiplas funcionalidades que a cidade desempenha, em múltiplos territórios fragmentados e articulados. A cidade se transforma em nexos das articulações territorializantes das redes, e “é então que as cidades se convertem em nós de uma trama” (MOREIRA, 2001, p. 59). Diante de um espaço transformado numa grande rede de nodosidades, a cidade vira um ponto fundamental da tarefa do espaço de integrar lugares cada vez mais articulados em rede.

Para Santos (1996), o lugar em que a rede organiza sua ação arrumadora do território é um agregado de relações ao mesmo tempo internas e externas. Atuam aqui a contiguidade e a nodosidade. A contiguidade é o plano que integra as relações internas numa única unidade de espaço, é a horizontalidade. A nodosidade é o plano que integra as relações externas com as relações internas da contiguidade, é a verticalidade. Cada ponto local da superfície terrestre será o resultado desse encontro entrecruzado de horizontalidade e de verticalidade. E é isso o lugar.

Assim, as horizontalidades seriam o território fechado, zonal; e as verticalidades o território-rede, aberto ou de relações verticais. E sendo assim, pode-se dizer que as relações horizontais no território representam as solidariedades orgânicas que acontecem em um determinado território contínuo, e por sua vez, as verticalidades seriam as solidariedades organizacionais, que acontecem por meio dos nexos ou nodosidades estabelecidas de acordo com a atuação dos agentes hegemônicos que “estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias (RAFFESTIN, 1993, p. 200).

Assim se apresentam as redes, em uma simbiose que concentra e dispersa fluxos materiais e imateriais que saem e chegam a diversos pontos espalhados pelo espaço geográfico e que se fazem presentes na vida cotidiana dos agentes hegemônicos e hegemonzados que constituem as relações dialéticas de poder e de atuação no território.

2.2 TERRITÓRIO

A geografia é uma ciência que se preocupa em explicar a sociedade por meio da sua relação com o espaço geográfico, um espaço que é produto da transformação da relação entre homem e a natureza. A ciência geográfica, assim como outras ciências, apresenta várias categorias de análise, e dentre suas principais, podemos destacar o espaço, o lugar, a paisagem, a região e o território que não são de sua exclusividade, mas recebem uma análise diferente sobre outros olhares e com outras perspectivas.

Neste trabalho pesquisa, analisa-se o território sobre os impactos das redes. E se tratando de uma pesquisa que envolve a dimensão territorial das redes, é de grande importância definir o que se entende por território, sendo que quando se fala de espaço urbano metropolitano, fala-se também de contradições e conflitos de toda ordem que acontecem entre os diversos atores sociais que compõem o espaço urbano. Por isso, entende-se a metrópole como um espaço homogêneo, com múltiplas territorialidades que fazem parte da dialética do espaço.

Assim, os efeitos diversos que as redes promovem no território devem ser vistos como um campo de relações de poder que se circunscreve no cenário local, regional e nacional, que não estão dissociados, muitas vezes, de um contexto global que envolve a questão do território, nosso foco de análise.

Desse modo, a dinâmica econômica do narcotráfico internacional envolve uma questão de poder que é materializado em porções do espaço, que se transforma em território estratégico das redes ilegais que perpassam pela região amazônica e pela metrópole de Belém.

Grande foi o esforço de diversos teóricos em definir um conceito central para a categoria território. Nesse sentido, a sua teorização se dará de forma muito mais sólida e consistente na geografia política durante o século XIX, ou seja, período da corrida imperialista europeia em direção à África e à Ásia.

Segundo Moraes (1991), Ratzel foi o grande precursor da definição de um conceito de território. Para este teórico, a fundamentação do território estava baseada nos interesses do Estado, o que pode ser explicado, segundo Raffestin (1993, p.15), pelo próprio contexto histórico de Ratzel. Na época, a Alemanha do século XIX estava atrelada ao contexto Hegeliano, ou seja, Ratzel racionaliza e dá ao Estado sua significação espacial, teoriza-o “geograficamente”.

Os estudos realizados por Ratzelianos tinham forte relação com as políticas ideológicas expansionistas do Estado, além de uma grande influência naturalista, tema

predominante nos trabalhos de Ratzel. Por isso, estes estudos levaram à marginalização da temática territorial nas discussões da academia, pois a categoria território estava limitada na esfera das estratégias geopolíticas dos Estados-nações.

As transformações históricas que passaram a repercutir a partir dos anos 60 do século XX chamaram a atenção para uma necessidade de rever o conceito de território. Era preciso levar em consideração outras relações de poder que se manifestavam no espaço. Com isso, a categoria território reaparece na geografia crítica e, com ela, diversas análises sobre o seu significado e conceito, agora não ligados apenas à ação do Estado-Nação em si, mas a partir do entendimento de que diversos atores sociais compõem o espaço com várias territorialidades que se manifestam em práticas culturais simbólicas, políticas e econômicas, que exprimem relações de poder que diversas vezes fogem à regra do Estado maior.

Não traçaremos aqui um perfil sobre o conceito de espaço, pois a análise do trabalho envolve mais a questão territorial, preocupando-se em não confundir espaço e território, que devem ser entendidos como categorias diferentes, mas que fazem parte de uma confusão de conceitos de alguns geógrafos.

O espaço seria a “prisão original” e o território a “prisão que os homens constroem para si”. Nesse sentido, o território seria o “espaço por excelência, o campo de ação dos trunfos” (RAFFESTIN, 1993, p. 59).

O espaço é o “local de possibilidades, a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a quaisquer práticas que serão o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar” (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

O espaço sempre vai ser anterior ao território, o espaço é construído, o território é apropriado a partir do espaço. O espaço é a transformação da natureza pelas ações da sociedade, o território é o poder político-ideológico dos grupos que compõem o espaço, e por isso devem ser entendidos não como sinônimos, mas sim a partir de análises diferentes.

Raffestin (1993) define o espaço como um conjunto de possibilidades para as ações de determinados atores, a partir do qual se forma o território: resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Esse ator, por conseguinte, define um campo para sua ação que não corresponde necessariamente ao “espaço”, mas um espaço especificamente construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema carregado de significados.

Na abordagem feita por Raffestin (1993), o conceito de espaço é anterior ao de território. Para este autor, o espaço e o território não são termos equivalentes.

O território é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, o ator 'territorializa' o espaço. [...]
[...] O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja, energia e informação e que por consequência revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Para Raffestin (1993), o território seria um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema semântico. Destaca que do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território. E que toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamento, se traduz por uma “produção territorial” que em sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente, permite assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, permitindo, dessa maneira, realizar a integração e a coesão dos territórios.

O autor já dá certo destaque para a atuação das redes sobre o território. As redes aparecem como possibilidades de manifestação simbólica e de controle da área de interesse dos agentes. Territórios fragmentados se encontram por meio dos nós que compõem a teia de relações sistematizadas pelos fluxos manifestados.

Todo território está sujeito a conflitos, a disputas pela sua conformação, ou seja, todo poder ameaçado pode manifestar algum tipo de resistência por meio de conflitos, pelo uso da força, pelas guerras.

A metrópole pode ser enxergada como um espaço heterogêneo, com diversas territorialidades com realidades adversas e que estão envolvidas em constantes conflitos, pois sofrem constantes ameaças.

A conformação da batalha do terreno é de grande importância nas batalhas. Assim sendo, apreciar a situação do inimigo, calcular as distâncias e o grau de dificuldades do terreno, quanto à forma de se poder controlar a vitória, são virtudes do general de categoria. Quem combate com inteiro conhecimento destes fatores vence, de certeza, quem o não faz é certamente derrotado (SUN TZU apud SOUZA, 1995, p.77).

Na obra citada acima, Sun Tzu, em Arte da Guerra, demonstra sua preocupação em conhecer justamente o território, para, a partir desse conhecimento, conseguir seus objetivos, no seu caso, o de vencer o oponente. No entanto, como já foi dito, o território pode ser fruto de diversos outros interesses.

Como já retratado, a partir da geografia crítica, foi dado um novo sentido para a teorização do que seria o território. Um conceito não apenas ligado à ação do Estado-nação. Por isso, tem-se levado em consideração outros ramos da geografia, como por exemplo, a geografia humanística, na qual este conceito associa-se ao lugar, à região e ao espaço vivido.

Haesbaert (2004), ao conceituar território, cita que há duas tradições no conceito, uma já ultrapassada, a que privilegia a dimensão natural/biológica, e outra que prioriza as relações de poder na condição política do território.

Para o referido autor, é preciso apresentar uma terceira vertente, em que é imprescindível trabalhar com o território a partir da interação entre múltiplas dimensões sociais, assim como Souza (1995, p. 25), que também vê o território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Haesbaert (1995) ainda esclarece que a questão primordial em seu trabalho não é apresentar quais são as características geocológicas e os recursos naturais de certa área, mas o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações efetivas e de identidade entre um grupo social e o seu espaço, pois territórios existem e são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais das mais diferentes e que podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica ou cíclica.

O autor segue sua análise sobre o território, recordando de que maneira o termo surge na tradicional geografia política, quando o mesmo sempre foi associado no âmbito de um discurso evidentemente ideológico (referencial político do Estado).

Expõe que a noção de território presente no discurso científico confundia-se frequentemente e continua a confundir-se com uma percepção rígida. Mas dentre várias disciplinas, a antropologia, e particularmente a antropologia urbana e seus territórios, tem trazido importantes contribuições para a ampliação dos horizontes conceituais e teóricos. Porém, esta disciplina ainda tem dificuldades para alcançar uma interpretação “estratégica” dos problemas de sociedades complexas.

Paralelamente ao enquadramento do território na perspectiva geográfica, Haesbaert (1995) faz a análise da territorialidade ligando-a a essa perspectiva territorial da geografia. Assim, explica que a territorialidade existente no passado estava ligada à escala do território nacional, que era a territorialidade do Estado-Nação naturalizada.

Acrescenta que a outra forma de abordar a temática da territorialidade pressupõe não propriamente um deslocamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja o território, onde este representa um campo de força ou

uma teia, ou rede de relações sociais, que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade.

Exemplos de territorialidades flexíveis existentes nas grandes metrópoles modernas são os territórios da prostituição feminina ou masculina, que se concentram nas áreas de obsolescência ou “espaços deteriorados”. Demonstra o caráter cíclico desse tipo de territorialização e cria uma identidade territorial apenas relativa, mais funcional que efetiva, pois seus limites territoriais são instáveis (devido à mobilidade existente).

Souza (1995) explica que não apenas o que existe quase sempre é uma superposição de diversos territórios com formas e limites não coincidentes, mas que, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes.

Souza (1995) concorda com Raffestin (1993) no sentido de que o espaço é anterior ao território, mas critica o autor, uma vez que este “coisifica” o território, além de que ele praticamente reduz o espaço ao espaço natural. Para este autor, a territorialidade seria um tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço.

Souza (1995, p. 30) acentua que é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém, assim como o poder é onipresente nas relações sociais. “O território está, outrossim, presente em toda espacialidade social”.

Por outro lado, Souza critica o trabalho de Raffestin pelo fato de ele não romper com a velha identificação do território. Apesar de pretender desenvolver uma abordagem relacional por inteiro, sintetiza afirmando que Raffestin “não discerniu que o território não é substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças” (SOUZA, 1995, p. 97).

Para Souza (1995), vários autores conceituam territorialidade como algo parecido com o comportamento espaço-territorial de um grupo social, além de levar em consideração as tendências mais recentes, que apontam para um tipo de relação material ou cognitiva homem/meio, natureza/sociedade, amplo conceito lefebviano de produção do espaço, e também aquelas ligadas a noções como identidade regional e regionalismo.

Entende-se por território:

[...] o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade. Um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das

peças estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem) (SOUZA, 1995, p.84).

A configuração territorial possui “uma existência material própria, mas a sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelas relações sociais”, e esse conjunto de relações expressa uma “configuração geográfica” (SANTOS, 1996, p. 51).

A territorialidade seria como algo abstrato, o singular, aquilo que faz de qualquer território um território. As territorialidades, no plural, significam os tipos iguais em que podem ser classificados os territórios, conforme suas próprias dinâmicas. Assim, quando Souza (1995) fala de territorialidade, refere-se a certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é sempre uma interação entre seres humanos mediada pelo espaço.

Segundo Haesbaert (2004, p. 58), territorializar-se “significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo poder sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais, poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo”.

Já para Raffestin (1993, p. 86), a “territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Pode ser definida como um conjunto de relações sociedade-espaço-tempo”. O autor diz que a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sociohistórico e espaço-temporal.

De acordo com Raffestin (1993, p. 87), a territorialidade seria “o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade por meio do auxílio de mediadores ou instrumentos”.

Segundo Souza (1998, p. 97):

Mais que espaços concretos, que são, na verdade substratos materiais das territorialidades, os territórios são, antes, relações sociais projetadas no espaço, configurando-se como espaços definidos e delimitados por relações de poder, ou em outros termos, como relações de poder espacialmente delimitadas que operam sobre um substrato referencial.

Nesse sentido, a territorialidade poder ser entendida como uma base de poder de um determinado grupo ou agente sobre determinada área, como “estratégia espacial” de controle dos recursos e das pessoas, pelo controle da área. Assim, o tráfico de drogas, seja ele nas favelas ou nas periferias das metrópoles, utiliza estratégias para a sua territorialização. Várias concepções do conceito de território podem ser abordadas nessa análise.

2.3 TERRITÓRIOS-REDE EM AGLOMERADOS DE EXCLUSÃO

Outra forma de abordagem das redes e do território é a manifestação político-econômica e simbólico-cultural. De acordo com a proposta de Haesbaert (2004), nos aglomerados de exclusão, as redes ilegais têm o poder de se territorializar, uma vez que essas áreas são carentes de infraestrutura e serviços, onde a pobreza e a miséria se manifestam, e a desigualdade social é visualizada por meio da fragmentação territorial que é exprimida pela segregação socioespacial.

Nas favelas, em morros do Rio de Janeiro, ou em favelas em São Paulo, assim como em bairros periféricos marginalizados de metrópoles como Belém, por exemplo, a população passa a ser alvo fácil para que os agentes ligados à criminalidade exerçam sua influência, ancorados nas redes que ali se encontram. Também criam territórios, ou seja, territórios-redes, lugares conectados no espaço geográfico com outros espaços, por meio de modernos sistemas de comunicação. Haesbaert (2004) chamou de “territorialidade precária” para a territorialização de agentes em áreas precárias de infraestrutura e serviços.

Esse é o papel que as redes assumem no mundo contemporâneo: o de enraizar, fixar pontos estratégicos que promovam certa configuração territorial que demonstre o poder simbólico delas, pois “a estruturação de uma sociedade em rede não é, obrigatoriamente, sinônimo de desterritorialização, pois em geral significa novas territorializações, aquelas em que o elemento fundamental na formação de territórios, a ponto de quase se confundir com eles, é a rede” (HAESBAERT, 2004, p. 279).

Em se tratando das redes ilegais, o que se leva em consideração nesta pesquisa é a funcionalidade que o território passa a ter para as redes, como elemento chave da trama organizada que elas coordenam, e “assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2004, p. 280).

A atual configuração da economia mundial, hoje mais do que nunca organizada em rede, graças à revolução tecno-científica-informacional, é a representação do processo de globalização ou de mundialização da economia, da cultura, da informação e do capital, ou seja, as redes atendem aos interesses daqueles que as controlam. Por isso, a fragmentação do espaço é vista como resultado do processo de globalização das atividades econômicas legais que não se interessam por regiões que não se enquadram naquilo que o capital procura, ou seja, os mercados.

Entretanto, o que há de novo não é apenas uma diferença de grau, a intensidade com que o modo de organização em rede ou reticular se expandiu, mas também seu caráter qualitativamente diferente, ou seja, uma diferença de natureza, a começar pelo tipo de rede e sua articulação, hoje completamente distintos, principalmente a partir do fenômeno da compressão tempo-espaço (HAESBAERT, 2004, p. 280).

Isso significa dizer que não são apenas as redes legais da globalização que se beneficiam com o avanço tecnológico nos transportes e nas comunicações, que permitem uma maior aproximação entre realidades diferentes. De fato, é preciso entender a dinâmica dos fluxos que as redes, ou melhor, que as diferentes redes projetam em suas teias de conexão e que partem de diversos fixos, daí entender o tipo de rede que se apresenta no território, ou que gera impactos nele.

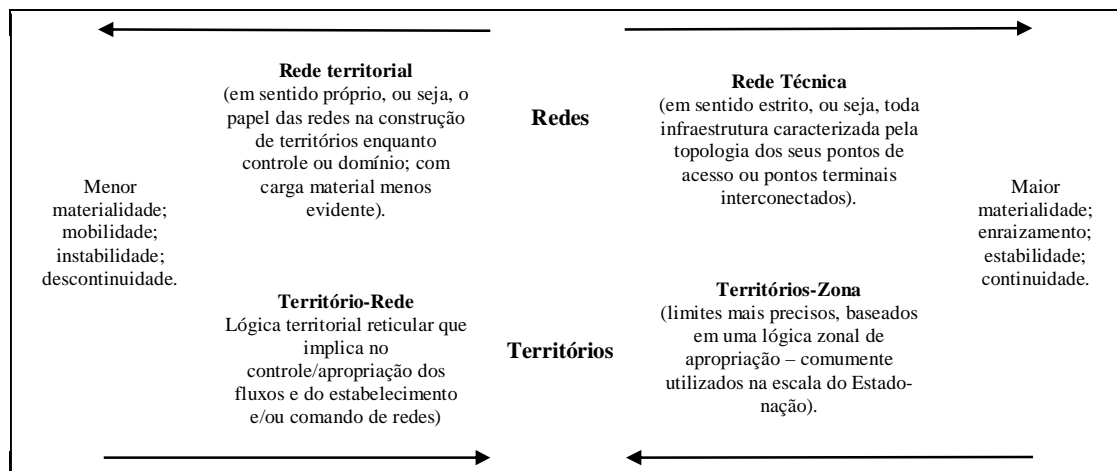
Assim, com uma maior carga imaterial, ou, mais propriamente, combinando de forma muito mais complexa o material e o imaterial, as redes contemporâneas, enquanto componentes dos processos de territorialização (e não simplesmente de desterritorialização), configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica (HAESBAERT, 2004, p. 281).

A lógica da territorialidade em rede parte do pressuposto de que os territórios não são contínuos e sim descontínuos, são territórios em que não há um limite certo, ou seja, algum tipo de demarcação simbólica que seja considerada o seu fim. Territórios-rede são formas de organização no espaço, que assumem o compromisso da fluidez que parte dos fixos e fluxos desse tipo de organização, e por isso são diferentes das formas de territorialização mais tradicionais, que tanto a geografia de Ratzel defendeu no século XIX. Hoje, as redes que compõem a dinâmica do território na atual fase de expansão das atividades capitalistas são sim as novas formas de territorialização da modernidade (ou pós-modernidade).

Se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento de feições meramente funcionais, ele é também um movimento dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem usufrui dele (HAESBAERT, 2004, p. 281).

Para Souza (2002, p. 427), “ao contrário do que se poderia pensar, o território não é uma ‘prisão’, a constatar com a ‘versatilidade’ das redes” e se “o território protege” e ‘a rede articula’, dentro de “uma dialética fechamento/abertura, então os dois polos são imprescindíveis” no território-rede ou em rede. Desta forma, podemos dizer que o controle (a proteção) é produzido por meio do movimento articulado (a rede). Para Souza (2002), o

território-rede representa uma “ponte conceitual” que reúne a contiguidade das redes. O quadro abaixo apresenta uma análise esquemática sobre as redes e o território.



Quadro 1 - Relativizador das diferenças conceituais entre redes e territórios.

Fonte: Miranda Neto (2006) com base nas formulações de Haesbaert (2002; 2004).

Berque (1982, p. 118), no mesmo princípio, fala de um espaço que “se organiza pela definição de certo número de pontos de referência e pela junção desses pontos em rede” (linear), e um espaço que se organiza sem referência prévia: cada lugar no seu contexto, sendo em si mesmo sua razão de ser” (areolar).

Castells (2003) trata do “espaço de fluxos”, que organiza a função e o poder em nossas sociedades, e o “espaço de lugares”, relacionado à experiência no lugar, cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contiguidade física (CASTELLS, 2003, p. 512).

Musso (2002, p. 19-20) diferencia território (construção coletiva, um espaço de representações e de ações) e redes (um artefato técnico que se sobrepõe no território), sendo que as redes podem modificar as relações no território por meio da redução das distâncias, que dilatam ou contraem o espaço.

Ao se deter nas múltiplas perspectivas do território, Haesbaert (2004) deixa claro que o território não pode ser definido como enraizamento e limite, ao contrário de Raffestin (1993, p.280), e afirma que “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento”.

Pesquisas no campo das ciências humanas vêm buscando integrar as duas perspectivas, ou seja, redes e território, a partir do momento em que é construída uma ponte entre as ideias de rede (conexão) e de território (superfície), o último percebido como espaço

geográfico demarcado por processos da apropriação e de controle de indivíduos ou grupos. Território descontínuo (SOUZA, 1995) ou território-rede (HASBAERT, 1994; 2006) apresentam um tipo especial de território, mais complexo, caracterizado simultaneamente por limites e conexões (DIAS, 2007).

Sack (1998 p. 19) apud Dias (2007 p. 65) define territorialidade como “[...] a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e assegurando controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986, p. 19 apud DIAS, 2007, p. 65).

Fazer uma reflexão aprofundada sobre as novas territorialidades em rede é o grande desafio das ciências sociais, pois os territórios aparecem com formas e limites variados, abertos e fechados, horizontais e verticais, e suscetíveis, como as redes, “[...] que crescem por meio de seus nós, por todos os lados e em todas as direções” (DIAS, 2007, p. 65).

Dessa forma, essa dualidade também aparece nos trabalhos do sociólogo Bertrand Badie que, na sua análise sobre o “fim dos territórios”, destaca que o mundo das redes opõe dois modos distintos de articulação dos indivíduos e grupos, em que:

O primeiro é fundado sobre a contiguidade e a exaustividade, o segundo sobre relações livres dos constrangimentos espaciais. Um explica o fechamento e a exclusão, o outro, a abertura e a inclusão. Num caso, as relações construídas são eminentemente políticas, fundadas sobre a fidelidade cidadã, no outro elas são funcionais e supõe fidelidades móveis, não hierarquizadas, frequentemente setoriais e voláteis (BADIE, 1995, p. 135).

Badie (1995) aponta duas realidades: uma intrínseca, introvertida, mais estável, baseada nos laços políticos construídos pelos cidadãos e definida numa perspectiva mais zonal, com superfícies delimitadas; e outra, mais extrovertida, baseada em fidelidades móveis, instáveis desenraizadas, articuladas por meio de fluxos que rompem limites.

São justamente esses fluxos que caracterizam a dinâmica dos territórios-rede, voláteis, flexíveis e não sujeito aos limites demarcadores que definem onde começa e onde termina a influência de determinado grupo que se territorializa. Assim, falar de redes, hoje, no mundo contemporâneo, é também falar das formas de territorialização dos agentes hegemônicos e hegemonzados.

Segundo Massey (1993), diferentes indivíduos e grupos sociais estão situados de formas muito distintas em relação aos fluxos e interconexões, definindo o espaço a partir de

uma “teia complexa de relações de dominação e subordinação, de solidariedade e cooperação” (MASSEY, 1993, p. 157).

Nesses termos, pode ser entendida a atuação de diferentes atores sociais, que se territorializam, definindo pontos estratégicos no espaço de forma que estes nexos sejam inseridos na organização vertical das redes, sejam elas legais ou ilegais, como o narcotráfico, a imigração, o contrabando ou a biopirataria.

Para Massey (1993, p.61), diferentes grupos sociais têm distintas relações com esta mobilidade igualmente diferenciada; alguns são mais implicados do que outros; alguns iniciam fluxos e movimentos, outros não; alguns mais na extremidade receptora do que outros; alguns estão efetivamente aprisionados por ela.

Santos (1996, p. 219) explica que a fluidez, operada por intermédio das redes, “não alcançaria as consequências atuais, se, ao lado das inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação, a começar, paradoxalmente, pela chamada desregulação”.

Para Raffestin (1993), pode-se definir, portanto, o sistema territorial em tessitura (limites), nós (pontos que mobilizam a posição dos atores) e redes (sistema de linhas que desenham tramas), que o autor preferiu chamar de “invariantes territoriais”.

E com isso, as redes assegurariam o controle do espaço e o controle no espaço por meio de uma função circulação-comunicação, em que, quer se trate de uma coisa ou de outra, os atores estariam sempre diante de uma trama que designa os caminhos que, articulados aos nós, projetam suas ações e determinam o “desenho” de sua territorialidade.

Tanto Santos (1996) como Raffestin (1993) não ignoraram o aspecto social da rede, pois ambos consideravam que é adequado “decifrar a rede por meio de sua história e do território na qual estão instaladas, por meio dos modos de produção, que permitem a sua instalação, e das técnicas que lhe deram forma” (RAFFESTIN, 1993, p. 208).

Haesbaert (2004, p. 301) afirma que territorializar-se hoje é:

[...] a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar redes. Como vimos, elas jamais são completamente desmaterializadas, estão sempre, de uma forma ou de outra, desenhando materialmente territórios, novos territórios com uma carga muito maior de imaterialidade, é verdade, mas nem por isso “não-territoriais”. As referências espaciais se difundem por todo o canto, e o espaço / território é assim dotado de uma carga simbólica inédita, criando-se e recriando-se imagens espaciais muitas vezes na própria velocidade e volatilidade imposta pela lógica do mercado.

Dentro desse contexto, nossa pesquisa analisa as territorialidades-rede que se manifestam em áreas precárias de infraestrutura e serviços, justamente onde a pobreza é

predominante, áreas de habitação precárias que surgiram em função de ocupações espontâneas que se espraíram pela metrópole com a evolução urbana. As redes que excluem determinados lugares acabam por deixar brechas para que outros tipos de redes se articulem e incluam áreas esquecidas pelo capitalismo globalizado. É na periferia ou na favela que assistimos ao crescimento das atividades informais e ilegais, como a pirataria, o contrabando, o jogo do bicho e o narcotráfico. Todas essas atividades estão inseridas em redes clandestinas.

2.4 A “TERRITORIALIZAÇÃO PERVERSA” DA CRIMINALIDADE NAS METRÓPOLES

As ciências sociais preocuparam-se durante muito tempo em estudar a espacialização da violência, ou seja, identificar onde ocorreram (e ocorrem) as atividades criminosas e a partir daí relacioná-las às condições locais de ocorrência do fenômeno. Entretanto, essas condições locais quase sempre são tidas como a causa para a ocorrência das mesmas, o que é um grande erro por parte de alguns pesquisadores.

O espaço é uma categoria de análise da geografia, mas não de sua exclusividade, pois é utilizado por vários ramos do conhecimento em diferentes análises espaciais. Por isso, esse tema ganha grande destaque no campo interdisciplinar. O grande problema com a espacialização da violência está em não se chegar às suas raízes, pois apenas a repressão não é suficiente para resolver esse problema.

Neste trabalho, partimos da análise do território, pois esta categoria é importante para se chegar ao aprofundamento da questão que envolve a territorialização da violência no espaço urbano das metrópoles brasileiras, principalmente daquelas ligadas ao tráfico de drogas, seja nas favelas ou periferias. A “territorialização perversa” do crime é assim chamada pelo fato de submeter a população à lógica da violência urbana por meio de forte controle e repressão dos agentes ligados ao crime organizado, que passam a estabelecer regras que garantem o domínio sobre o território e formam uma espécie de poder paralelo que tenta fazer frente (ou fazem) ao modelo de organização política e econômica do Estado. Nesse sentido, há uma grande contribuição das ciências sociais para a referida problemática.

As diferentes territorialidades urbanas que são formadas na cidade operam de forma dinâmica na construção de identidades que ligam sua população aos interesses do crime organizado. Nesse sentido, pode-se falar de uma cultura das favelas ou das periferias que é produzida pelo tráfico de drogas, pelo jogo do bicho etc. As favelas são espaços produzidos por grupos com pouca (ou nenhuma) oportunidade no mercado formal imobiliário. São

espaços que chamam a atenção pelo tipo de organização espacial, que não obedecem aos padrões normais de habitabilidade humana, e o resultado negativo disso é a forte discriminação e o preconceito que a população favelada recebe da mídia e das classes mais privilegiadas.

Assim, o tráfico de drogas, ao territorializar-se nessas áreas, não encontra muitas dificuldades para reprodução de uma cultura violenta, que é manifestada, por exemplo, nos bailes funks ou em outros tipos de manifestações. “Os governos nacionais e locais são, em grande parte, responsáveis por essa situação, pois já não oferecem mais às populações locais uma real proteção contra os efeitos da globalização” (PEDRAZZINI, 2006, p. 95).

Para Santos (1996), os espaços formam pontos de “fixação” da história de sua produção. Assim, o espaço entendido como um sistema de objetos e um sistema de ações articuladas seria uma produção histórica. Ainda segundo este autor, “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, e fluxos novos ou renovados, que recriam as condições ambientais e as condições sociais, redefinindo cada lugar” (SANTOS, 1996, p. 50).

Ao se territorializar, a violência fixa, no espaço, aquelas condições inerentes aos processos que lhes deram origem, e assim as realimenta. As sociedades, como produtos de mudanças políticas e econômicas, tornam-se mais maleáveis às transformações de ordem global do que os territórios construídos e suas infraestruturas. Estes não são reestruturados, modificados e moldáveis, com a mesma rapidez dos processos sociais: são mais permanentes pela própria inércia. E por essa inércia, interferem nos processos sociais, realimentando aqueles que lhe deram origem.

Em muitos estudos de geógrafos brasileiros, a dimensão territorial da violência urbana tem sido negligenciada, além das medidas de combate a ela, pois se percebe que no interior das metrópoles brasileiras a violência vem se espacializando e ao mesmo tempo se territorializando. É no território que a pobreza, a exclusão social, a omissão do Estado, a violência e as carências tornam-se mais visíveis, mais presentes e escapam das máscaras que as abordagens setoriais lhes imprimem e minimizam. “A cidade é uma fábrica social da violência, onde os jovens dos bairros pobres são os proletários sem descanso. Mas essa luta pela sobrevivência os arrasta à exclusão (PEDRAZZANI, 2006, p. 97).

Os trabalhos que investigam as várias abordagens teóricas sobre os determinantes da criminalidade mostram a presença das variáveis socioespaciais relacionadas ao processo de urbanização (pobreza, desigualdade, concentração de renda, desemprego, entre outras), e

também a taxa de urbanização, adensamento demográfico, presença de vilas, favelas e bairros pobres na periferia das cidades.

Pode-se dizer que se está diante de um processo de segregação residencial de um grupo social por outro quando uma parcela da população é forçada ou induzida, em princípio, contra a sua vontade, a viver em um local onde, se pudesse escolher, não viveria – ou, pelo menos, não viveria confinada àquele local, ou ainda melhor, àquele tipo de local (SOUZA, 2008, p. 56).

Trabalhos empíricos interessantes têm sido realizados por autores como Cerqueira e Lobão (2003), Abranches (1994) e Zaluar (1994), a partir da teoria da desorganização social. Alguns autores encontram uma correlação negativa entre os fatores espaciais e sociais da urbanização brasileira, como as favelas, a pobreza, o desemprego, a desigualdade social etc. Abranches (1994) procura avaliar o macroambiente social para, de fato, encontrar as condições que, de certa forma, determinam e estimulam o crescimento da violência e da criminalidade associado à tensão urbana e às condições sociais da convivência metropolitana acarretadas pela desorganização da ordem pública.

Outro fato de fundamental importância observado por Cerqueira e Lobão (2003), é que exatamente nos períodos em que foi observada uma tendência crescente da taxa de homicídios, houve uma deterioração dos indicadores sociais naqueles lugares, com aumento do número de pobres e indigentes.

Segundo Abranches (1994, p. 130):

As raízes da violência urbana possuem uma matriz multifatorial que abrange duas dimensões diferentes – a social e a moral. Essas dimensões se manifestam no macro e no microambiente social e espacial. O plano macro é caracterizado pela institucionalidade vigente, pela ordem pública constituída, onde se realizam os processos gerais da urbanização brasileira. O microambiente é dado pela estrutura da convivência nas comunidades locais, e se realiza produzindo e consumindo um determinado espaço. No microambiente socioespacial se articulam as condições locais favoráveis à apropriação desses espaços pelas quadrilhas criminosas, têm-se então a formação do território da violência [...]
[...] quando sua institucionalidade, isto é, as regras e normas de convivência definidas pela comunidade, é distorcida, por inúmeras razões, a ponto de eliminar a barreira moral e legal entre pessoas honestas e bandidos, ela se torna uma fonte independente de reprodução das condições sociais e pessoais para a droga, a violência e o crime.

Um estudo crítico da criminalidade e da violência não pode se ater à análise de variáveis, investigando causas e consequências, sem questionar que novos fatos levariam ao quadro atual da violência urbana, ou que novos processos teriam origem na deterioração

crescente das condições de existência social e material das populações urbanas. “Os fenômenos de violência das grandes cidades e o sentimento de insegurança dos seus habitantes são indicadores e fatores de uma transformação radical do espaço urbano” (PEDRAZZINI, 2006, p. 99).

Em estudos sobre a urbanização brasileira, Santos (1993) chama a atenção para o caráter excludente da nossa urbanização que produziu a cidade, especialmente a grande cidade, como polo de pobreza.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial (SANTOS, 1993, p. 10).

O entendimento dos problemas urbanos, com tantas necessidades recorrentes e outras emergentes, leva a crer que a solução para eles deve ser trazida da interpretação abrangente da realidade, ou seja: uma profunda análise dos processos formadores da urbanização em seus diversos contextos históricos, políticos e culturais. Esse entendimento mais amplo deve incluir a análise das diversas modalidades do uso do território para identificar as especificidades do fenômeno da violência e a partir daí, mensurar sua problemática. “Em suma, a violência introduz mais uma desigualdade social e territorial numa cidade que já possui muitas” (CANO, 1997, p. 39).

Em razão da complexidade da evolução das cidades e da falta de esperança em sua retomada econômica, determinada por acordos exógenos, a violência seria um instrumento de luta contra um destino incerto da humanidade. Essa fase de desestruturação talvez seja o resultado de uma crise urbana permanente, sobretudo dos serviços públicos, que rompe com a clássica “história” da construção da cidade – povoado, aglomeração, metrópole (BASSAND, 2004 apud PEDRAZZINI, 2006, p. 105).

A violência urbana, entendida como um processo amplo, que vai além da criminalidade, “surge e se avoluma à medida que as cidades crescem e se tornam mais complexas, mais dominadas pela multidão e pela anomia” (ABRANCHES, 1994, p.125). A urbanização excludente cria um crescimento anárquico, que permite a produção de espaços onde impera “o mandonismo característico das quadrilhas que tiranizam as periferias urbanas e as favelas, exercido fundamentalmente pela violência armada e pela intimidação física, sem

qualquer resquício de legitimidade – é intrinsecamente criminoso” (ABRANCHES, 1994, p. 127).

A violência estrutural desses espaços segregados vem se articulando à violência articulada do crime, na atualidade. Cria-se, assim, uma “territorialização perversa”, que diz respeito a toda e qualquer forma de violência imposta pelos grupos ligados ao mundo do crime sobre sua população.

Portanto, emergem territórios constituídos por grupos de maior ou menor organização e armamentos que aí se reproduzem, territorializam-se, e estabelecem uma relação de poder para melhor dominar a população e o local. E, a partir daí, articulam seus interesses e se fortalecem para organizar suas ações criminosas. A criminalidade se impõe por intermédio desses grupos, que submetem a população (comunidade) a todas as formas de controle, praticando atos violentos de repressão.

Assim:

[...] associar ao controle físico ou à dominação ‘objetiva’ do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. Simplificadamente, podemos dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais resulta num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que por sua vez, pode desencadear uma segregação maior que um diálogo mais fecundo e enriquecedor (HAESBAERT, 2002, p.121).

Podemos então sintetizar, afirmando que o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados (HAESBAERT, 2002).

É assim que se faz presente o território controlado pelo tráfico de drogas, com uma apropriação político-econômica a partir das leis do comércio de drogas que se estabelece nessas áreas que aqui são chamadas de “territorialização perversa” e simbólico-cultural, no momento em que a violência estabelecida nelas se torna símbolo de repressão e controle político sobre a população residente na área de atuação dessa atividade ilícita.

Portanto, estes fatos não ajudam a trazer melhoria nas condições sociais e materiais de vida nas metrópoles, pelo contrário, aprofunda as desigualdades e o fosso que separa ricos e pobres na cidade, ou seja, situações que se repetem de forma constante. Assim, o

enfrentamento da questão da criminalidade e da violência urbana deve ser articulado diretamente com as políticas públicas voltadas para o espaço urbano, territorial ou regional.

Estas novas formas e conteúdos da espacialização da violência e da criminalidade nas metrópoles modernas fazem com que busquemos hipóteses alternativas, ainda que mais compreensivas, para a análise de tal fenômeno que vem ocorrendo no espaço urbano. Diante desse contexto, no cenário da vida metropolitana, a violência urbana faz surgir um novo ator: o crime organizado.

Neste trabalho, consideram-se como crime organizado o tráfico de drogas e de armas, contrabando e formação de quadrilhas. No quadro da violência urbana da atualidade, homicídios, sequestros, atentados, assaltos e roubos, estão principalmente ligados a esse tipo de crime.

A violência organizada trata-se de um novo processo que atua no espaço urbano como um dos agentes da urbanização, valendo-se da informalidade e da ilegalidade da ocupação, da especulação do mercado imobiliário, da fraca atuação do poder público, da impunidade e da vulnerabilidade da população pobre.

O crime organizado tem como características: a ilegalidade, formação de redes, a movimentação de grandes somas de dinheiro, a corrupção de policiais e políticos e a cooptação de pessoas. É o “crime negócio”, como destaca Zaluar (1999, p.67), que considera como um novo tipo de crime relacionado ao contrabando de armas e de drogas, redes de escambo entre mercadorias roubadas e o tráfico de drogas, baseado na lógica da acumulação capitalista. Recruta os jovens pobres para trabalhar nesse negócio altamente lucrativo que é o tráfico de drogas, mundialmente importante, em termos financeiros, pelas grandes somas de dinheiro que envolve.

Segundo a mesma autora, “[...] o crime organizado não pode mais ser desconsiderado como uma força importante ao lado dos Estados nacionais, partidos políticos, igrejas, empresas multinacionais etc.” (ZALUAR, 1999, p. 69).

A organização espacial assim resultante desses processos é a da urbanização perversa da cidade excludente, na qual está sendo recriada permanentemente uma nova ordem espacial, no sentido de sua própria reprodução, reafirmando uma violência urbana e uma criminalidade, pela “territorialização perversa”, comandadas pelo conjunto de fatores que se materializam e realizam nas grandes metrópoles.

3 REDES ILEGAIS NA AMAZÔNIA E A RELAÇÃO COM TRÁFICO DE DROGAS NA PERIFERIA DA METRÓPOLE

Neste capítulo, pretende-se discutir a atuação das redes ilegais do narcotráfico na Amazônia brasileira, analisando o papel desempenhado pela região no que diz respeito às rotas do tráfico de drogas em escala regional/global, destacando a configuração de um território-rede formado pelos atores sociais envolvidos na trama do narcotráfico, pois diversas estratégias de transporte da droga são utilizadas como forma de garantia de que a mercadoria chegará ao destino final, ou seja, os mercados consumidores da Europa, África e do próprio Brasil. Assim, faz-se necessário analisar as principais rotas do tráfico de drogas na Amazônia na escala global/regional, que configuram, de certa forma, um território envolvido pelas redes que dão sentido à dinâmica do tráfico de drogas nas duas metrópoles da Amazônia (Belém e Manaus).

3.1 AS ROTAS DO TRÁFICO DE DROGAS NA AMAZÔNIA

A Amazônia, região de grande importância pela sua rica biodiversidade e infinidade de recursos que despertam interesses de vários atores sociais, vem, nas últimas décadas, sendo palco de intensos conflitos pelo uso do território, sobretudo em sua imensa fronteira com os países limítrofes, que também possuem em parte de seus territórios um pouco de Amazônia. A estratégia de defesa do estado brasileiro com a implantação do Projeto Calha Norte (1986) e do Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) (2001) não foi suficiente para amenizar esses conflitos e eliminar as atividades ilegais que explodem ao longo da fronteira.

O contrabando de ouro e de diamante, a biopirataria, a grilagem de terras e o desmatamento ilegal, somando-se com o narcotráfico e a lavagem de dinheiro, são hoje atividades que desafiam o poder do Estado-Nação e colocam sob ameaça a soberania brasileira e o controle de fato (e não de direito) da região. As políticas de defesa nacional ainda encontram muitas dificuldades para garantir definitivamente uma ação mais presente do poder público no que diz respeito ao combate às redes ilegais.

Pesquisas anteriores sobre estas redes sugerem que nas últimas décadas aquelas que obtiveram relativo sucesso em fazer uso da bacia amazônica sul-americana como unidade funcional e como região geográfica, foram firmas e empreendimentos que exploram o comércio ilegal de drogas e contrabando de mercadorias (MACHADO, 1998).

A vulnerabilidade da floresta, a pobreza da população amazônica e a localização próxima aos principais produtores de coca (Bolívia, Colômbia e Peru) colocam a Amazônia na trama das redes internacionais do tráfico de drogas, destacando o papel do Brasil como lócus de beneficiamento e distribuição de cocaína para a Europa. Nascimento (2005) alude a essas áreas de marrons numa referência a Guilherme O'Donnel. O crime organizado vem atuando de forma eficaz na articulação em escala global do narcotráfico, ao mesmo tempo em que se aproveita de algumas falhas do Estado para inserir a região na escala regional das atividades ilícitas.

As redes ilegais do narcotráfico necessitam de uma ampliação de sua escala de atuação em cadeias e por isso manifestam estratégias de produção, distribuição e consumo da droga. A geografia explica a importância da Amazônia brasileira para o tráfico internacional de drogas, principalmente a cocaína proveniente dos países andinos. Na conferência mundial sobre crime organizado global, realizada pelo ONU em 1994, estimou-se que o comércio global de drogas tenha atingido a cifra de quinhentos bilhões de dólares por ano, ou seja, foi maior que o valor das transações comerciais globais envolvendo o petróleo, por exemplo, (ONU, 1994).

Em todos os países e em todas as regiões, quadrilhas e redes de quadrilhas estão agora cientes da chance de se conectarem a redes mais amplas de atividades nesse submundo que marca presença dominante em muitas comunidades, cidades e regiões, sendo capaz até mesmo de adquirir a maior parte dos bens de alguns países pequenos, tais como a ilha de Aruba, próximo à costa da Venezuela (CASTELLS, 1999, p. 210).

Entre o período de 2006 a 2008, houve um aumento da produção de coca no Peru, na Bolívia e na Colômbia, ou seja, países limítrofes com a Amazônia brasileira e que enfrentam problemas de instabilidade envolvendo o crime organizado. Portanto, para os maiores produtores de coca do mundo deve existir uma rota de transportes para a distribuição da droga para os principais mercados consumidores e dessa forma a região amazônica se sobressai por apresentar particularidades sociogeográficas que foram incorporadas pelas redes ilegais. De acordo com o relatório da ONU (2009), mais de 99% dos laboratórios de processamento de coca estão localizados nos três maiores produtores do planeta citados.

Em 2007, também, segundo o relatório da ONU, a maior parte da cocaína apreendida no mundo foi interceptada nas Américas, correspondendo a um total de 88%, e em segundo lugar veio a Europa, com um total de 11%. A parte sul da América foi responsável pela apreensão de 323 toneladas, ou seja, 45% do total mundial de apreensões. Grande destaque para a Colômbia, onde mais de 60% das apreensões da América do Sul foram feitas neste país. Na Venezuela foram apreendidas 32 toneladas, no Equador 25, na Bolívia 18, no Peru

14 e no Brasil 17 toneladas, porém o Brasil não se destaca como produtor de coca, e sim como rota, quase que obrigatória, de passagem para a Europa e África.



Mapa1 – Cultivo da Coca (2006-2008).

Fonte: UNODOC (2009).

Nos países do Cone Sul (Argentina, Chile, Brasil, Paraguai e Uruguai), em 2000, as apreensões foram de 10 toneladas e passaram para 38 toneladas em 2007, o que demonstra o crescente destaque desses países para o tráfico de cocaína, tanto como mercados consumidores, quanto para a exportação em direção à Europa, África e área do Pacífico. Os

países da Europa destacam a Colômbia como o país de origem da cocaína comercializada na região (48%), em seguida o Peru (30%) e Bolívia (18%). Segundo a United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) (2009), o Brasil se destaca como uma área de trânsito da cocaína, pois a droga encontrada na África é de origem da Colômbia e do Peru.

A Amazônia destaca o Brasil como área de trânsito, os rios da região são frequentemente aproveitados por embarcações carregadas de cocaína pronta para ser consumida ou para ser beneficiada, pois a dificuldade de manter um controle mais rígido da entrada da droga pela Amazônia está em sua grande floresta latifoliada, fechada, com uma população que sobrevive em meio às desigualdades sociais, expropriação, abandono do Estado etc. Além disso, há de se ressaltar que imensos vazios demográficos acompanham as fronteiras amazônicas, sobretudo aquelas próximas aos principais produtores de coca, onde os narcotraficantes implantam laboratórios de processamento da droga e inserem a população ribeirinha pobre no esquema das redes, se apresentando como oportunidade, e nesse sentido algumas pessoas passam a desempenhar o papel de atravessadores (ou mulas), contribuindo para a articulação das redes e ao mesmo tempo fazendo parte do sistema ilegal.

Além dos rios, são utilizadas rotas de avião e estradas, destacando a estratégia multimodal das redes ilegais que também são móveis para efeito de estratégia, para fugir da repressão do Estado.

Segundo Ishida (2006 p. 4), é nesse ambiente de enorme proporção territorial e de baixa densidade demográfica, onde a ausência do Estado chega a ser uma regra e não uma exceção, que identificamos a ação de grupos adversos que se aproveitam da densa floresta para acobertar inúmeras atividades ilícitas, utilizando-se de rotas aéreas, terrestres e fluviais clandestinas para transportar toda sorte de droga, contrabando, armas e munições.

Para Castells (1996 p. 203), a prática do crime é tão antiga quanto a própria humanidade. Mas o crime global, a formação de redes entre poderosas organizações criminosas e seus associados, com atividades compartilhadas em todo o planeta, constitui um novo fenômeno que afeta profundamente a economia no âmbito internacional e nacional, a política, a segurança e, em última análise, as sociedades em geral.

As organizações criminosas internacionais esquematizam estratégias desde cima, contudo com uma importante diferença em relação às organizações formais. As atividades ilegais devem integrar a visão desde baixo, pelo fato de estarem sujeitas a uma maior exposição ao risco no território. A articulação e o êxito dos negócios ilegais são intensamente dependentes de conexões locais, aproveitando-se de complexos e instáveis sistemas de informação e telecomunicação.

Não há dúvida que uma das principais atrações do ilegal para a massa de trabalhadores informais (imigrantes, comerciantes ambulantes, microempresários, trabalhadores autônomos, artesãos, subcontratados etc.) é a percepção de que possa ser uma via de ascensão social, com acesso rápido às benesses do consumo, reais ou ilusórias (MACHADO, 2003, p. 6).

Aproveitando-se das particularidades geográficas da região, as redes ilegais se estruturam, pois a densa floresta latifoliada fechada serve de abrigo para os atravessadores da droga, e nas áreas de imenso vazio demográfico são construídos aeroportos e portos clandestinos, que são utilizados pelos traficantes.

Concorda-se com Castells (1996 p, 205) quando ele afirma que “nas últimas décadas, as organizações criminosas vêm estabelecendo, cada vez mais, suas operações de uma forma transnacional, aproveitando-se da globalização econômica e das novas tecnologias de comunicações e transportes”.

Duas concepções parecem ser eternamente válidas para muitos setores que lidam com as políticas públicas dirigidas à Amazônia brasileira, a despeito de mudanças no contexto, no conteúdo e nas formas de uso do território. A primeira delas é conceber o território como espaço vazio e a segunda é conceber a região como sistema fechado pelos limites internacionais, o que do ponto de vista geográfico significa desvinculá-la da unidade maior formada pela bacia amazônica sul-americana (MACHADO, 2003, p. 1).

Para implantar e administrar suas operações, e diminuir os riscos de apreensão e de intervenção pelos órgãos públicos de segurança, os empreendimentos ilegais necessitam criar “canais de comunicação” entre os diferentes níveis de organização territorial, gerando uma tensão entre lógicas diferenciadas que devem ser levada em conta: “As redes encontram outras lógicas, ancoradas no solo. Podem adaptar-se mais ou menos facilmente às cidades ou aos países, à inércia do semi-urbano ou à rigidez das malhas agrícolas. No entanto, existe uma instabilidade e uma tensão entre as redes e o território, entre o dinâmico e o estático, entre aquilo que circula e aquilo que habita” (MACHADO, 1996, p.23).

Para Machado (2003), as redes ilegais ocupam os lugares, mas não são definidas pelos lugares que ocupam; cada lugar é tão importante quanto qualquer outro para a organização do espaço-de-fluxos por meio do qual a dispersa comunidade ilegal controla o sistema, o que denuncia os interesses geopolíticos das grandes potências em associar uma atividade que sabidamente opera em rede transnacional ao nome de um lugar geográfico específico, como a Colômbia ou a Amazônia.

Destacam-se nesse sentido, as cidades gêmeas na Faixa de Fronteira, a exemplo de Tabatinga e Letícia, que ligam o Brasil até a Colômbia e sendo assim, têm um grande destaque no comércio ilegal como rota obrigatória do tráfico internacional de drogas e armas e por isso recebem grande atenção da mídia.

No entanto, apesar do fato das redes obedecerem, em princípio, a uma “concepção teleológica” (MACHADO, 1996, p.7), ou seja, direcionadas para objetivos específicos, não se pode afirmar que os lugares são neutros, muito menos que a localização geográfica tenha perdido seu valor estratégico (VIRÍLIO, 1977 apud DIAS, 1995, p. 156).

Esta valorização das características dos lugares está necessariamente presente na lógica de organização das redes ilegais, as localidades inseridas na rede são cuidadosamente avaliadas pelas organizações e proto-organizações que operam na ilegalidade (MACHADO, 2003). Pode-se assim dizer, que existem agentes hegemônicos do narcotráfico que desenvolvem verdadeiras solidariedades organizacionais, tanto na distribuição da drogas, quanto na lavagem de dinheiro sujo acumulado no comércio ilegal. A atuação das redes ilegais do narcotráfico na Amazônia obedece à estratégia de produção, circulação e consumo, e para isso deve existir um alto grau de conectividade envolvendo os diversos meios de transportar a droga e as cidades por onde a ela vai passar, até chegar aos principais mercados consumidores do Brasil e do mundo.

O grau de conectividade indica alternativas de rota, quando baseadas apenas no desenho das redes de circulação. Como as rotas usam uma combinação de meios de transportes, estão associadas de alguma forma aos principais pontos de conectividade, onde as opções de transporte apresentam grande diversificação (NOVAES, 2003, p. 6).

“Os corredores são as grandes linhas de circulação que marcam a direção geral de trânsito até a plataforma de exportação ou mercado final de destino. Um corredor, no entanto, comporta inúmeras rotas. A escolha da rota depende de arranjos pretéritos no terreno, com forças de segurança e apoio local e de combinação de meios de transportes utilizados” (MACHADO, 1996).

O Brasil sempre teve sua inserção na economia regional das drogas como via de mão-Dupla, servindo como plataforma de exportação de cocaína e fornecedor de precursores químicos, além de atuar como centro de lavagem de dinheiro (MACHADO, 1998). Dois grandes corredores de entrada de drogas foram identificados desde a década de 80: a Amazônia e o Centro-Oeste. A primazia de cada um dos corredores se alterna conjuntamente.

As mudanças estruturais advindas da desarticulação dos grandes cartéis colombianos não representaram um favorecimento de um corredor específico, o que decorre a coexistência de ambos nos dias de hoje. Além do trânsito de cocaína processada, o Brasil ainda contém laboratórios de processamento de cocaína, o que implica na importação de pasta-base de coca (MACHADO, 1996, p. 8).

A Amazônia, além de conviver com imensas áreas vazias de difícil acesso e com cidades decadentes onde a pobreza impera, tem localização próxima aos principais mercados consumidores do mundo, o que desperta o interesse das redes criminosas sobre a região. É nesse sentido que as redes consolidam seus pontos fixos e móveis de articulação, aproveitando-se dessa fragilidade para criar estratégias de controle do território em rede.

As cidades da bacia amazônica vão sendo incorporadas pelas redes do narcotráfico, pois a decadência das atividades tradicionais nessas cidades, ou a pouca inserção delas na economia global e nacional, as tornou escala de ação do tráfico de cocaína.

A Amazônia aparece como rota primária da distribuição de cocaína em direção à Europa e à África através do contato com as Guianas e o Suriname. Também há de se ressaltar o destaque da região Sul e Sudeste, neste caso como rota secundária da cocaína, visto que o Sudeste aparece como grande mercado consumidor interno. Outro destaque também se refere à região Nordeste, que também aparece como rota primária em direção à Europa, entretanto, interconectada com a Amazônia.

A cocaína também pode entrar na região Sul e Sudeste do Brasil pela Bolívia e pelo Chile, atravessando a região Centro-Oeste, porém, neste caso específico, apresentando um maior risco de apreensão nas fronteiras brasileira, por outro lado lavando diretamente a droga para ser beneficiada no Sudeste, onde será consumida ou exportada. Ressalta-se que o Brasil foi incorporado ao sistema ilegal do cartel de Medellín ainda em meados da década de oitenta, sendo utilizado como rota de trânsito.

A partir de 1989, com a invasão do Panamá, tropas norte-americanas passaram a controlar de forma mais efetiva o espaço aéreo do Caribe. Em decorrência disso, as grandes organizações de tráfico de drogas colombianas foram obrigadas a buscar outras plataformas de exportação (STEIMAN, 1995, p. 20).

Nesse contexto, o Brasil passou a ser não somente um caminho para o trânsito da droga, mas também uma alternativa para a materialização territorializada do narcotráfico, atuando em escalas e servindo também como base estratégica de articulação em redes das organizações criminosas com sede em países andinos, como a Colômbia por exemplo. “O

Brasil atua, com magnitudes diferenciadas, em todas as atividades da economia da droga” (STEIMAN, 1995, p. 20).

O Brasil, além de receber a pasta-base da cocaína para o seu beneficiamento, atua como fornecedor de produtos necessários à produção da droga em laboratórios clandestinos na Bolívia, Peru e Colômbia, atividades consideradas lucrativas para o comércio ilegal. Compreender a teia de relações entre as redes ilegais não é tarefa fácil, não só pelos motivos óbvios, mas porque o legal e o ilegal são conectivos livres de qualquer ambiguidade somente quando abstraídos do terreno. Por conseguinte, é no terreno, ou seja, na dimensão geográfica dessa “teia”, onde a problemática deve ser situada (MACHADO, 2003, p. 9).

Seja como for, o adensamento das redes conectivas e interativas, sejam elas de natureza legal ou ilegal, produzem espaços superpostos a mais de um Estado territorial. Desses grandes espaços com fronteiras flutuantes emergem fenômenos sociais, em função das próprias propriedades estruturais das redes, que não têm existência no âmbito de cada Estado individual, e para os quais o estatuto de legalidades / ilegalidades erigido a partir de cada Estado não tem validade, exceto por pressão ou negociação. Por conseguinte, uma crescente irregularidade nos padrões de relações entre Estados pode ser observada, principal indicador da atual instabilidade estrutural do sistema de Estados nacionais (MACHADO, 2003, p.10-11).

As redes ilegais hoje se aproveitam da expansão da globalização de duas formas: uma relacionada com a expansão da tecnologia, o que facilita o contato e as transações internacionais do narcotráfico, e a outra diz respeito ao intenso processo de fragmentação e desintegração do território que a globalização impulsiona. Nesse sentido, a própria região amazônica convive com imensas áreas que de certa forma estão “abandonadas” pelo Estado e esta “ausência” se manifesta com a disseminação da pobreza, da miséria e da precariedade de algumas cidades amazônicas, e por isso, tornam-se alvos fáceis para que o narcotráfico se organize em rede. É a manifestação do território-rede na Amazônia.

A passagem da cocaína pela Amazônia em direção aos principais mercados consumidores do mundo é praticamente rota obrigatória para narcotráfico. Há de se ressaltar que o Brasil também aparece hoje como um dos principais consumidores ao mesmo tempo em que desempenha o papel de beneficiador e área de trânsito da droga. Para isso, diversas modalidades de transportes da droga são utilizadas, seja pelo rio, através de embarcações pequenas ou de porte médio, seja de avião ou pelas rodovias. O que se sabe é que existe toda uma articulação interligada em rede que se manifesta na produção/distribuição/consumo da droga, que se deve ser levada em consideração pelos órgãos de segurança das fronteiras.

O tráfico internacional de drogas necessita ampliar sua escala de atuação do local ao global. Faz-se necessário uma articulação em redes que dê a possibilidade de ampliação da escala de atuação do crime organizado sem que haja interferência dos serviços de segurança. Para isso, as rotas clandestinas são utilizadas como estratégias de organização das redes e ao mesmo tempo como “espaços camuflados” que impeçam qualquer possibilidade de apreensão.

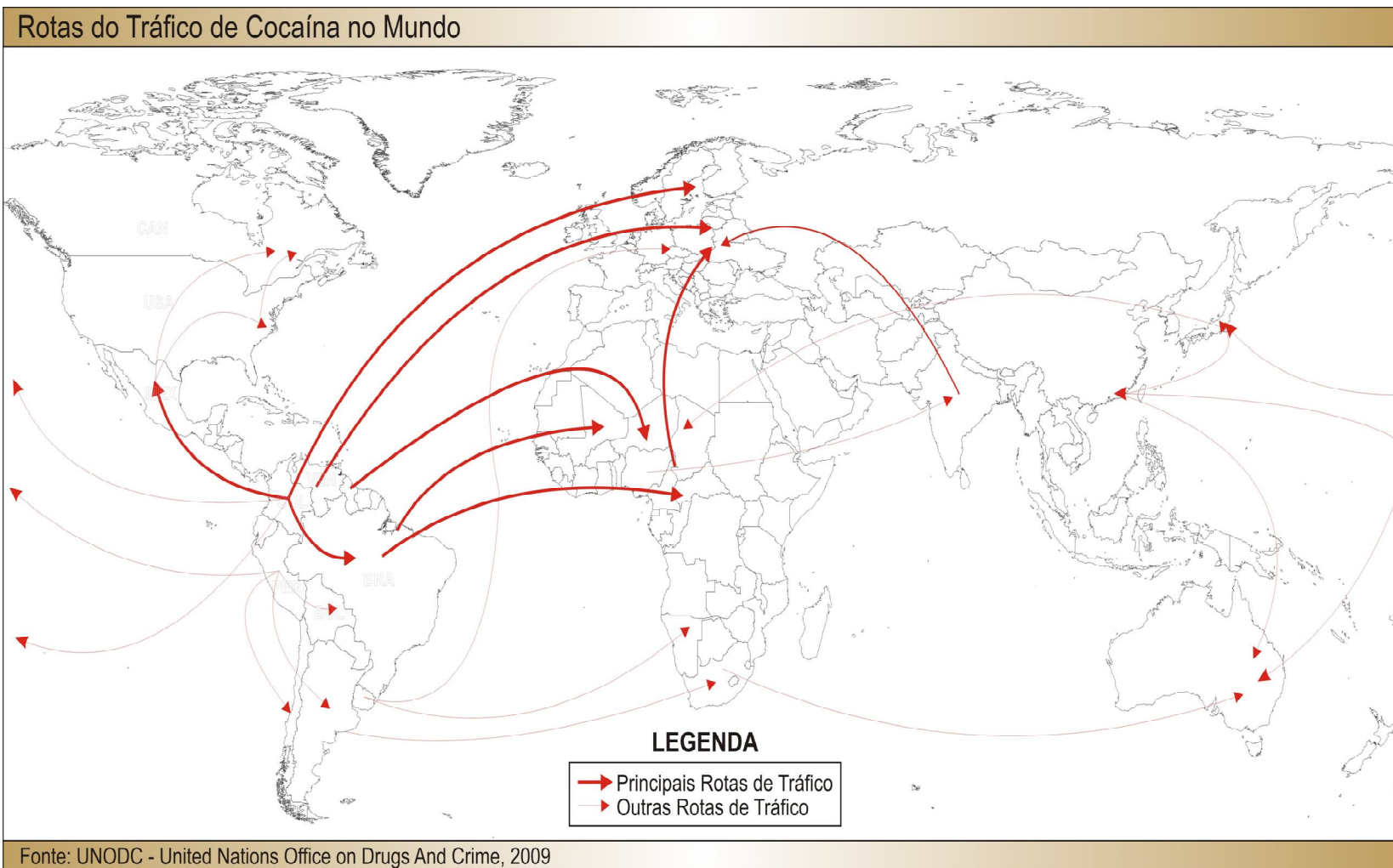
A dinâmica das redes ilegais do narcotráfico na Amazônia brasileira é algo ainda muito complexo para os estudos da atuação das atividades ilícitas na região. Principalmente, pelo fato de que, como se trata de uma atividade ilegal, as rotas nem sempre são fixas, os traficantes às vezes mudam de rotas e depois retornam a utilizar as rotas antigas, isso significa uma estratégia dos narcotraficantes. Mas, não se pode negar a importância dos rios da Amazônia para o funcionamento das redes.

“A Amazônia é uma área crítica no contexto geopolítico mundial e também uma área crítica na estrutura transnacional do Estado brasileiro. Tem um peso enorme, tanto do ponto de vista da soberania externa, por causa da pressão ecológica, quanto no sentido de como vão evoluir os movimentos sociais dentro Brasil” (BECKER, 2006, p. 105). Acrescenta-se a isso a pressão exercida hoje pelas redes ilegais que expandiram sua área de atuação para a floresta amazônica brasileira.

Nasce assim a fronteira do narcotráfico em meio às contradições inerentes ao sistema capitalista mundial. As cidades da Amazônia vão sendo incorporadas ao raio de ação dos traficantes internacionais de droga. Geopoliticamente falando, a região é de interesse das redes do tráfico de drogas sua localização e suas particularidades relevantes para que o comércio funcione e continue gerando lucros, desafiando o poder do Estado e movimentando o mercado clandestino da cocaína, principalmente.

Fazendo uma breve história da conquista da Amazônia, pode-se resumir que ela é, e sempre foi pensada nessa visão, como a última fronteira da expansão do capitalismo mundial, baseado no velho projeto de modernização, o mito de abundância vegetal que aparentemente seria capaz de transformar a Amazônia no celeiro agrícola do mundo [...] (HURTIENNE, 2009, p. 155).

Agora também é tida como uma região problema no que diz respeito à soberania do Estado-nação e à expansão do narcotráfico. É nesse sentido que torna-se emblemático pesquisar a atuação dessas redes ilegais e o tráfico de drogas nas metrópoles brasileiras, sobretudo, as da região amazônica.



Mapa 2 – Rotas do Tráfico de Cocaína no Mundo.
Fonte: UNODC (2009)

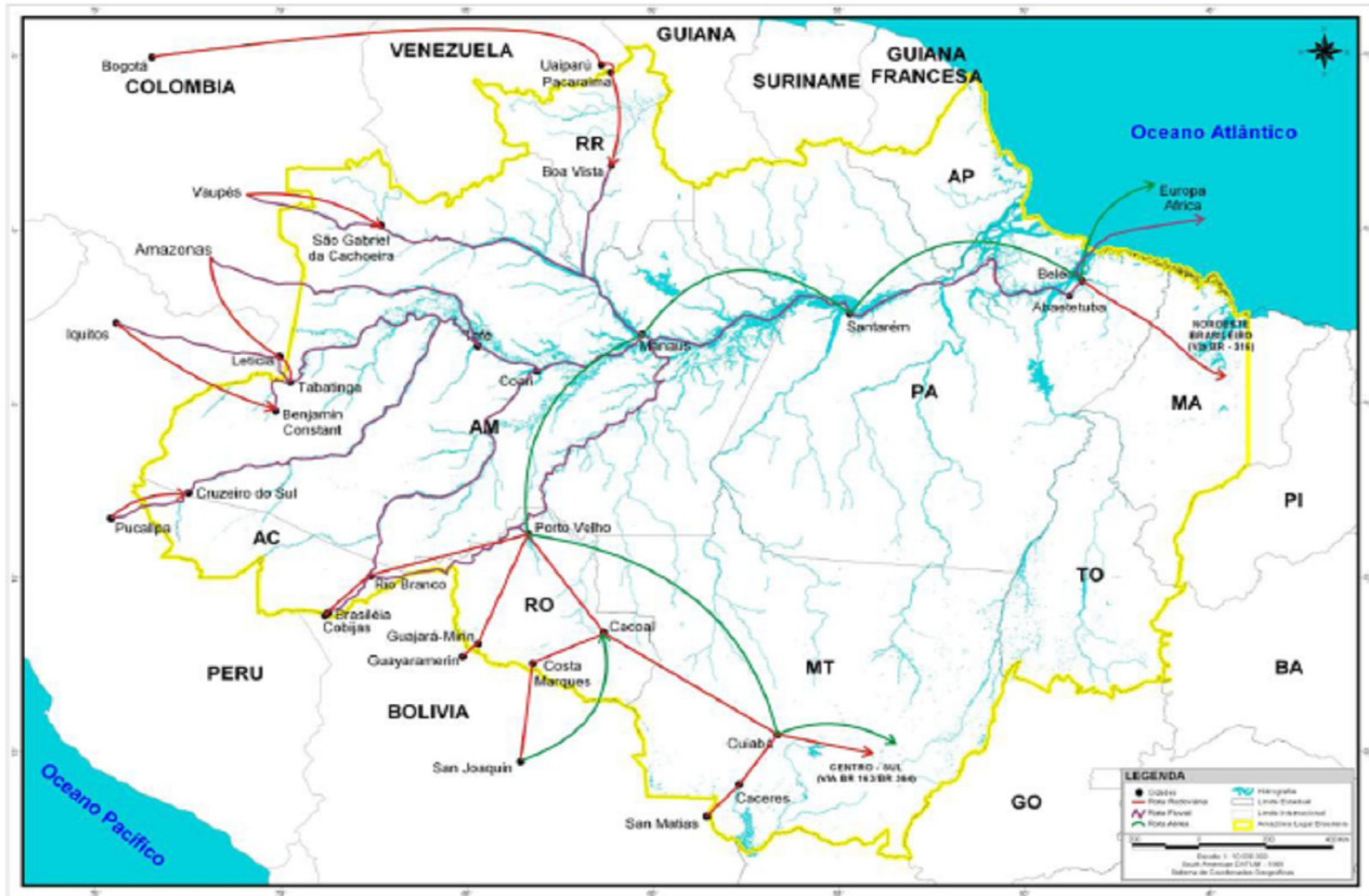
Analisando o papel da Amazônia na escala global do tráfico de drogas e destacando os principais corredores de transportes do complexo coca-cocaína, percebe-se o destaque fundamental do rio Amazonas, pois é um importante meio de ligação do Atlântico ao Pacífico. Acredita-se que várias cidades que não foram citadas na pesquisa, e estão em torno deste rio, estão envolvidas de forma direta ou indireta na trama das redes ilegais.

Do ponto de vista da logística do tráfico de drogas, as grandes bacias hidrográficas sul-americanas, tanto a Amazônica como a do Paraguai-Paraná, tem se constituído numa importante alternativa para a criação de um sistema de transporte intermodal para o trânsito de droga. É interessante lembrar que, apesar das dificuldades para a navegação fluvial, durante séculos essas bacias constituíam a principal via de comunicação no interior do continente sul-americano (RURHOFF, 1998, p. 8).

Pela bacia Amazônica o tráfico encontra um meio mais seguro de fazer o transporte da droga. Entretanto, existe toda uma estratégia organizada das redes que utilizam sistemas multimodais para isso. Dos países andinos até a Amazônia brasileira pode ser utilizada as estradas ou transporte aéreo que utiliza pistas clandestinas. Desde a criação do projeto SIVAM, os narcotraficantes estão utilizando com mais intensidade o transporte marítimo. É nesse aspecto que se apresenta a organização do tráfico de drogas na região amazônica e nas cidades envolvidas por essa atividade ilícita. Naquelas que lidam com o varejo, o narcotráfico se manifesta na forma daquilo que Souza (1995) denominou de territorialidade descontínua (ou em rede) (SOUZA, 1995, p. 435-436).

Essa ideia de territórios descontínuos é uma possibilidade de entender a problemática do tráfico de drogas numa perspectiva que engloba tanto o conceito de território quanto o de rede (SOUZA, 1995, p. 436). Só assim é possível entender a estrutura local do tráfico nas favelas, a relação mais ampla entre chefes do tráfico, a formação dos comandos, a articulação das relações (fluxos) que se dão entre áreas não dominadas (os bairros legais) e que se tornam áreas de influência de determinados pontos de venda (bocas-de-fumo) (RURHOFF, 1998, p. 3).

A partir desse corpo teórico pode-se entender o impacto socioespacial do tráfico de drogas nas cidades, principalmente nas metrópoles brasileiras, que apresentam grandes contrastes sociais. O tráfico de drogas se aproveita do tecido social desigual para se reproduzir enquanto força política e econômica de um poder paralelo ao do Estado.



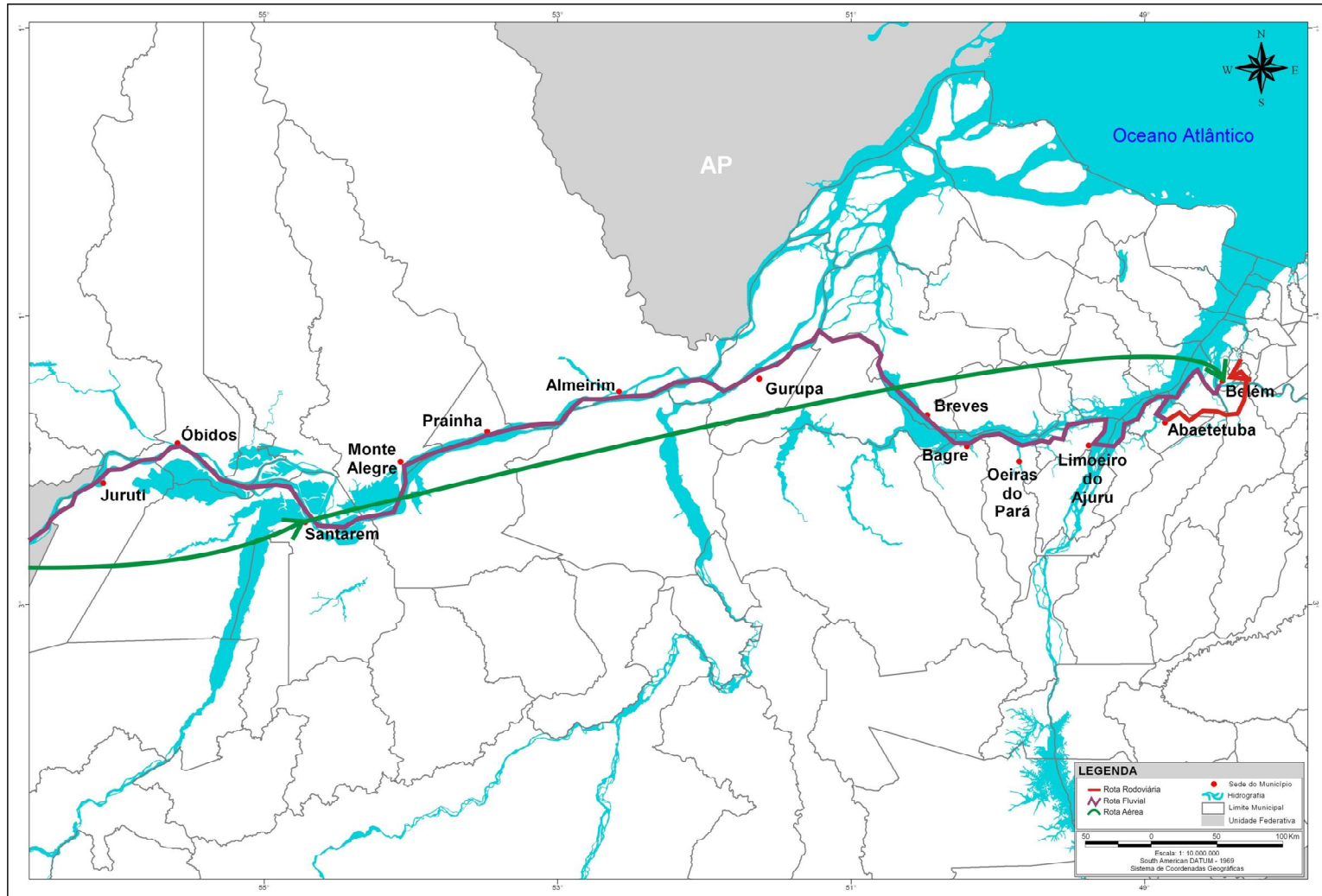
A importância de um lugar que é, em geral, determinada por sua posição em relação a todos os outros lugares, segundo diversos registros – econômico, político, cultural –, passa a ser também definida pelos objetivos que movem as estruturas em rede, ou seja, os objetivos das organizações responsáveis por seu desenho. Significa que a estrutura conectiva das redes obedece, em princípio, a uma concepção teleológica: seleciona lugares segundo os objetivos para os quais a rede está dirigida e não, necessariamente, pelo conjunto de variáveis endógenas que conformam o lugar; esse processo pode ser seletivo tanto em termos dos lugares escolhidos como dos indivíduos e grupos participantes (RURHOFF, 1998, p. 7).

Muitas vezes, articulando máfias à escala mundial, as redes ilegais podem ser vistas ao mesmo tempo como produtos – à margem do sistema “legal”, impondo-se como forma de sobrevivência de grupos excluídos e como produtoras da desterritorialização – ao promoverem a instabilidade e a violência. (HAESBAERT, 2002, p. 183).

O reflexo da atuação das redes ilegais do narcotráfico é o crescimento do tráfico de drogas nas duas metrópoles regionais, ou seja, Belém e Manaus. Essas duas cidades se destacam enquanto principais nós de ligação das redes nas escalas internacional e regional. Os fluxos seguem em direção aos mercados internacionais, seja por avião, seja por navio. Sempre o principal destino da cocaína é o mercado Europeu, Africano, Norte americano e do Sudeste do Brasil. Outra parte da droga é comercializada na própria região, o que nas últimas décadas vem expandindo o tráfico de drogas, principalmente nas áreas periféricas de Belém, nossa área de estudo.

3.2 A ESCALA LOCAL DAS REDES ILEGAIS NA PERIFERIA DA METRÓPOLE

A evolução urbana de Belém acompanha um intenso processo de favelização de sua orla, inicialmente, e de suas áreas de baixadas posteriormente. A organização intraurbana de Belém, de fato, reflete as contradições do urbano por meio de um espaço fragmentado por diversos atores sociais que compõem o cenário da cidade. As estratégias de sobrevivência dos pobres urbanos se enquadram em diversas atividades econômicas, muitas delas ligadas às atividades ilegais, entre elas o tráfico de drogas, seja de forma direta ou indireta com o sistema.



Mapa 4 - Rota do tráfico de drogas no estado do Pará.
Fonte: COUTO (2010).

Devem-se considerar a relação da periferia de Belém com o esquema de organização das redes do narcotráfico no estado do Pará e em Belém. As diversas estratégias de transporte e distribuição da droga representam formas de organização espacial em teias de relações que envolvem diversos atores sociais, cada qual com sua função específica no sistema ilegal. Assim, a periferia da metrópole está envolvida na trama das redes como subterfúgio para a territorialidade e comércio/varejo da droga em escala local, mas diretamente articulada com a escala regional e global do circuito do narcotráfico.

A droga (cocaína) parte dos produtores localizados nos países andinos, como já destacados neste trabalho, passa pela Amazônia brasileira parando por vários pontos com destino aos países centrais, ou seja, os principais mercados consumidores da droga. O Brasil atua como beneficiador e área de trânsito da droga. Entretanto, representamos um grande mercado consumidor, sobretudo, na região Sudeste, se materializando em territórios nas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo, fortalecendo a atuação do crime organizado no Brasil.

A imagem acima destaca a organização espacial das redes do narcotráfico no estado Pará, e nesse sentido percebe-se a importância do rio Amazonas para a circulação da droga. Além disso, a estratégia de transporte da cocaína por este rio incorpora de forma direta e indireta as cidades banhadas por ele. Tratando-se de uma escala regional, essa droga entra no território brasileiro, chega até a cidade de Manaus no Amazonas e segue rumo à cidade de Santarém ou Belém por via aérea ou pelo rio.

Um dos fatores que pode explicar hoje uma maior utilização dos rios para o transporte da droga pelos traficantes é principalmente o funcionamento do projeto SIPAM e SIVAM, que passou a realizar um monitoramento do espaço aéreo da Amazônia brasileira, dificultando o transporte por via aérea. Embora o rio seja uma forma de circulação mais lenta, apresenta uma maior segurança, pois os riscos de apreensão são menores, por conta da dificuldade de fiscalização das polícias federais e estaduais.

Nos últimos anos, Santarém vem ganhando destaque da mídia regional como uma das cidades que está incorporada à lógica de organização do narcotráfico na Amazônia, ou seja, como rota com destino à metrópole Belém, o que não significa dizer que internamente não ocorra o comércio da droga, mas o principal destino é o mercado da capital paraense ou então o mercado da região Sudeste, onde os lucros acabam por justificar os riscos.

Outro ponto importante a destacar nesta análise é a incorporação de algumas cidades da mesorregião do Marajó, a exemplo dos municípios de Breves e Portel, que já são apontadas como cidades inseridas nas rotas do narcotráfico, neste caso, os rios são os meios utilizados. Dados da Polícia Civil, nos últimos anos, vem destacando a atuação de narcotraficantes nesta mesorregião, o que deixa bem claro que as organizações criminosas em redes aproveitam-se de áreas onde a fiscalização é incipiente, onde encontram poucas dificuldades de atuação, daí entender o crescimento do tráfico de drogas em cidades do Marajó nos últimos anos.

A cidade de Abaetetuba, durante muito tempo, foi apontada como a principal rota do tráfico de drogas e do contrabando com destino a Belém e às regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. Esta cidade, com uma base econômica tradicional, já chegou a ser intitulada pelos meios de comunicação como a Medellín da Amazônia, fazendo uma alusão ao tráfico de drogas na Colômbia. A cidade de Abaetetuba com a metrópole Belém, por via rio, dá um significativo sentido à organização das redes do tráfico de drogas no estado. Belém está envolvida por todos os lados na trama das redes ilegais, seja como área de trânsito com destino a outras regiões, seja como mercado local, sobretudo nas áreas onde o tráfico de drogas atua de forma territorializada, ou seja, em bairros populares na periferia da cidade.

É nesse sentido que se pode falar de um território-rede, a partir da inter-relação dos diversos pontos espalhados no espaço intraurbano da metrópole com os centros de distribuição da droga. O valor de um território resulta na essência da sua articulação, assim como, da dinâmica de poderes e relacionamentos em rede que surge e é estimulada pelos atores que agem de acordo com os seus interesses nele.

A droga que chega à metrópole para o consumo intraurbano é distribuída nos bairros onde a criminalidade do tráfico de drogas impera. São geralmente bairros pobres, que concentram uma população pouco inserida no mercado formal, com áreas precárias de infraestrutura, ou então com áreas de ocupação espontânea. Relatos de pessoas envolvidas no comércio da droga e mais algumas apreensões feitas pela polícia Federal e Polícia Estadual indicam o uso da Alça Viária como área de trânsito da droga que vem do município de Barcarena. Desse modo, a droga que entra por Barcarena chega a Belém pela BR-316, onde o risco de apreensão é maior devido à presença de barreiras da Polícia Federal ou então os atravessadores preferem o rio, pelo fato da fiscalização ser incipiente e diminuir o risco de apreensão, evitando assim prejuízos financeiros para o esquema do tráfico de drogas.

Na rota pelo rio, vale ressaltar a importância do rio Guamá com os seus furos, que nesse caso viabiliza o transporte de cocaína, que pode ser realizado a qualquer horário do dia ou da noite. O transporte pode ser realizado por barcos grandes ou pequenos, uma vez que o atravessador sempre cria uma forma de não colocar em risco a mercadoria que deve chegar ao seu destino final. O rio Guamá envolve os dois bairros periféricos de Belém que estão sendo analisados nesta pesquisa, o bairro do Guamá e o popular bairro da Terra Firme.

O canal principal da bacia do Tucunduba, onde se encontram as comunidades Riacho Doce e Pantanal é, para os moradores, o marco divisor entre os bairros do Guamá e Terra Firme, embora a lei nº 7.806 30/071996 estabeleça outra delimitação (MARQUES, 2001, p. 69). O rio Tucunduba está inserido na lógica das redes ilegais e, sendo assim, a organização espacial no entorno da bacia do Tucunduba contribui para que a droga chegue através dele e seja distribuída para os dois bairros. Os atravessadores utilizam os “espaços camuflados”, visto que a evolução urbana da área foi acompanhada de ocupações espontâneas, com um intenso processo de favelização, vários becos e ruas estreitas ou então a presença de palafitas, o que dificulta a operação da polícia.

O tráfico de drogas nos bairros do Guamá e da Terra Firme é resultado dessa combinação de escalas que parte do global, perpassa pelo regional e se materializa no local. Local e global articulados pelas redes. A várzea do Tucunduba é uma dessas áreas de periferia dentro da cidade de Belém do Pará, representando, no contexto em que se situa, palco da reprodução das condições de existência de uma população pobre (FERREIRA, 1995, p. 55).

No entanto, o crime se apresenta como uma “opção” aceitável quando os indivíduos percebem, ou creem, que conforme a lei as “opções” são mais convenientes para a parcela privilegiada da população; resignar-se a salários miseráveis ou a esmolar são atitudes consideradas ainda piores que os riscos e sofrimentos que uma “carreira” criminosa acarreta (SOUZA, 2007, p. 87).

Uma das principais atividades econômicas da área delimitada compreende as estâncias, que completam o circuito de mercadorias (tijolos, madeiras, telhas) vindas do interior, pelas embarcações que navegam no igarapé Tucunduba (MARQUES, 2001, p. 74) onde várias embarcações ancoram na área para descarregar mercadorias.

3.3 AS REDES E OS AGLOMERADOS DE EXCLUSÃO NA PERIFERIA DE BELÉM

Como ressaltado em trabalhos de Trindade Junior (1998); Oliveira (1992); Rodrigues (1996); Couto (2008), a periferação de Belém ocorre de forma dispersa em direção às chamadas áreas de baixadas. Nesse momento, a valorização urbana da área central estimula a uma ocupação mais acentuada das áreas periféricas da cidade, sobretudo, aquelas excluídas do mercado imobiliário. Dessa forma, a periferia passou a receber um grande contingente populacional, inclusive do interior do estado, sem, contudo receber a infraestrutura adequada para organizar o espaço. Foi nesse sentido que Belém acompanhou a evolução urbana, ou seja, como uma crescente expansão das ocupações espontâneas que foram surgindo com os movimentos de “invasão” de terras públicas e privadas.

Essa evolução negligenciada pelo poder público reflete uma organização intraurbana fragmentada e fundamentada em um processo de exclusão de determinadas áreas urbanas que sofreram (e ainda sofrem) um processo de favelização. Por favela se entende “conjunto de habitações populares toscamente construídas e desprovidas de recursos higiênicos (FERREIRA, 1975). Partindo-se dessa definição bastante genérica, já se pode afirmar que grande parte dos habitantes de Belém vive favelada (RODRIGUES, 1995, p. 174).

Esse fenômeno urbano é consequência de um grande déficit habitacional característico das grandes cidades brasileiras. A estruturação do espaço urbano atendeu (e ainda atende) a um determinado segmento social. Historicamente essa relação dialética fez parte da urbanização de Belém, gerando graves problemas para a cidade.

A tipologia urbana classificável como favela representa, de certa forma, uma ruptura com o padrão corrente de ocupação do espaço. No caso do município de Belém, dado a exiguidade das terras disponíveis, os lotes urbanos tendem a ser muito pequenos, e nas favelas esse quadro torna-se drástico. É comum ver-se barracos construídos em terrenos menores que 50.00 m² (RODRIGUES, 1995, p. 176).

De acordo com o IBGE (2000), o conceito de favela está associado a um aglomerado de no mínimo cinquenta casas com infraestrutura precária. As favelas representam áreas ocupadas por populações pobres, com habitações construídas com material de baixa qualidade, quase sempre inacabadas, geralmente em áreas afastadas da área central ou, se próximo do centro, em áreas de risco, como as encostas dos morros.

De maneira geral, pode-se definir uma favela como uma área ocupada diretamente pela população de baixa renda, tradicionalmente apresentando precárias condições de moradia, onde a ocupação não é respaldada pela propriedade jurídica da terra urbana e sua origem e expansão dão-se da necessidade, por parte das classes sociais mais abastardas, de solucionar problemas relacionados à questão da moradia.

As favelas são desprovidas de sistema de esgotos pluviais ou sanitários, equipamentos de saúde e educação, sem condições de prestar serviços com o mínimo padrão de qualidade. Muitas vezes, estão desprovidas, inclusive, de instalações de energia elétrica e água potável, até mesmo pelo fato de, em geral, serem assentamentos totalmente clandestinos (RODRIGUES, 1995, p. 177).

Como regra geral, as favelas são sempre construídas em áreas desvalorizadas e rejeitadas pelo mercado imobiliário, sendo que a ocupação desses locais para habitação acarreta vários transtornos aos moradores, comprometendo a qualidade de vida da população que fica sujeita a contrair vários tipos de doenças em razão das más condições sanitárias, bem como a problemas como enchentes e escorregamento de encostas, os quais ameaçam a sua integridade física e levam a uma precariedade da vida.

Em Belém, porém, há uma dinâmica de favelização que envolve dois processos distintos de construção do espaço-ambiente: a favelização das baixadas e a favelização pela periferização geográfica social, no sentido de expressarem tão nitidamente as marcas da exclusão e da segregação. Vista desta maneira, a favelização assume um conteúdo bastante claro de uma correlação de forças no processo de luta de classes que elas desenvolvem entre si na construção-apropriação do espaço-ambiente intraurbano, correlação essa claramente desfavorável às classes trabalhadoras (RODRIGUES, 1995, p. 179).

Na Amazônia, uma das fronteiras urbanas que crescem com mais velocidade em todo o mundo, 80% do crescimento das cidades tem-se dado nas favelas, que são privadas, em sua maior parte, de serviços públicos e transportes municipais, tornam-se assim sinônimos “urbanização” e “favelização” (DAVIS, 2006, p. 27). Pode-se, nesse sentido, afirmar que alguns bairros populares localizados em áreas periféricas de Belém são exemplos de um crescimento acelerado das favelas, que marcam a trajetória da evolução urbana da cidade. A definição clássica de favela, é que se caracteriza por excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e a condições sanitárias, além da insegurança da posse da moradia (DAVIS, 2006, p. 33).

Os bairros populares periféricos como o Guamá e Terra Firme estudados por esta pesquisa são associados às “megafavelas”, que surgem quando bairros pobres e comunidades invasoras fundem-se em cinturões contínuos de moradias informais e pobreza, em geral na periferia urbana (DAVIS, 2006, p. 37).

Nesses locais, não é apenas a carência de infraestrutura, a contrastar com os bairros privilegiados da classe média e das elites, que é evidente: a estigmatização das pessoas em função do local de moradia (periferias, cortiços e, principalmente, favelas) é muito forte. Sérios problemas de integração e de convivência entre grupos sociais diferentes e de autoestima coletiva costumam estar associados a essa questão (SOUZA, 2007, p. 69).



Fotografia 1 - Bairro da Terra Firme.
Fonte: Couto (2010).



Fotografia 2 - Ocupação Riacho Doce no Bairro do Guamá.
Fonte: Couto (2010).

O crescimento horizontalizado de Belém vem se dando em direção às áreas chamadas de baixadas, que é facilitado por dois motivos: a disponibilidade de terras e a valorização da área central, que expulsa a população pobre para as áreas mais afastadas do centro, além é claro, da política de planejamento urbano excludente e segregadora. Os investimentos em infraestrutura e serviços em Belém acabam por dar-lhe o título de metrópole, e essa metropolização, com a concentração dos serviços urbanos, deixa muitas cidades de porte inferior dependentes de sua estrutura urbana. Este fato torna-se indutor de uma atração populacional e permanência na cidade.

A estruturação urbana da cidade configura-se em um perfil no qual se tem um centro urbano adensado, ocupado pela população de classes média e alta que contrasta com uma periferia dispersa, ocupada pela população empobrecida. “É a população pobre da cidade de Belém que mais luta com a falta de moradias, de água encanada, de esgotos, de transportes e outros; que mais sente os efeitos negativos do elevado preço da terra urbana, por ser forçada a morar na periferia, particularmente em áreas alagáveis e sem infraestrutura” (FERREIRA, 1995, p. 3).

Esse quadro proporcionou a verticalização urbana acelerada e a segregação socioespacial com a concentração da pobreza em áreas não apropriadas para a habitação

humana, nesse caso as áreas de baixadas, com condições precárias de serviços, de infraestrutura, diante de um sistema que privilegia o transporte individual via automóvel, com um processo de urbanização deficiente e com um crescimento da especulação imobiliária que desloca o pobre para longe dos centros urbanos, ou o joga para a parte da cidade alagada, para sobreviverem em meio às palafitas e estivas.

Entretanto, o processo de verticalização ocorrido nos anos oitenta foi incorporando as áreas de baixadas saneadas à cidade, promovendo a migração interna em direção às baixadas dos bairros do Guamá, Condor, Jurunas e Terra Firme, com expressiva densidade demográfica (TRINDADE JUNIOR, 1998). Dois grandes conjuntos de problemas, ou duas grandes problemáticas, associam-se fortemente às grandes cidades: a pobreza e a segregação residencial (SOUZA, 2007, p. 82).

Essa favelização que as baixadas sofrem é criadora de alguns estereótipos em relação à sua população, geralmente associando-a a criminalidade, pobreza e marginalização social, ou seja, são os espaços onde se reproduz a violência e de que toda área de baixada representa uma área favelada. Ao contrário da idéia que é reproduzida pelo senso comum as baixadas não são todas formadas por favelas, porém algumas localizações contém internamente áreas que são consideradas favelas, de acordo com o IBGE (2000), e também não são formadas homogeneamente por uma sociedade criminosa. Mas, existem espaços em que a violência urbana se reproduz, pois são as áreas carentes das baixadas aproveitadas pelo crime para sua manifestação e reprodução de sua rede social com a atuação de grupos criminosos.

A pobreza urbana se reveste de peculiaridades, tanto por conta de suas formas de expressão espacial características (favelas, periferias pobres, áreas de obsolescência), quanto por causa das estratégias de sobrevivência, legais e ilegais, que a ela se vinculam (do comércio ambulante ao tráfico de drogas e varejo) (SOUZA, 2007, p. 82-83). Hoje, a ocupação *strictu sensu* continua primeiramente em terra urbana de baixo valor, em geral com planícies sujeitas a cheias, encostas, pântanos ou antigas instalações inundáveis poluídas.

Na metrópole de Belém, a periferia dispersa e a periferia concentrada estão sujeitas a atuação das redes ilegais, pois as contradições na produção do espaço urbano apresentam grandes contrastes. Assim sendo, nas áreas periféricas da cidade encontramos, de acordo com Haesbaert (2004), verdadeiros “aglomerados de exclusão”.

Haesbaert (2004) define aglomerados de exclusão como espaços de insegurança e precariedade social, onde os grupos sociais estão impossibilitados de construir territórios sobre os quais efetivamente detenham o domínio (político-econômico) e a apropriação (simbólico-cultural), dado o grau de exclusão (ou de inclusão precária) a que esses grupos sociais estão relegados.

É importante destacar a noção de aglomerados para essa pesquisa, ou seja, muitas vezes articulando máfias à escala mundial, as redes ilegais podem ser vistas ao mesmo tempo como produtos (à margem do sistema “legal”, impondo-se como forma de sobrevivência de grupos excluídos e como produtoras da desterritorialização) ao promoverem a instabilidade e a violência.

Definir espacialmente os aglomerados de exclusão não é tarefa fácil, principalmente porque eles são, como a própria exclusão que os define, mais um processo – muitas vezes temporário – do que uma condição complexa e dinâmica, mesclada sempre com outras situações, menos instáveis, por meio das quais os excluídos tentam a todo instante se firmar (se territorializar) (HAESBAERT, 1996, p. 327).

Pode-se dizer que muitas vezes, ou quase sempre, as atividades criminosas encontram, com grande facilidade, um espaço favorável para territorializar-se, e, partido do conceito de territórios-rede destacado nesta pesquisa, os “aglomerados de exclusão” são espaços privilegiados para a expansão das redes ilegais.

O enfraquecimento crescente do Estado como agente de intervenção diante do processo avassalador e “sem fronteiras” de mercantilização da sociedade leva muitas dessas redes ilegais a promover (re)territorializações próprias, muitas vezes como modo de substituir o Estado, como ocorre com o narcotráfico nas favelas latino-americanas. Por outro lado, sua “clandestinidade” acaba alimentando a insegurança, a violência e a exclusão frente aos circuitos ditos legais da economia e da política (HAESBAERT, 1996, p.184).

Nos lócus de precariedade e pobreza, o crime organizado se apresenta como oportunidade de recursos, e por isso facilmente os aglomerados se transformam em espaços especiais para as tramas das redes que a partir daí criam seus territórios, ou seja, territórios-zona, fechados e articulados pelos atores de dentro, e territórios-redes, abertos e dentro de um sistema reticular que envolve uma cadeia complexa de relações. Dessa forma, nossa análise destaca o papel dos aglomerados de exclusão para as redes ilegais do

narcotráfico. Seja nas favelas ou em bairros populares pobres, as redes se organizam e se firmam como agentes transformadores do espaço.

O aglomerado compreenderia os grupos marginais no sentido de exclusão social de fato, o que significa a própria exclusão do circuito capitalista explorador, típica da desterritorialização que as redes das classes sociais hegemônicas promovem no espaço dos miseráveis (HAESBAERT, 2004, p. 185).

Esses espaços são importantes porque não demonstram muita resistência à ação das organizações criminosas, e muitas vezes a pouca participação do Estado, no que diz respeito ao planejamento, corresponde aos interesses da ilegalidade. Por isso, muitas favelas são dominadas pelo narcotráfico, que atua como uma espécie de Estado paralelo.

Haesbaert (2004, p.195) destaca um nível de aglomerado de exclusão que é transitório ou conjuntural, pois para este autor:

O aglomerado “transitório” ou conjuntural que, por se encontrar atravessado por múltiplas redes e territórios, recompõe constantemente seu espaço, reinserindo seus membros numa desordem dominada pela violência e pelo medo, geralmente de caráter ilegal ou clandestino, como ocorre algumas vezes nas favelas brasileiras subordinadas ao circuito do narcotráfico.

Sendo assim, entende-se nessa pesquisa que a urbanização acelerada que o Brasil vivenciou a partir do seu processo de industrialização, de certa forma, fomentou a expansão de ocupações espontâneas que não seguem um padrão de qualidade adequado para a moradia. Somado a isso, o planejamento urbano, por décadas, negligenciou esta questão, o que facilitou a expansão das atividades ilícitas, entre elas as redes do narcotráfico. Os aglomerados de exclusão tornam-se estratégicos para que as redes se consolidem.

Entende-se por redes ilegais, “espaços reticulares comandados por grupos e entidades não reconhecidas legalmente pela sociedade e que, embora intimamente articuladas à economia e ao sistema político dominante (como no caso das redes do narcotráfico), não partilham da maior parte das regras formalmente instituídas” (HAESBAERT, 2006, p.196).

Nossa pesquisa buscar explicar o fenômeno do narcotráfico a partir da relação entre redes ilegais e “aglomerados de exclusão”. Assim, a lógica da organização local e global do tráfico internacional de droga parte primeiramente da necessidade de se buscar mão de

obra barata e descartável, que é encontrada nas áreas mais precárias das periferias das metrópoles ou nas favelas.

Os territórios-rede e os territórios-zona da organização espacial do narcotráfico são a expressão das desigualdades socioespaciais e da dificuldade que o Estado de direito encontra em promover políticas públicas voltadas para as questões sociais. Não significa necessariamente que a expansão do crime só ocorre onde existem pobreza e problemas estruturais ligados à habitação, mas é partir deles que essas atividades se espacializam, ou seja, a criminalidade vai encontrar mais facilidade de se infiltrar nessas áreas, apresentando-se, como naquele momento, como uma das saídas para fugir do desemprego, da falta de dinheiro, da pobreza e da miséria.

A espoliação urbana contribuiu e contribui para que a situação das metrópoles brasileiras hoje, no século XXI, em especial a cidade de Belém, sejam divididas por situações contraditórias e conflitantes que simbolizam a realidade metropolitana brasileira. O tráfico de drogas representa o poder paralelo que faz oposição ao poder constituído, articula sua atuação em rede e controla frações do território, impondo regras e estabelecendo limites. Os bairros periféricos da Terra Firme e do Guamá, estudados nesta pesquisa, são bons exemplos de como o narcotráfico se apropria de determinadas áreas carentes e aos poucos vai ampliando sua escala de atuação por quase todo o bairro.

3.4 O TUCUNDUBA COMO O “NÓ DA TRAMA”: DE LUGAR DE RESISTÊNCIA AO LUGAR DE PERVERSIDADE NO GUAMÁ E NA TERRA FIRME.

As baixadas representam não somente a área de expansão da cidade, mas também o espaço de resistência e sobrevivência daqueles que foram excluídos do mercado formal imobiliário e providos de serviços urbanos de qualidade. Com isso, o padrão de ocupação adensado com uma tipologia típica de favelas deixa bem evidente o perfil socioeconômico de quem os habita. A Prefeitura Municipal de Belém considera baixada toda área de cota topográfica de 4m, e abaixo de 4m correspondente à planície inundável (COMPANHIA E DESENVOLVIMENTO..., 1986).

A evolução urbana em direção às áreas chamadas de baixadas se deu, sobretudo, nas décadas de 1960/70 e 80, acompanhada de intenso êxodo rural e crises econômicas que se sucederam, desencadeando problemas relacionados à questão da moradia. Para Trindade Júnior. (1998, p. 101):

No plano da estruturação interna do espaço metropolitano, o que se observa é que, até a década de cinquenta, Belém apresenta uma clara tendência de não ocupação de suas áreas de baixadas, consideradas insalubres, sem infraestrutura, ainda que centralizadas no conjunto do espaço construído. Priorizou-se, portanto, a ocupação dos terrenos de cotas mais elevadas. Tal tendência conferiu à cidade, por muito tempo, uma malha urbana irregular ajudada pela implantação das áreas institucionais, no início da década de 40, à altura dos limites da 1ª légua patrimonial.

O acelerado processo de ocupação humana das áreas de baixadas, que tomou impulso com a luta pelo direito à moradia, densificou esses espaços, ao mesmo tempo em que favoreceu o movimento de valorização de seus terrenos, criando-se com isso um padrão compacto de organização espacial, acelerado pelo processo de verticalização iniciado nas áreas mais altas (OLIVEIRA, 1992). Nestes termos, percebe-se nas baixadas de Belém a existência de um modelo de organização espacial que lembra as favelas do Rio de Janeiro, pois há o predomínio de casas semi construídas ou construídas com material de baixa qualidade, e que geralmente simbolizam um espaço de segregação socioespacial em locais periféricos, alagados, fonte de uma mão de obra de baixo poder de compra.

Em contraponto, a periferização que se manifesta a partir da década de 1980 é uma das principais expressões espaciais da dispersão já mencionada, revelando conflitos e envolvendo agentes diferentes. “Esse processo de reestruturação está vinculado à dinâmica de regionalização do espaço amazônico, mas tem definições no âmbito local, a partir da correlação de forças que se coloca entre os agentes produtores do espaço urbano” (TRINDADE JUNIOR, 2002, p. 125).

Os problemas urbanos comuns a Belém e à maioria das capitais brasileiras, como o binômio centro/periferia, a verticalização, os vazios urbanos e a exclusão socioespacial fazem parte da lógica de reprodução social da cidade, em especial da dominação no interior da metrópole: uma lógica de segregação na qual colocam em posição oposta aqueles que se beneficiam com os investimentos estatais e com a valorização imobiliária deles decorrentes daqueles que vivem em situação de degradação das condições de vida, com pouca opção de moradia e com precário acesso aos serviços públicos e à infraestrutura urbana.

Assim, a área central da cidade manteve o dinamismo econômico com o comércio e os serviços, além dos trabalhos mais significativos, o que favorece a forte verticalização e edificação que são utilizadas pela população de classe média. Nesse sentido, foi para o centro que se deslocaram e concentraram a quase totalidade dos investimentos públicos e

privados de estruturação urbana (drenagem, limpeza urbana, serviços de água potável e esgoto), onde as classes média-alta e rica beneficiaram-se desses projetos de renovação urbana que excluía e fragmentava a cidade.

A bacia do Tucunduba tem localização a sudeste da cidade de Belém e corresponde a um dos afluentes do rio Guamá, possui aproximadamente, 1055 há, onde 575 há estão em áreas de “baixadas”, o que corresponde a 21, 02% das áreas de várzea de Belém Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) (1974). Compõem essa bacia 13 canais com 14.175 metros de extensão dos quais 7.865 metros são retificados. O canal principal da bacia do Tucunduba, onde se encontram as comunidades Riacho Doce e Pantanal, é, para os moradores, o marco divisor entre os bairros do Guamá e Terra Firme, embora a lei nº 7.806 30/071996 estabeleça outra delimitação (MARQUES, 2001, p. 69).

A área do Tucunduba engloba parte dos bairros do Guamá, Canudos, Marco e Jabatiteua, onde residem cerca de 35 mil famílias, num total subestimado de 175 mil pessoas, ocupando, de modo informal, terrenos de propriedade da UFPA, que correspondem, aproximadamente, 1/6 da área descontínua de Belém, conforme consta no parecer sobre a área, elaborado pela UFPA (ALCANTARA, 1998, p. 21).



Fotografia 3 - Ocupação urbana ao longo do igarapé Tucunduba.
Fonte: Couto (2010).



Fotografia 4 - Ocupação Riacho Doce em torno do Tucunduba.
Fonte: Couto (2010).

A partir dos anos de 1970 ocorreu a fragmentação do chamado cinturão institucional da cidade, que correspondia às terras da UFPA, Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE). Essa fragmentação se deu por meio da ocupação da várzea do Tucunduba. Sua evolução urbana se deu em meio de um grande fluxo migratório de famílias de baixa renda que vinham do interior do estado do Pará ou então de outros estados vizinhos e até mesmo áreas da cidade que estavam passando por um processo de revalorização, deslocando uma grande massa de pessoas pobres para as áreas de baixadas. Em meio a esse contexto, a área do Tucunduba recebeu um grande contingente populacional, passando por um crescimento urbano espontâneo.

Trata-se de uma área marcada pela concentração de moradias inadequadas, casas construídas sobre os cursos d'água (palafitas), onde inexistiam ou eram insuficientes as infraestruturas e os serviços básicos como saneamento (drenagem pluvial, coleta e tratamento dos esgotos domiciliares, industriais e comerciais, rede de água potável, coleta e tratamento de lixo), ou seja, uma área favelizada (RODRIGUES, 2009, p. 4).

Assim, a área do Tucunduba, no limite entre os bairros do Guamã com uma população de 102 161 000 habitantes e da Terra Firme com 63 267 000 habitantes (IBGE, 2000), apresenta uma organização urbana que reflete um processo de segregação socioespacial imposto pelas classes dominantes, que transformaram a cidade em mercadoria e por isso, no limite desses bairros populares, tem-se o aparecimento de uma grande área favelada em meio à pobreza, miséria e informalidade, onde seus habitantes sofrem grande discriminação e preconceito, sobretudo por seus altos índices de criminalidade.

As “megafavelas” surgem quando bairros pobres e comunidades invasoras fundem-se em cinturões contínuos de moradias informais e pobreza, em geral na periferia urbana (DAVIS, 2006, p. 37). A bacia do Tucunduba abarca uma população superior a 160 0000 habitantes, sendo que a maior parte desta população está nos dois bairros citados acima. Para esta análise foram consultados os dados do censo do IBGE 2000, como apresenta o quadro 2.

Bairros	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Guamã	13.885	23.400	55.764	83.128	90.252	102.161
Terra Firme	-----	4.210	10.075	28.281	31.190	63.267
Universitário	-----	-----	-----	-----	-----	2.628
Canudos	11.975	15.686	13.155	15.143	12.924	14.617
Marco	26.286	40.550	59.170	72.209	67.571	63.823

Quadro 2 - Evolução Demográfica nos Bairros da Bacia do Tucunduba.
Fonte: IBGE (2000)

Na área do Tucunduba, é perceptível a grande concentração espacial da pobreza, do desemprego e do subemprego. Além disso, ocupações construídas sobre o canal ainda permanecem, ou seja, casas estilo palafitas e estivas, com material de baixa qualidade e quase sempre inacabadas. A criminalidade do tráfico de drogas encontrou na área da bacia do Tucunduba uma região estratégica para a organização do crime, ou para aquilo que Castells (1999) chamou de “integração perversa” a partir de uma territorialidade precária da comunidade que é aproveitada pelo narcotráfico na periferia.

Para pensar-se sobre a questão do lugar enquanto categoria da Geografia, iniciaremos uma reflexão acerca do pensamento de Santos (1995) que afirma que existe uma dupla questão no debate sobre o lugar: o lugar visto de “fora”, a partir de sua redefinição, é resultado do acontecer histórico; e o lugar visto de “dentro” é o que implicaria a necessidade de redefinição de seu sentido.

O conceito de lugar aparece como outra categoria geográfica fundamental para a compreensão do território. E é a partir de sua apreciação que se poderá tomar a complexidade das condições de vida dos indivíduos e dos lugares onde eles vivem como ponto de partida das políticas sociais.

Para Santos (1995), o lugar poderia ser definido a partir da densidade técnica (que tipo de técnica está presente na configuração atual do território), da densidade informacional (que chega ao lugar tecnicamente estabelecido), da ideia da densidade comunicacional (as pessoas interagindo) e, também, em função de uma densidade normativa (o papel das normas em cada lugar como definitório). Segundo Carlos (1996), a esta definição seria preciso acrescentar a dimensão do tempo em cada lugar, que poderia ser visto por meio do evento no presente e no passado.

Carlos (1996, p. 20) destaca que;

[...] há também a dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana (estabelecendo um vínculo entre o de fora e o de dentro), instala-se no plano do vivido e que produziria o conhecido-reconhecido, isto é, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Também significaria pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é, o que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição mundial.

A área ocupada de forma espontânea ao longo da bacia do Tucunduba, com destaque para os bairros do Guamá e principalmente a Terra Firme, evidenciam bem essa relação de práticas cotidianas que constroem identidades culturais que são reproduzidas em vários bairros populares de Belém e região metropolitana. Encontram-se essas práticas culturais nas formas de se vestir, nas músicas e nas gírias que são criadas por moradores. A expansão do tráfico de drogas na área tornou-se uma prática cotidiana para jovens que passam a atuar na economia do crime e ajudam a reproduzir a prática da violência urbana. “A cidade é uma fábrica social da violência, onde os jovens dos bairros pobres são os proletários sem descanso. Mas essa luta pela sobrevivência os arrasta à exclusão” (PEDRAZZINI, 2006, p. 97).

Mas por outro lado, o lugar, enquanto base de reprodução da vida, também está articulado junto às relações mundiais e, nesse caso, a reprodução da criminalidade nas periferias das grandes cidades tem relação direta com a fragmentação que espaço

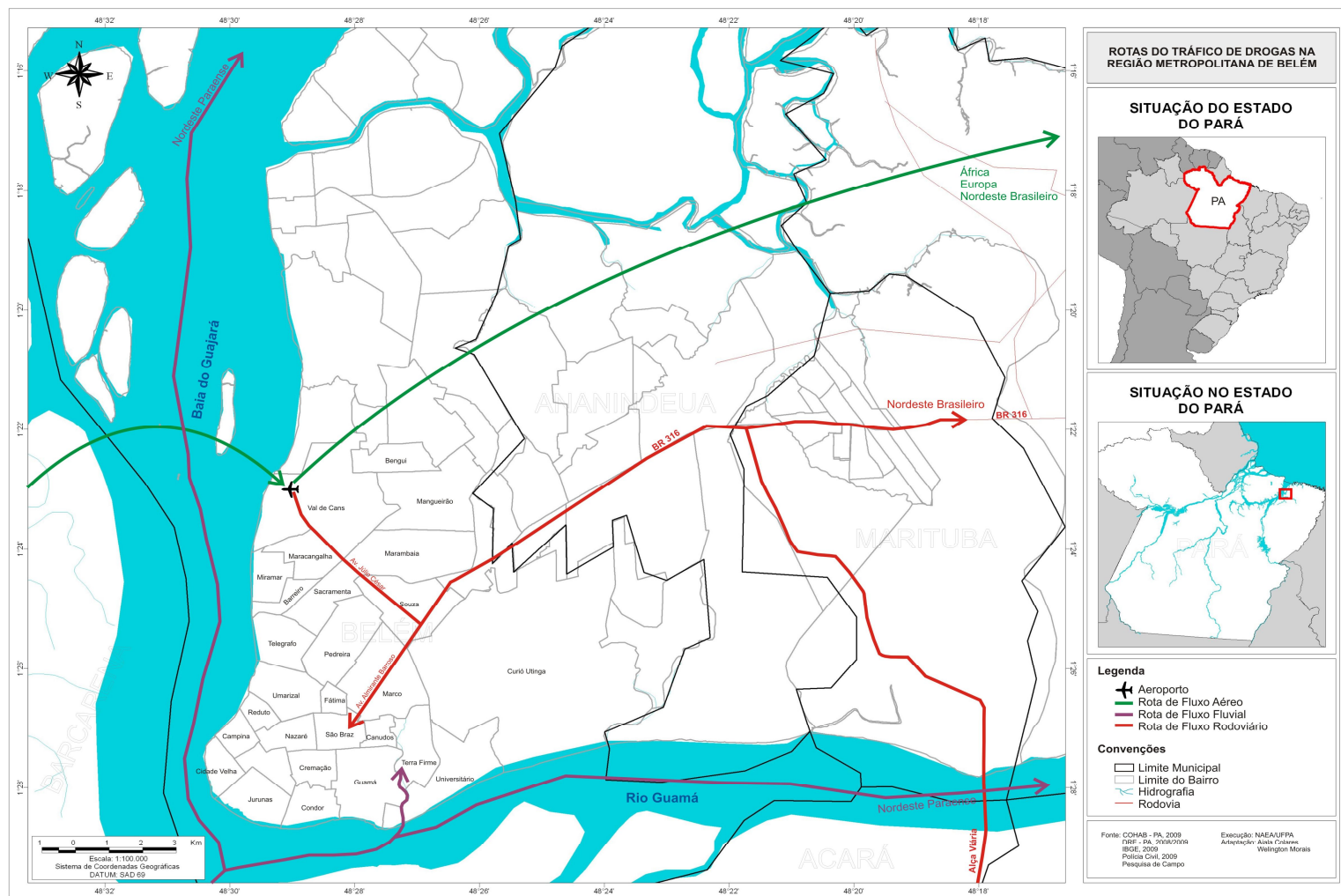
metropolitano vem sofrendo e por isso o narcotráfico ganha uma base de apoio logístico para a sua atuação e utiliza mão de obra descartável dos pobres periféricos.

A área do Tucunduba foi incorporada às redes ilegais do narcotráfico por várias razões como: a sua ligação com o rio Guamá, o que facilita o transporte do pó e da pasta de cocaína que vem de Abaetetuba ou Santarém; a organização espacial favelada e pobre, o que facilita a cooptação de muitos jovens para as redes do narcotráfico; e o mercado consumidor dos bairros que são envolvidos pela bacia do Tucunduba, destacando o Guamá como mais populoso de Belém.

Os bairros da Terra Firme e Guamá estão inseridos na relação internacional do narcotráfico por meio das redes que partem dos produtores de coca da comunidade Andina (Bolívia, Colômbia e Peru) e que entram na Amazônia brasileira via Manaus-Abaetetuba ou Manaus-Santarém até a rota Santarém-Belém ou Abaetetuba-Belém, chegando pelo rio Guamá e tendo contato com vários portos precários da cidade e, evidentemente, tendo contato com a bacia do Tucunduba.

Para isso, o tráfico de drogas necessita de uma base territorial que manifestará a atuação dessas redes ilegais, ou seja, o lugar (o bairro) ligado ao mundo. “São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito ao seu cotidiano e ao seu modo de vida, onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das qual o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso” (CARLOS, 1996, p. 21).

Essa base territorial na metrópole é justamente as periferias, as baixadas ou as favelas. Nesses locais a representação simbólica do tráfico de drogas surge em função da própria escolha das redes, que primeiro chegam até as áreas carentes, onde se encontram as massas utilizadas na organização do crime. Posteriormente, o tráfico vai ampliando o seu raio de influência, depois que já recrutou sua mão de obra, essencial para a manutenção do sistema.



Mapa 5 - Escala Local do tráfico de drogas em Belém.
Fonte: DRE – Polícia Civil/pesquisa de campo. Pará (2009)

Na escala intraurbana do tráfico de drogas em Belém, a seta que destaca o rio Guamá segue em direção ao Igarapé do Tucunduba, considerado para os moradores do Guamá e da Terra Firme o divisor dos dois bairros. A droga chega de barcos, pode vir de Abaetetuba ou de Santarém. O barquinho popularmente chamado de “popopô” atravessa os dois bairros pelo igarapé e utiliza-se dos chamados “espaços camuflados” para abastecer determinadas áreas controladas pelo tráfico de drogas. Isso não significa dizer que a droga só entre pelo Tucunduba. Pode ser que chegue a esses dois bairros utilizando-se da rota rodoviária, aproveitando a integração pela Alça Viária. Não se sabe ao certo a quantidade de cocaína que entra pelo rio Guamá e segue rumo ao igarapé Tucunduba, mas dados empíricos confirmam que grande parte da droga que abastece o limite entre os dois bairros chega pelo rio.

E se tratando do tráfico de drogas, os bairros do Guamá e da Terra Firme vêm ganhando certo destaque no que diz respeito à criminalidade e à violência urbana, principalmente a área do Tucunduba. Nas grandes cidades, os bairros pobres são estigmatizados e seus habitantes considerados como grupos de bárbaros, equipados para atacar o cidadão honesto (PEDRAZZINI, 2006, p. 97). Essa estigmatização do morador do bairro popular, ou seja, da periferia, se torna um motivo a mais para o jovem morador ser incorporado às redes do tráfico de drogas.

4 DO TERRITÓRIO-REDE AO TERRITÓRIO-ZONA DO NARCOTRÁFICO NA PERIFERIA DE BELÉM (GUAMÁ E TERRA FIRME)

Pretende-se discutir, neste capítulo, a configuração espacial do território-rede e do território-zona, ambos relacionados à questão do narcotráfico na periferia de Belém. Além disso, em nossa análise, torna-se imperativo avaliar o papel de cada ator social envolvido no circuito da criminalidade do tráfico de drogas, demonstrando de que forma as redes ilegais influenciam na relação de dependência de alguns com o crime organizado. Outro aspecto importante da análise das redes do tráfico de drogas está na participação de jovens na economia do crime, principalmente aqueles que se encontram em situação de risco, pois são facilmente incorporados ao sistema, e o papel deles é de grande importância para a manutenção dos territórios.

4.1 O TERRITÓRIO-REDE E O TERRITÓRIO-ZONA DO TRÁFICO DE DROGAS

O tráfico de drogas na periferia de Belém vem atuando, nos últimos anos, de forma organizada, o que coloca em risco o controle efetivo do Estado sobre o território, como acontece, por exemplo, em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde algumas favelas são controladas por grupos de traficantes que têm ligações com o Comando Vermelho e com o Primeiro Comando da Capital (PCC). No caso específico de Belém, não se conhece ainda nenhuma facção criminosa à altura das mencionadas, mas sabe-se que alguns bairros periféricos estão envolvidos pelo tráfico de drogas.

No panorama atual do mundo, com todas as suas complexidades e processos, muitas vezes excludentes, como a crescente globalização e a fragmentação a um nível micro ou local, servindo de refúgio à globalização, Haesbaert (2002) identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão.

Para o mesmo autor, nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios-rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão socioeconômica das pessoas. É importante destacar que:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações socioespaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos”, como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).

Sendo assim, o narcotráfico atua na periferia da cidade de duas formas: uma a partir da configuração de um território-rede, organizado de “fora para dentro”, e outra por meio da construção de um território-zona, ou seja, organizado de “dentro para fora”. Os dois conceitos que serão aplicados nesta pesquisa não se anulam, são complementares e interdependentes. Para a manutenção do território-zona é preciso uma articulação em rede que abasteça os pontos de venda de droga, e nesse sentido a zona está dentro de uma lógica reticular que dê sentido ao território-rede, muitas vezes mais amplo que o território-zona.

Nas palavras de Haesbaert (2004, p.280), “assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/rede e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento”. Os territórios fechados do tráfico de drogas são, em sua essência, resultados da articulação local e global ou então fixos orientados pelos fluxos que perpassam os limites do Estado-nação e dão dinâmica nas formas de apropriação do espaço pela sociedade ou pelos diversos atores sociais que compõem o território, sejam eles hegemônicos ou hegemonzados. Um território, antes de ser uma fronteira, é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. A territorialização engloba, ao mesmo tempo, aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade; em outras palavras: tanto os itinerários quanto os lugares (BONNEMAISON, 1981, p. 253-254 apud HAESBAERTH, 2004, p. 280).

Podemos assim dizer que para uma melhor compreensão do fenômeno do tráfico de drogas, hoje no interior da metrópole, é preciso compreender as teias de relações que sobrepõem os bairros populares. Essas teias são as redes que combinam de forma muito mais complexa os fluxos materiais e imateriais e aparecem enquanto componente dos processos de territorialização do crime, ou seja, configuram territórios descontínuos ou fragmentados, ou então superpostos, bem diferente da abordagem tradicional de território. Na formação do território-rede, o controle ou a influência sobre a área está, muitas vezes, distante do ponto de vista físico, mas muito mais próximo do ponto de vista relativo, às vezes muito mais próximo do que o próprio aparelho do Estado.

Assim, é importante destacar a análise de Haesbaert (2004, p. 281), pois para este autor, “se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui”. É nessa perspectiva que se torna interessante o estudo sobre o tráfico de drogas na periferia

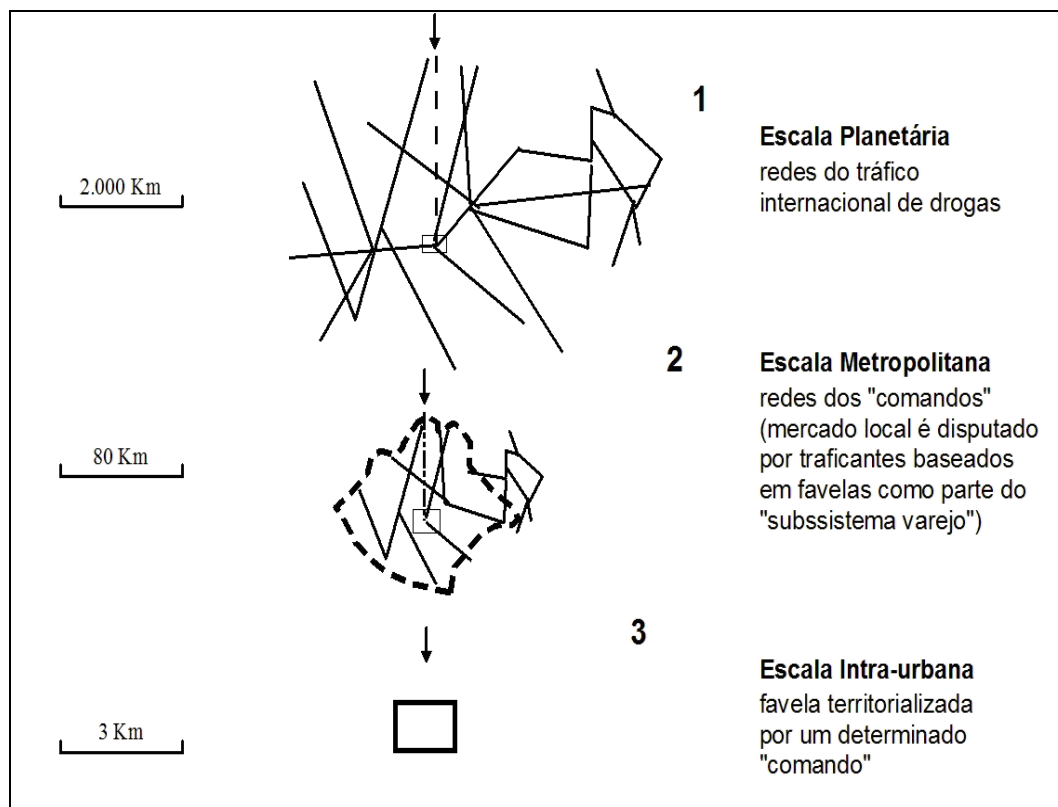
de Belém, pois a precariedade da vida social em bairros populares no interior da metrópole é interessante para grupos ligados ao narcotráfico. A rede legal do Estado se “ausenta” ou se ausentou por muito tempo, ou ainda atua de forma precária, deixa lacunas que são preenchidas por atividades ilegais. O narcotráfico é apenas um tipo de rede ilegal a ser analisada, mas temos outros tipos como, por exemplo, a rede de pirataria e contrabando, que também é muito complexa e nos últimos anos vem ganhando destaque na mídia local pelas formas como elas fogem do cerco da fiscalização.

Não podemos entender o território apenas enquanto unidade homogênea, pois existe toda uma complexidade dos elementos que promovem as diversas configurações, algumas específicas de acordo com a perspectiva estruturante do território. Para Deleuze e Guattari (1997a, p.120-121), o território “tem uma zona interior de domicílio ou de abrigo, uma zona exterior de domicílio, limites ou membranas mais ou menos retráteis, zonas intermediárias ou até neutralizadas, e reservas ou anexos de energia”.

Para Haesbaert (2004, p. 282):

Nesta abordagem, fica mais fácil visualizar um território forjado numa lógica zonal ou em superfície, como uma área delimitada por fronteiras. Ela sugere também um território no sentido mais tradicional ao estabelecer uma espécie de hierarquia entre interior-exterior, “residência”, “zonas intermediárias” e “anexos”. Deleuze e Guattari certamente não estão inspirados aqui num território de feições mais rizomáticas que, provavelmente, na sua interpretação, estariam mais associados a processos desterritorializadores.

O tráfico de drogas necessita de uma área de controle para o comércio/varejo da droga, e sendo assim, alguns grupos impõem limites e regras de acordo com seus códigos às pessoas de fora e de dentro do território que agora estão sob o controle do crime. É dessa forma que se configura um território-zona ligado ao narcotráfico. As redes ilegais inserem essas zonas no sistema de distribuição/controle/consumo da cocaína. Os “nexos” ou “pontos” de venda da droga estão diretamente articulados a outra forma de organização do território, ou seja, o território em rede.



Esquema 2 - Organização das redes do tráfico de drogas.

Fonte: Adaptado de Souza (1995).

O esquema 2 apresenta uma composição de três quadros distintos, sobrepostos de cima para baixo, com escalas diferentes que vão do local, perpassando pelo regional, até o global. Nelas pode-se observar a atuação do narcotráfico na escala local, exemplificada com a atuação dos narcotraficantes na escala intraurbana – principalmente em favelas e pequenas comunidades; em seguida, verifica-se o quadro com a escala regional – chamada na figura de metropolitana, que apresenta a organização dos narcotraficantes em “comandos” que gerenciam pontos de venda de drogas em diversas favelas diferentes na região metropolitana de uma grande cidade e, por último, observa-se o quadro que mostra a atuação dos narcotraficantes internacionais, que agem na escala mundial, com ramificações em diversos países, organizados em redes do tráfico, com pontos de produção, distribuição e venda internacional de drogas.

É assim que a nossa pesquisa tenta mostrar uma forma de organização territorial do tráfico de drogas em redes, sobrepondo outros tipos de territorialidades. Sejam elas legítimas ou não, as redes têm, de fato, o poder de estruturar, de acordo com os seus interesses, o território. As zonas não podem ser dissociadas das redes e tentar entender o

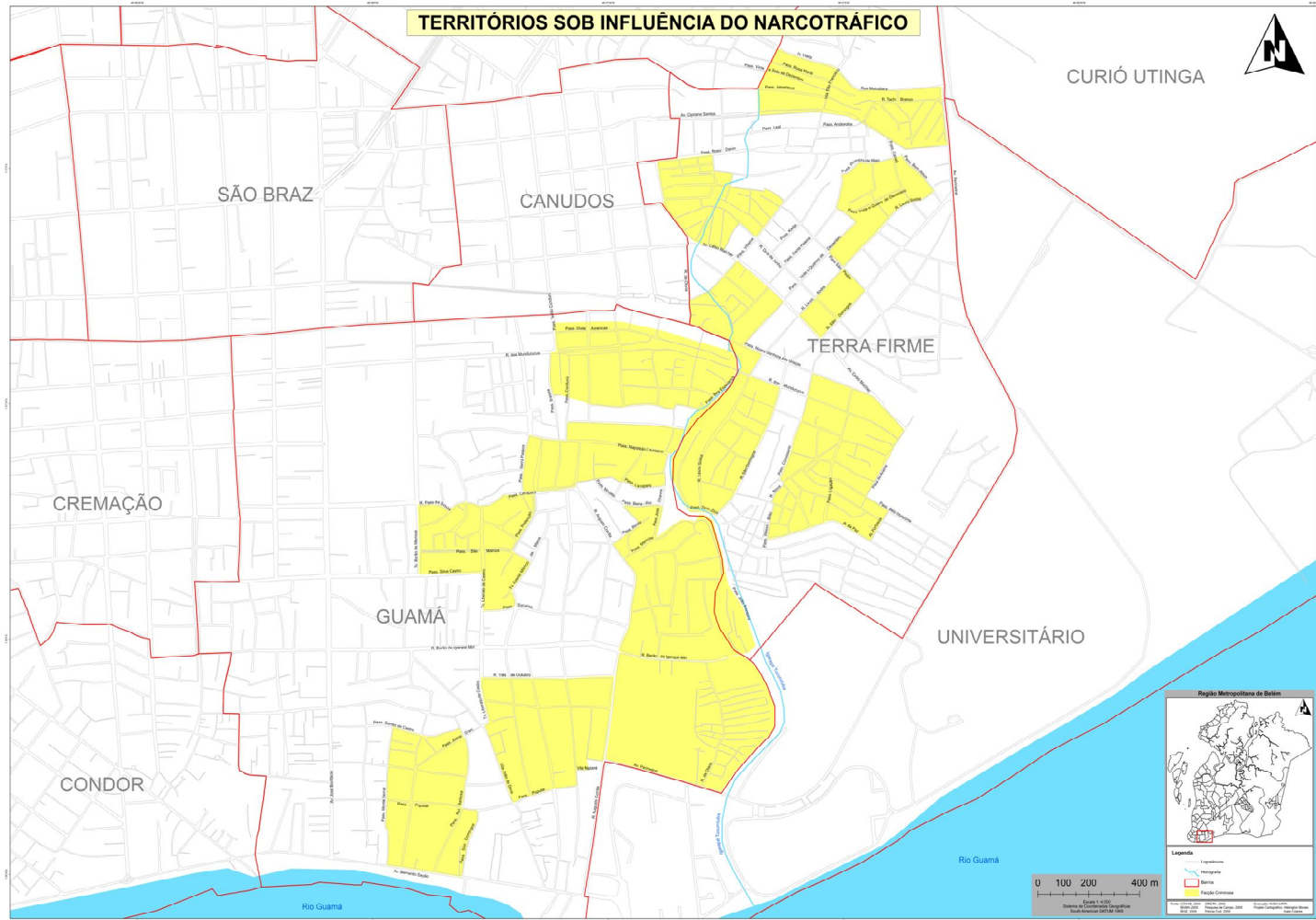
comércio intraurbano do tráfico de drogas sem o entendimento das redes. Isso é negligenciar a relação global local e vice-versa.

A entrada do igarapé Tucunduba, a partir do contato com o rio Guamá, é o “nó” da rede na escala local. Os territórios controlados pelo tráfico de drogas nos bairros do Guamá e da Terra Firme, de acordo com o esquema apresentado acima, representam a escala intraurbana, redes e territórios ligados à ação do narcotráfico na periferia de Belém. Neste caso, a rede estaria ao lado das superfícies ou “zonas”, compondo, de forma indissociável, o conteúdo territorial. O território-zona só se definiria como tal pela predominância das dinâmicas “zonais” sobre as “reticulares”, mas não pela sua dissociação. Ou seja, território-zona não estabelece em momento algum uma relação dicotômica ou dual com sua contrapartida, o território-rede (HAESBAERT, 2004, p. 286).

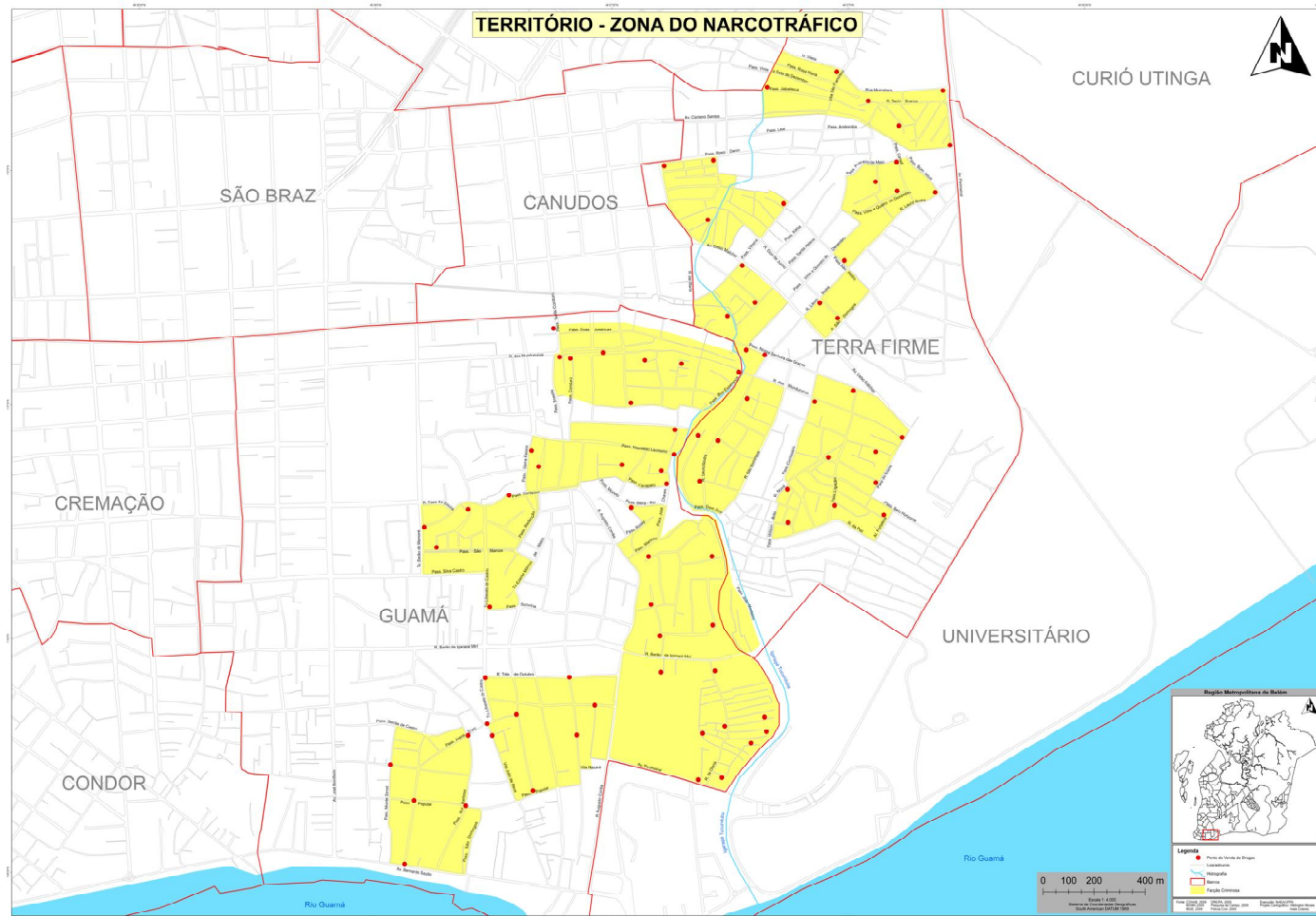
A concepção de território a partir das relações de poder estabelecidas pelo narcotráfico aponta para duas análises: uma político-econômica e a outra simbólico-cultural, pois o território, para os traficantes, é visto como recurso, ou seja, a área onde os lucros podem existir com o comércio da droga, e nesse sentido, alguns grupos criam códigos de posturas entre eles e a comunidade, como por exemplo, a lei do silêncio, ou então o pedido para que os moradores apaguem a luz das frentes das casas durante a noite, ou até mesmo a proibição de assaltos nas áreas controlados pelo tráfico de drogas.

Essas regras seriam a política do crime. A violência imposta pelo tráfico é simbólica e a reprodução da criminalidade acaba tornando-se cultural entre os atores sociais envolvidos no sistema. As gírias faladas, as músicas cantadas e o tipo de roupa utilizada pelos jovens, assim como o cabelo pintado e os cordões de aço, na periferia, têm um valor simbólico-cultural muito forte que só quem é do bairro entende seu significado, ou seja, é uma espécie de representação ou identidade do criminoso. Por outro lado, os cidadãos de bem fazem outro juízo de valor a esses elementos, são sinônimos de “bandidagem periférica”. O território enquanto dominação político-econômica e apropriação simbólico-cultural são conceitos analisadas por Haesbaert (2004).

Souza (2001) faz uma abordagem política e também cultural sobre o território, pois este autor identifica, nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais. SOUZA (2001) destaca que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação.



Mapa 6 - Território de influência do tráfico de drogas no Guamá e na Terra Firme.
Fonte: COUTO (2010)



Mapa 7 - Pontos de venda de drogas em zonas de influência do tráfico de drogas no Guamá e na Terra Firme.
Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo (2010)

Os mapas acima estão destacando as zonas do tráfico de drogas em áreas do Guamá e da Terra Firme. Cada área representa um território influenciado por grupos ligados ao narcotráfico, o que chamamos nesta pesquisa de território-zona. Também nota-se a presença de pontos de comercialização da droga envolvidos por estas zonas de atuação dos narcotraficantes.

As zonas de influência do tráfico de drogas nestes dois bairros pesquisados fazem parte de uma lógica organizada em rede, controlada de fora do território, mas articulada a partir do território. Essa organização verticalizada do crime diz respeito ao território-rede do crime organizado. Portanto, as redes ilegais envolvem os bairros na trama do circuito ilegal do narcotráfico.

Para Souza (2001), o território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções. Mesmo privilegiando as transformações provenientes do poder no território, aponta ainda para a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes.

Na análise Haesbaert (2004), teríamos então duas formas ou lógicas de territorialização: uma pela lógica zonal, de controle de áreas e limites ou fronteiras, outra pela lógica reticular, de controle de fluxos e polos de conexão ou redes. Para este autor, a diferença entre zonas e redes tem origem em duas concepções e práticas distintas do espaço, uma que privilegia a homogeneidade e a exclusividade, outra que evidencia a heterogeneidade e a multiplicidade, inclusive no sentido de admitir as sobreposições espaço-temporais.

Então, o controle do território pelas redes ilegais do narcotráfico em áreas dos bairros do Guamá e da Terra Firme obedece a essa lógica de territorialização e “[...] conexões com o exterior, que às vezes são até mesmo privilegiadas em relação às conexões internas, representam processos concomitantes de desterritorialização, ou seja, neste caso, de perda de controle do Estado em relação às dinâmicas internas ao território nacional (HAESBART, 2004, p. 294). Desse ponto vista, estaríamos diante da força que se enraíza no território de um “poder paralelo” que incomoda o Estado de direito.

O tráfico de drogas no Guamá e na Terra Firme está enraizado nas áreas que são apontadas por este trabalho como territórios-zona, mas com grande influência do território-rede, como já enfatizado. “Num mundo em processo de globalização, cada vez mais

desordenado pelos fluxos de diversas naturezas que alimentam redes de todo tipo, há uma multiplicação e banalização de territórios em rede” (BAKIS, 1999, p. 87).

Com vigor, pode-se dizer que no território-rede ou em rede, o controle (a “proteção”) é produzido por intermédio do movimento articulado (a rede). É assim, que funciona a organização criminosa em rede nos bairros do Guamá e da Terra Firme na periferia de Belém. Os territórios controlados pelo tráfico de drogas aparecem como sistemas abertos e fechados, que interligam o global ao local.

Para Souza (1995, p.94), o território-rede representa uma “ponte conceitual” que reúne a contiguidade espacial do território “no sentido usual” e a descontinuidade das redes, formando assim um território descontínuo que, dependendo da escala, é “uma rede a articular de dois ou mais territórios descontínuos”, como no caso dos territórios-rede de diferentes facções do narcotráfico estruturando de forma descontínua seu poder através da conexão entre várias favelas em disputa no município do Rio de Janeiro (SOUZA, 1995, p. 94). Ou então, a disputa de facções rivais pelo controle do território na área da bacia do Tucunduba, envolvendo os dois bairros em questão nesta pesquisa.

O efeito mais importante desta perspectiva conceitual é de natureza política, pois permite superar a noção de poder “exclusivista” presente na noção clássica de território, admitindo assim visualizar diferentes formas territoriais, superpostas e descontínuas, de articulação do poder – ou de diferentes tipos de relação de poder (SOUZA, 1995). Como já enfatizado, diversos códigos são impostos aos moradores que estão sob o território do tráfico de drogas. Tem-se como exemplo, a passagem Ligação no bairro da Terra Firme, onde ao entrar de carro na área controlada pela facção, deve-se ligar os faróis do carro e jogar o pisca para ter permissão para adentrar no território sem nenhuma forma de repressão de grupo, ou então na passagem Lauro Sodré, também na Terra Firme, onde a facção pede aos moradores que apaguem as luzes das frentes das casas para se esconderem da polícia e dos grupos rivais, ou seja, a escuridão é uma forma de proteção do território.

No bairro do Guamá, na Napoleão Laureano, na João de Deus e na Caraparu, por exemplo, os assaltos na área foram proibidos pelos traficantes, pois a ocorrência desses delitos chama a atenção dos órgãos de segurança pública, comprometendo o desempenho do comércio de entorpecentes na área. É preferível que os ladrões da redondeza roubem em outras áreas, de preferência na concorrência. Este fato pode ter uma relação direta com o aumento do número de homicídios nos bairros do Guamá e da Terra Firme, nesses últimos anos. Nestes termos, podemos falar de um poder não exclusivo do Estado.

4.2 AS REDES SOCIAIS DO TRÁFICO E A TERRITORIALIZAÇÃO PERVERSA DO CRIME

As condições socioeconômicas de muitos jovens na periferia de Belém, sobretudo, nos bairros do Guamá e da Terra Firme, são fatores determinantes para que o narcotráfico envolva os jovens de famílias humildes e com uma precária estrutura familiar nas redes sociais do tráfico de drogas e da criminalidade.

O termo rede tem sua procedência no latim *rete*, que constitui entrelaçados de fios, cordas, cordéis. Arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido, teia. Para conceituar redes sociais é preciso abarcar diversas experiências vividas pelo indivíduo: família, trabalho, escola, amigos, comunidade e toda a sua ação no meio onde vive. Nos bairros, as redes sociais se fortalecem a partir do momento que as pessoas começam a interagir na comunidade e por isso a rede social é composta pelas pessoas individualmente e pelos grupos (família, trabalho, escola, religião etc.) que vão se constituindo nas relações cotidianas. É dessa forma que podemos dizer que as redes sociais expressam aquilo que Santos (1998) chamou de solidariedades orgânicas, ou seja, para este autor, nesse tipo de relação existe uma contiguidade e as relações representam horizontalidades, levando em consideração a proximidade.

Para as Ciências Sociais, rede seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e também entre os próprios atores. Designa ainda os movimentos pouco institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretções (COLONOMOS, 1995). Já para a Antropologia Social, a noção de redes sociais busca apoiar "a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias" (BARNES, 1987, p.163).

O termo sugere ainda a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal, uma construção coletiva que se define à medida que é realizada (DUARTE, 2004).

Pesquisas recentes de Tracy e Martins (2007) têm demonstrado que o ser humano tende a adoecer quando percebe que sua rede social foi reduzida ou rompida. Entretanto, se encontrar suporte solidário em outros espaços da sua rede de relações, tende a enfrentar problemas e sofrimentos com maior habilidade e segurança. Nestes termos, os jovens da

periferia que têm sua rede social reduzida e enfrentam problemas de isolamento social ou algum tipo de preconceito ou exclusão, tornam-se facilmente membros das redes do narcotráfico ou de outro tipo de criminalidade. É esta a situação de muitos jovens da periferia, principalmente dos bairros apresentados nesta pesquisa: são inseridos nas redes ilegais, contribuindo para a territorialização do crime.

Na periferia, o jovem que anda armado ganha respeito perante os outros jovens, ou então passa a ser temido pela população. Se estiver trabalhando para o tráfico de drogas como “soldado”, significa que ele ganhou a confiança dos traficantes que passam a fornecer-lhe o armamento. Alguns grupos sociais vão em busca de recursos internos e externos para se recompor, enquanto outros grupos não têm o mesmo êxito (BARBOSA, 2005). A questão é que um quadro social vulnerável, no qual as pessoas são levadas à procura dos recursos, pode coexistir com redes que envolvam riscos, ou seja, corrupção, tráfico de drogas, prostituição infantil e contrabando.

Crianças e adolescentes do Guamá e da Terra Firme são expostos ao risco, pois não apenas a desigualdade social e a questão familiar podem levar a este fato, mas também uma educação pública precária e a necessidade de satisfazer as necessidades básicas de um indivíduo, ou ainda a busca pelo consumo. O tráfico de drogas no Guamá e na Terra Firme oferece armas e dinheiros, corrompem os jovens e leva os adolescentes a barbárie. Não são apenas soldados do tráfico ou aviões, são também assaltantes e consumidores de cocaína. Estão sempre na frente das atividades pelo fato de serem amparados por lei. Nesse caso, a menor idade é algo que interessa ao tráfico de drogas. O convívio com essas vulnerabilidades é mais acentuado na rotina de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua. Esses adolescentes migram de um ponto a outro pelas instituições da cidade, circulam pelo espaço urbano e estabelecem uma rede de relações em que é reconhecido pelos seus pares (MAGNANI, 2002).

No Guamá e na Terra Firme, em algumas áreas, é comum a participação de jovens (crianças e adolescentes) no esquema do tráfico de drogas, algo muito semelhante ao que ocorre na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Dowdney (2003), havia cerca de cinco mil crianças envolvidas na disputa de facções do tráfico de drogas por controle do território no Rio de Janeiro em condições muito semelhantes às de crianças que atuam como soldados em conflitos armados ao redor do mundo.

Em algumas áreas dos dois bairros pesquisados, é algo bem comum entre os moradores o encontro com jovens armados expondo suas armas perante a comunidade.

Alguns demonstram como forma de intimidação, outros porque estão controlando o território que sofre ameaça de facções rivais. No Guamá, o destaque maior está na passagem João de Deus e principalmente na passagem Napoleão Laureano. Essas duas ruas influenciam o seu entorno no comércio/varejo de pasta e pó de cocaína. E sendo assim, precisam de qualquer forma controlar o território. A pesquisa realizada por Dowdney (2003, 2005) e pelo Observatório de Favelas (2006) afirma que no Rio de Janeiro a inclusão de crianças se inicia com os 10 anos de idade e as primeiras atividades e o envolvimento se dão progressivamente, ou seja, primeiramente prestação de pequenos serviços. O processo é lento, podendo levar meses ou anos para que uma criança seja considerada um membro integral da quadrilha.

Em Belém, de acordo com as observações sistemáticas realizadas em campo e mais as diversas entrevistas realizadas, o jovem criminoso que se insere na rede social do tráfico passa a se envolver a partir dos 14 anos de idade, em sua maioria. Recebem armas para promoverem assaltos, ou então trabalham no esquema de aluguel de armas: estão sempre à frente da maioria dos crimes realizados nos bairros. Caso ocorra uma apreensão da droga pela polícia, o jovem tem o papel de assumir a responsabilidade. Isso dá mais respeito perante os criminosos. Por outro lado, caso ele entregue o esquema, pode ser assassinado na cadeia ou então a punição pode acontecer a alguém da sua família. Este fato explica o porquê de, na maioria das vezes, os adolescentes assumirem sozinhos toda a responsabilidade.

É importante destacar que a rede social consente que as informações sobre os recursos existentes circulem no espaço da comunidade como forma de levar benefício para toda a população. Nesse sentido, para enfraquecer as redes sociais do tráfico de drogas, é necessário mobilizar uma rede de atendimento à comunidade. E essa rede de atendimento deve funcionar como um sistema aberto entre os diversos serviços: educação, saúde, cultura, lazer, esporte, religião, segurança etc., promovendo a interação social e garantindo qualidade de vida, isso evitaria muitos jovens se envolverem na criminalidade.

O movimento dos vários serviços interagindo um com o outro, conhecido como articulação da rede, possibilitará à comunidade local um melhor encaminhamento e atendimento à população (SUDBRACK, 2004). Porém, serviços isolados e específicos que não integrem essas diversas áreas são insuficientes para uma política de combate à droga. Para que este trabalho em rede funcione adequadamente, é preciso, antes de tudo, que as

atividades de todos os membros da comunidade sejam compreendidas por todas as pessoas envolvidas na rede social.

A expansão urbana de Belém em direção às suas baixadas como já destacado neste trabalho, criou bairros populares que enfrentam graves problemas socioeconômicos. A questão da habitação popular com a autoconstrução e a precariedade dos serviços de educação, saúde, esporte, lazer etc., somados à questão do desemprego, são elementos importantes para entender o porquê destes dois bairros (Guamá e Terra Firme) apresentarem grandes índices de criminalidade. A rede social destes bairros está interrompida, dando assim, margem para o tráfico de drogas.

Na visita a campo, dos 184 jovens entrevistados nos bairros pesquisados, sendo 84 no Guamá e 112 na Terra Firme, 93 deles moram ou moravam apenas com a mãe, alguns desconheciam inclusive os pais e não eram filhos únicos e tinham, quase sempre, a mãe semianalfabeta. O motivo para a entrada no mundo crime está associado à desocupação e à falta de um apoio familiar, tornando o tráfico uma espécie de “pai”.

Já 72 deles têm pai e mãe, mas mesmo assim a estrutura familiar é comprometida. Pais semianalfabetos, muito pobres, trabalhadores informais que levam seus filhos para começarem a trabalhar desde criança. Esta é outra prática absurda que ocorre na periferia de Belém e que deixa os jovens vulneráveis à criminalidade. Alegam a dificuldade de sobrevivência e por isso o crime é outra forma de ganhar dinheiro e satisfazer as suas necessidades. A maioria deles entrou no esquema do tráfico influenciado por outro colega. Tem ocasiões em que o convite ocorre dentro da escola, pois a maioria deles chega a frequentar a sala de aula, até porque é uma forma de vender entorpecentes e conseguir mais pessoas para o esquema e, segundo eles, “despintar” da polícia.

Nos estudos de Dowdney (2003, 2005) são destacadas as funções exercidas pelos adolescentes e, de acordo com o resultado da pesquisa realizada no Rio de Janeiro, a princípio, em todos os grupos, as crianças estão subordinadas a outros integrantes mais experientes, sendo que cada grupo tem seu sistema de regras para disciplina interna e funções razoavelmente definidas. Em todos os casos estudados por Dowdney (2005, p. XX), “as noções de idade adulta não são baseadas em um critério cronológico, mas na capacidade do sujeito realizar as funções necessárias ao grupo, como usar armas de fogo e compartilhar crenças e dos códigos culturais específicos do grupo”. As funções não armadas, basicamente, consistem no apoio às atividades criminosas: ser olheiro, espião, informante, carregar, limpar e guardar armas. Quando utilizam armas, trabalham de

guarda-costas, executam escoltas, defendem territórios e/ou bens, executam patrulhas armadas, vendem drogas, participam de confrontos armados e cobram tributos.

Essa análise se compara com a realidade do Guamá e da Terra Firme, pois existe toda uma lógica perversa que é imposta pelos criminosos dentro dos territórios controlados, onde adolescentes e crianças desempenham funções específicas na teia de relações criminosas. Por exemplo, na passagem Ligação e na Rua Lauro Sodré, ambas na Terra Firme, próximas ao canal do Igarapé Tucunduba, as facções que controlam a área e que são rivais espalham seus membros pelo espaço, cada qual cumprindo sua função, e geralmente os mais experientes é que dão as ordens. O mesmo ocorre no bairro do Guamá, na Rua João de Deus, na passagem Napoleão, na Caraparu e no canal da Avenida Mundurucus.

Os membros dos grupos utilizam alguns códigos identificados apenas por quem é integrante das redes criminosas, termos como “soltar o dedo”, “endoida ladrão”, “parada dada”, “comédia” etc. são as gírias utilizadas por bandidos da periferia. Essas gírias se reproduzem entre os jovens dos bairros populares e são utilizadas na interação de sua rede social do crime. Daí a necessidade de estudos que abarquem compreender essa interação da periferia entre os grupos que compõem a rede social em situação de risco nas ruas. Pesquisas que sigam esse sentido podem gerar possibilidades de políticas públicas junto a essa população, criando alternativas que evitem a proliferação do tráfico de drogas e outros crimes.

Na pesquisa realizada com estes jovens envolvidos no tráfico de drogas, foram levantadas informações sobre os motivos que os levam a fazer parte do circuito da droga. Os três motivos mais apontados pelos sujeitos da pesquisa foram: ganhar dinheiro e moral na comunidade (64 dos entrevistados); melhorar as condições de vida para ajudar a família (43 dos entrevistados); a dificuldade de inserção no mercado de trabalho (77 dos entrevistados). Embora os jovens envolvidos no tráfico de drogas como aviões ou distribuidores saibam de todos os riscos que sofrem, é importante destacar que a venda da droga gera lucro a eles, pois a peteca da pasta de cocaína custa entre R\$ 10, 00 e R\$ 20, 00, e o pó de cocaína entre R\$ 10, 00, R\$ 20, 00 e R\$ 30, 00, dependendo do mercado.

Dessa forma, o comércio da venda de cocaína na Ligação, Lauro Sodré, 24 de dezembro, Passagem nossa senhora das Graças (popularmente conhecida como Shopping da Droga), São Domingos, Perimetral, todas no bairro da Terra Firme, somadas à passagem João de Deus, Caraparu, Napoleão, São João, baixada da Avenida Mundurucus

etc., estas no bairro do Guamá, movimentam um forte comércio do narcotráfico. Nesse comércio, embora a mão de obra passe mais de 12 horas por dia vendendo o “bagulho”, os lucros são algumas vezes altíssimos, mas nem sempre para todos, pois ocorre a super exploração da mão de obra, e sempre quem sai ganhando é o gerente da boca ou o abastecedor, que criam uma relação de dependência do pequeno vendedor em relação à pessoa que abastece o mercado. Muitas vezes quem participa do comércio fica devendo o “patrão” e, por ter que pagar a dívida, acaba por planejar assaltos; é por isso que o tráfico estimula a violência nesses bairros de Belém.

Outro fato importante a se destacar no esquema das redes ilegais é o uso da mão de obra barata e descartável desses jovens para fazer o domínio do território. Para isso, é preciso primeiramente configurar uma rede social para depois configurar e consolidar o controle do território. Este controle se faz pelo uso da força, aquilo que em trabalho anterior chamei de “territorialização perversa”, associada ao controle do território pelo crime (COUTO, 2008). Isso contribui para a expansão da violência urbana. Quando o indivíduo, ou o grupo de pessoas, ou a entidade, sente que seu poder está ameaçado, e que pode perdê-lo, inicia-se então o domínio pela violência, (ARENDDT, 1985, p.49); a autora prossegue dizendo que “o poder e a violência são distintos, porque sempre haverá um dominante e um dominado”.

Souza (2001) afirma que, pensar em território é pensar em território Nacional e conseqüentemente em Estado - e esse é gerador por excelência do território nacional - em grandes extensões de terras, em domínio, em patriotismo e até mesmo em guerras. Utiliza-se também o termo território para designar Estado-Nação. No contexto político, território é o espaço físico no qual o estado exerce seu poder soberano, por isso o território representa a base material para a existência de um país.

O território se fundamenta no poder, no governar, no domínio: esse governar é do próprio homem. Todo o conflito que se estabelece a partir de relações de poder, de domínio, de violência, são invenções da própria sociedade, ou seja, quem governa quem? (ARENDDT, 1985). É assim que se estabelecem as relações de poder de grupos criminosos ligados ao circuito do narcotráfico na periferia de Belém. O poder, a competência e a habilidade de domínio não é propriedade de um indivíduo, e sim de um grupo de pessoas que continua dominado enquanto o grupo existir; ao ser desmantelado, esse “poder” deixará de existir (ARENDDT, 1985).

Grupos criminosos controlam territórios para a comercialização da droga. No Guamá e no bairro da Terra Firme existem áreas que de fato o crime se territorializou. Essa territorialização, chamada neste estudo de perversa e já destacada pelo autor em 2008, no trabalho intitulado “Geografia do Crime” (COUTO, 2008), é hoje um grande desafio para o Estado que passa a conviver com um poder paralelo ao seu. Os grupos criminosos sob o domínio do território representam redes criminosas territorializadas que atuam em atividades econômicas ilícitas e irregulares; e o narcotráfico é um exemplo a ser analisado. A territorialização perversa do crime, nestes termos, é, sem dúvida, expressão espacial das práticas e mecanismos dos grupos criminosos.

Em algumas áreas dos bairros do Guamá (Caraparu, Napoleão, São João, João de Deus, e a área envolvida pelo Tucunduba) e da Terra Firme (Passagem 24 de dezembro, Lauro Sodré e São domingos próximo ao Tucunduba, Ligação, Perimetral, próximo à UFPA, e grande parte da área envolvida pelo Tucunduba), a territorialidade do crime, nestes termos, é resultado de grandes contradições na produção e apropriação do ambiente urbano e resultado de práticas de grupos criminosos organizados em rede. A forma e o conteúdo desses territórios variam de grupo, pois podemos encontrar nestes bairros, territórios mais consolidados, ou ainda territórios em processo de formação.

Os grupos utilizam alguns mecanismos para o processo de territorialização, ou, em outros termos, de apropriação/dominação político-econômica e simbólico-cultural do espaço.

O peso atribuído a referências simbólicas na demarcação das fronteiras e limites, bem como o uso da força e da coação, são estratégias que os grupos criminosos lançam mão nesse processo. Outros mecanismos, mais sutis, como a popularidade de um indivíduo ou grupo, também podem servir de suporte à territorialização, garantido legitimidade sobre a área dominada frente aos seus ocupantes ou vizinhos (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2009, p. 17).

As particularidades das favelas são importantes para o domínio territorial de grupos armados, pois a partir delas, aos poucos, outros espaços pobres e que sofrem segregação socioespacial na organização intraurbana da cidade vão sendo incorporados à “integração perversa” do crime. Suas características específicas são aproveitadas pelo crime que se organiza na área. Nos bairros pesquisados, nas áreas visitadas em campo, durante muito tempo predominou a baixa participação do Estado, algo que permitiu a infiltração do tráfico de drogas, visto que a organização espacial interna, marcada pela presença de becos, vielas, ruas estreitas e sem asfalto, e a presença de palafitas e estivas, contribuem

para a “territorialização perversa” do tráfico de drogas na periferia, pois esses elementos destacados dificultam o acesso da polícia.

As áreas mais controladas pelo crime no Guamá e na Terra Firme são justamente aquelas onde a organização espacial interna apresenta essas particularidades. São áreas que surgiram com os movimentos organizados de ocupação popular, configurando uma concentração espacial da pobreza urbana em uma área marcada pelo processo de favelização em torno da bacia do Tucunduba. Por isso, nesta pesquisa, entende-se que o Igarapé Tucunduba é o elemento simbólico para a formação de um território-rede do narcotráfico envolvendo estes dois bairros. Os grupos ligados à economia do crime, a partir do momento que se fixam no espaço, delimitando sua influência, configuram um território-zona. Entretanto, “a violência estrutural desses espaços segregados vem se articulando à violência articulada do crime na atualidade. Cria-se, assim, uma “territorialização perversa”, que diz respeito a toda e qualquer forma de violência imposta pelos grupos ligados ao mundo do crime sobre sua população” (COUTO, 2008, p. 47).

Ressalta-se que o tráfico de drogas, em algumas áreas dos bairros pesquisados, vem se aproximando da comunidade, proibindo, por exemplo, assaltos na área de seu controle. Significa uma forma de garantir o domínio do território a partir daquilo que Dowdney (2003) chamou de “reciprocidade forçada”. Para os traficantes da Napoleão Laureano, João de Deus, Caraparu e São João (todas no bairro do Guamá), é importante não permitir que ladrões de outras áreas pratiquem delitos em seu domínio territorial, pois isso leva a polícia a agir nessas áreas e coloca sob ameaça o comércio da droga.

No bairro da Terra Firme, as duas facções rivais (Ligação X Lauro Sodré) controlam os territórios, proibindo assaltos aos moradores e comerciantes da área. Os bandidos dessas áreas impõem respeito e criam códigos que são passados para os moradores, como acender a luz do carro ou da moto para demonstrar que são moradores da área, ou então, deve-se acompanhar algum visitante, e ainda são obrigados, em alguns pontos, a apagarem as luzes da frente das casas, para que fique escuro, e assim, eles possam comercializar a droga, se esconder da polícia e se proteger de possíveis ataques de facções rivais.

4.3 MOTIVOS QUE LEVAM À CONFIGURAÇÃO DAS REDES SOCIAIS DO CRIME

O comprometimento do pesquisador com a referida temática o levou à necessidade de buscar entender um pouco mais sobre os fatores que levam alguns jovens à inserção nas redes sociais do tráfico de drogas ou outro tipo de rede criminosa. Parte-se do pressuposto que é importante para a análise empírica levar em consideração as falas dos entrevistados apontados como atores sociais importantes para a referida pesquisa, ou seja, o ponto de vista de quem está dentro do circuito do crime. O objetivo deste processo foi buscar encontrar uma justificativa apontada pelos entrevistados para sua entrada no chamado “mundo do crime” sem, contudo, deixar levar-se pelas armadilhas das teorias existentes acerca da explicação das causas da criminalidade, não querendo formular generalizações e sim buscar versões possíveis para a explicação do fenômeno, se aproveitando das informações recolhidas em campo por meio das entrevistas realizadas, que foram importantes para se chegar a algumas conclusões.

Ao longo da visita à área pesquisada, aproveitou-se também para se fazer as observações sistemáticas, portanto, apresentam-se algumas categorias que serão analisadas de acordo com a fala dos entrevistados.

4.3.1 O desemprego

Como foi observado nas entrevistas, um dos fatores que levam os jovens a entrarem no crime pode ser relacionado com a questão do desemprego, pois muito desses jovens começaram a trabalhar muito cedo, o que, de certa forma, contribui para que ele não conclua os estudos e, portanto, não se qualifique. Diante de um mercado de trabalho, no qual o desemprego é crescente, as exigências são tamanhas, e esses jovens não representam uma mão de obra qualificada, tendo, portanto, dificuldade de se inserirem no mercado formal.

A possibilidade de retorno à escola fica remota, pois eles alegam cansaço físico e falta de incentivo à educação. A maioria tem pais analfabetos ou semianalfabetos que não os estimulam retornar à escola, e assim são levados ao trabalho informal como uma forma de garantir recursos para ajudar a família e a si próprios, e nesse contexto pode ocorrer o contato com as drogas e outras formas de criminalidade, podendo transformá-los em viciados, aviões ou assaltantes.

Há um núcleo de cálculo econômico racional que desestimula os jovens pobres, moradores de favelas e loteamentos periféricos, a optarem por um emprego de salário mínimo ou um subemprego mal remunerado em detrimento de uma colocação mais bem remunerada no âmbito de uma quadrilha. Isso para não falar do desemprego crescente (SOUZA, 2005, p. 59).

Diante da situação de pobreza e de uma estrutura familiar muitas vezes abalada, os jovens sentem a necessidade e o desejo de consumo de alguns bens e os lucros com a venda da droga ou com assaltos facilita o seu acesso a esses bens. A maioria dos entrevistados é jovem que mora em situação de pobreza, em áreas faveladas que surgiram de ocupações e alguns começaram a trabalhar com os seus pais nas feiras ou como vendedores ambulantes para ajudar na despesa da casa, passando a não terem mais aptidão pelos estudos e assim, facilmente, são cooptados pelo crime, como relata os entrevistados abaixo:

Desde molequinho eu trabalhava com o meu pai na feira daqui da Terra Firme. A gente trabalha muito e não tem nada, fui obrigado a vender noia e pó, ganho muito mais, do que antes, também sei que tá errado o que eu tô fazendo, mas não tenho vontade de estudar, vou ver o que eu faço (informação verbal)¹.

Sou pobre e preciso de dinheiro, já trabalhei em lava jato, comecei a trabalhar com 12 anos, tava desempregado, foi quando eu resolvi vender peteca. Fui convidado por amigo meu que já vendia, ele andava todo bacana, e eu já sabia que ele tava traficando, entrei na onda do tráfico, não sei se vou poder sair logo disso, o patrão pode não permitir a minha saída. (informação verbal)².

Aqui no Guamá a vida é muito difícil, nem tudo que a gente quer a gente pode ter, o desemprego deixa a gente largado. Vender cocaína foi uma questão de ter dinheiro pra comprar as minhas coisas. Talvez quando eu estiver trabalhando eu largue essa vida, mas por enquanto tá bom assim (informação verbal)³.

To desempregado a um bom tempo, nunca trabalhei de carteira assinada, só fazendo bico, meu primo que me levou pra esse esquema e eu vendo umas 20 ou 30 petecas por dia, quando vou para festa de aparelhagem eu chego a vender muito mais é briga pra comprar de mim, é um dinheiro que entra muito rápido no meu bolso, não sei se eu vou me acostumar a ganhar menos do que eu consigo arrecadar com o tráfico (informação verbal)⁴.

O tráfico de drogas sustenta todo um sistema econômico no bairro do Guamá e da Terra Firme e que vai dos vendedores da droga até os consumidores, que muitas vezes são grupos de quadrilhas de assaltantes que roubam também para consumir, fumar maconha,

¹ Jovem 22 anos. Entrevista concedida a Aiala Couto. Belém, Nov, 2009.

² Jovem 23 anos. Entrevista concedida a Aiala Couto. Belém, Nov, 2009.

³ Jovem 22 anos. Entrevista concedida a Aiala Couto. Belém, Nov, 2009.

⁴ Jovem 25 anos. Entrevista concedida a Aiala Couto. Belém, Nov, 2009.

cheira pó ou fumar pasta de cocaína e, sendo assim, o desemprego deixa os jovens mais maleáveis, como ressaltou Castells (1996), para essa “integração perversa” ligada à economia do crime.

4.3.2 Busca por dinheiro

Essa categoria está relacionada com o ideal de consumo que os jovens podem ter a partir do momento que passam a ter contato com o dinheiro que vem de forma muito fácil pela ilegalidade, sem muito esforço, e assim passam a frequentar festas de aparelhagens, consumir grandes quantidades de bebidas alcoólicas, usar roupas de marcas, ter mulheres e armas, o que estimula uma reprodução da cultura da “criminalidade violenta nestes bairros”, destacando-os como bairros violentos, inclusive no imaginário da população de Belém.

Os jovens de algumas áreas do bairro do Guamá e da Terra Firme entram facilmente no “mundo do crime”, são seduzidos pelos altos lucros com a venda da droga e ao mesmo tempo pelo prestígio diante de sua rede social, além disso, passam a ser temidos e respeitados pelos moradores do bairro. A rede social do tráfico de drogas é bastante sedutora na periferia, principalmente para jovens pobres.

A possibilidade de um jovem passar a andar com dinheiro, mulheres bonitas e com roupas de marcas aumenta com a sua entrada no tráfico de drogas, como avião ou então em quadrilhas de assaltantes, onde, ao fazer parte desse círculo criminoso, ganha certa “fama” no bairro, que vai despertar certo respeito diante dos outros bandidos, o que não descarta a possibilidade de gerar um conflito por disputas de pontos de venda de droga.

Vale destacar que o dinheiro não é o único fator de atração para a criminalidade, o prestígio local também é outro fator, principalmente perante os outros jovens e as mulheres, o que serve para a reprodução dessa lógica da criminalidade, onde alguns jovens pobres do bairro podem passar a se inspirar em bandidos. Além disso, o poder que eles passam a ter ao portarem uma arma de fogo, sem serem autoridade, no bairro, pode ser destacado como fator de reprodução da violência. Afinal, para quem, quotidianamente, experimenta o desprezo e a discriminação, de fundo tanto econômico quanto racista, da parte dos privilegiados da cidade, qualquer sensação de poder é fonte de incremento de autoestima (SOUZA, 2005, p. 67).

Os jovens entrevistados sabem do risco que correm ao fazerem parte da economia do crime, porém, a maioria deles ressaltou que mais vale ter um tempo de vida curto, mas aproveitar bastante, que ter uma vida dura e sofrida, como a de seus pais, como relataram os entrevistados abaixo:

Maluco, se tu achas que o tráfico não desse dinheiro, não tinha tanto maluco aí vendendo a parada, todo mundo tá cheirando e tá fumando, e por isso todo mundo quer vender. Eu, vendo na minha, o bagulho, agora tu sabe que o bagulho é doido, quando os homem vem o bicho pega mesmo, e o cara tem que endoida pra sair fora o acertar a parada com eles, eu ando com grana porque eu vendo a parada, e endoido na festa de aparelhagem (informação verbal)⁵.

Mano a gente tem que correr atrás, tu não corre atrás da tua grana, só que tu tem estudo e eu não, tu conseguiu sair dessa, eu ainda tô aqui correndo atrás, por isso vendo, não sei se eu sou traficante, só sei que tenho que acertar com o patrão, o cara me passa a parada, eu consigo grana pra pagar meu quarto e ainda dou pra mãe da minha filha. Já pensou se eu não tivesse vendendo? Ninguém vinha aqui me ajudar. Preciso de dinheiro como todo mundo precisa, por isso, pode falar o que quiserem, não tô nem aí (informação verbal)⁶.

Nas duas últimas falas dos entrevistados, neste caso enfatizando a venda de entorpecentes, ambos destacam a questão de necessitarem ter dinheiro, mas isso não ocorre apenas no discurso de quem está envolvido com o tráfico de drogas, mas também com os grupos de assaltantes, que geralmente se encontram nas festas de aparelhagem de Belém. Dessa forma, o que temos então são bairros onde, para muitos, as necessidades básicas são satisfeitas com a ilegalidade que está presente. Nesse contexto de desorganização social, aumenta o preconceito em relação aos moradores do bairro, que são vítimas da violência marginal ou policial, do “abandono” e da discriminação ou até mesmo da estigmatização.

4.3.3 Salários baixos

Este fator se enquadra como mais um estimulante ao tráfico, pois foi argumentado que os baixos salários pagos não conseguem levar a um acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno. Sendo assim, alguns entram no tráfico e ao se depararem com lucros maiores do que o salário do trabalhador e por isso preferem praticar essa

⁵ Jovem de 18 anos. Entrevista concedida a Aiala Couto. Belém, dez, 2009.

⁶ Jovem de 18 anos. Entrevista concedida a Aiala Couto. Belém, jan, 2009.

atividade pelo fato de poder levar aos recursos inerentes para a manutenção da vida, como relatam os entrevistados abaixo:

Já tentei só ficar trabalhando, mas o dinheiro é pouco, tenho que vender pra pagar o aluguel da minha casa, mas eu não vendo todo dia, só vendo quando tô numa festa ou às vezes quando tô de bobeira, no final de semana. Essa parada me ajuda pra caramba, porque vende que nem água (informação verbal)⁷.

O salário é muito baixo que pagam pra um cara que trabalha muito, eu ganho mais que isso em pouco tempo, tem dia que faço eu R\$ 500,00, aí eu divido com o patrão. Quando tá fraca a situação, eu faço R\$ 200,00 ou R\$ 150,00 (informação verbal)⁸.

Eu só entrei nessa porque eu vi que o dinheiro entra fácil. Só um salário não dá pra viver. Aonde tu vai tão vendendo pó, porque tá aumentando o consumo, aí da pra vender muito, e é muito dinheiro que dá pra fazer (informação verbal)⁹.

É relevante a questão do salário para a análise da entrada de pessoas no tráfico de drogas, pois quando começam a ter contato com muito dinheiro, começam a perceber que o tráfico de drogas pode levá-los ao consumo de mercadorias que jamais iriam conseguir se estivessem trabalhando para ganhar um salário baixo. Contudo, deve-se entender que se trata de áreas precárias e de uma população pobre que é inserida no sistema do tráfico de drogas e com isso, o lucro do tráfico é um fator que facilita a permanência dessas pessoas no esquema. Alguns chegam a ter um lucro muito maior quando são os donos da boca e convencem os outros a trabalharem como aviões do tráfico em seu ponto de venda de drogas, daí um fator importante para a organização dessa atividade.

4.3.4 Famílias desestruturadas

Esse pode ser entendido como um dos fatores fundamentais para a entrada dos jovens no esquema do tráfico de drogas, pois alguns entrevistado relataram o drama que viveram quando crianças, sem apoio dos pais ou da família para os estudos e para as suas necessidades básicas, sem perspectivas de melhoria de vida e tendo que enfrentar problemas relacionados à exclusão e ao preconceito. Ficam às margens da cidadania e são facilmente cooptados pelo tráfico, ou então se tornam assaltantes de alta periculosidade.

⁷ Adulto de 30 anos. Entrevista concedida a Aiala Couto. Belém, fev, 2009.

⁸ Adulto de 26 anos. Entrevista concedida a Aiala Couto. Belém, fev, 2009.

⁹ Adulto de 39 anos. Entrevista concedida a Aiala Couto. Belém, fev, 2009.

Em alguns casos, jovens ficam jogados à sorte, sem pai ou sem mãe, morando com os avôs. Em relatos de alguns entrevistados, percebe-se que os pais mantinham algum envolvimento com o crime, pois estão presos ou mortos, também cabe ressaltar que na periferia existem muitas mães solteiras e semi-analfabetas, e isso contribui para que não se dê muita importância para os estudos dos filhos. Geralmente essas mães conseguem empregos de baixa qualificação e que pagam um baixo salário, não conseguindo os recursos necessários para a educação de seus filhos.

Um grande número de jovens habitantes afronta as políticas neoliberais na ilegalidade e na violência. É ao traficar que esperam conservar a liderança e a responsabilidade de participar do mundo global. A profissão de traficante está em constante transformação: a atividade exercida de maneira artesanal na esquina da rua está se tornando um dos setores mais lucrativos da economia mundial. Ainda assim, é uma profissão de sobrevivência, em que a ascensão social é muitas vezes interrompida brutalmente.

Os sonhos de consumo que não podem ser realizados induzem crianças e jovens a entrarem na criminalidade, e tendo contato com os recursos, dificilmente voltam a ter uma vida normal. “Os jovens bandidos não se conformam com a vida pobre em vigoroso contraste com o consumo e riqueza que veem na televisão e na vida real” (VELHO, 1996, p. 21). Daí um dos maiores problemas enfrentados pela metrópole de Belém: a entrada dos jovens em grupos ligados ao tráfico ou a quadrilhas de assaltantes.

4.4 OS ATORES SOCIAIS NO ESQUEMA DO TRÁFICO DE DROGAS

No sistema das redes ilegais existem atores sociais com funções específicas dentro das estratégias de comercialização da droga. Para se inserir no esquema do tráfico de drogas é preciso uma indicação de confiança de alguém que está inserido no sistema. A função pode mudar aos poucos, depende do grau de confiabilidade do chefe. Por outro lado, existe uma hierarquia nas relações dentro das redes do tráfico de drogas que é algo a ser destacado dentro desta pesquisa. Nos bairros do Guamá e da Terra Firme, os atores envolvidos na chamada “situação”, segundo a gíria do tráfico, não apenas são importantes para a venda da cocaína, mais sim, para manter o controle do território e muitas vezes representam elementos simbólicos. Assim, destacam-se os seguintes atores sociais:

- a) **Atravessador ou “mulas”:** têm a função de atravessar a droga dos países vizinhos produtores (Colômbia, Peru e Venezuela) para o Brasil. Esta função requer muita habilidade, pois o risco de apreensão nas fronteiras pode levar o circuito produtivo da droga ao prejuízo. Para a travessar a cocaína, os atravessadores ou “mulas” como são chamados, utilizam os rios, as estradas clandestinas e os aeroportos, nestes últimos o risco é maior;
- b) **Distribuidor:** recebe a droga e passa fazer a distribuição da mercadoria para os bairros da metrópole. Existe toda uma divisão em Belém no abastecimento das bocas de fumo. A divisão das áreas é importante para evitar conflito. O distribuidor representa dentro da escala intraurbana, o ator social de maior poder dentro das relações;
- c) **Gerente da boca:** são as pessoas que recebem a droga do distribuidor e realizam o comércio em pontos de venda no bairro, são chamados também de “boqueiros”. Nas áreas dominadas pelo tráfico de drogas, no Guamá e na Terra Firme, quem vende drogas passa a ser popularmente tratado como traficante e, de certa forma, esse status na periferia tem um poder simbólico na hora de decidir quem entra no esquema da venda da droga na área de cobertura da boca;
- d) **Avião:** em sua maioria, jovem entre 14 e 22 anos, de famílias humildes e sem uma estrutura familiar capaz de integrá-lo à sociedade. São selecionados para realizarem o comércio da droga, ficam espalhados no território e não permitem, em alguns casos, que o viciado saiba a localização geográfica exata da “boca de fumo”. Os aviões marcam os consumidores e assim facilitam o comércio. Também representam elementos simbólicos de demarcação do território. O tráfico tem preferência por menores de idade, pois estes são amparados por lei, e isso os impede de entregar o esquema. Caso isso venha a acontecer, o delator poder sofrer perseguição no chamado acerto de contas;
- e) **Olheiro:** os olheiros desempenham a função de observar a paisagem para manter o controle e a segurança do território, se encarregam de avisar por telefone celular quando a polícia está chegando à área e sendo assim, rapidamente eles se escondem para não serem pegos em flagrante. Nas áreas de controle do tráfico de droga no Guamá e na Terra Firme, as pessoas também são observadas e quando algum morador da área leva em sua casa um desconhecido, ocorre uma desconfiança por parte dos envolvidos no sistema do narcotráfico. Em alguns

casos, os moradores são obrigados a pedirem permissão para os bandidos da área, caso contrário a pessoa pode ser rechaçada;

- f) Soldados: estes servem de segurança dos traficantes, pois andam armados. Representam uma espécie de escolta. São as pessoas que sempre estão acompanhando os traficantes, geralmente são de extrema confiança. Além disso, são os soldados que promovem a maioria dos os acertos de contas com os que têm dívidas com o sistema e com grupos rivais ou até mesmo com qualquer pessoa seja de bem ou de mal, basta que o traficante ordene a execução, que eles obedecem;
- g) Viciados ou malucos: são os consumidores de todo e qualquer tipo de droga comercializada nos bairros. Eles promovem assaltos, pequenos furtos, arrombamentos etc. Para conseguirem dinheiro para consumirem a droga, que pode ser a maconha, a pasta de cocaína (popularmente chamada de noia) ou o pó de cocaína (chamado de ouro branco). Cometem muitos assaltos nos bairros do Guamá e da Terra Firme e até mesmo fora dos bairros. Hoje, muitos deles podem ser relacionados com o aumento do consumo de pó de cocaína, o que contribui para uma manifestação da “criminalidade violenta” sobre os moradores e uma lógica de perversidade por conta dos criminosos. Entretanto, vem se reproduzindo, nos últimos anos, uma lógica parecida com a das organizações criminosas do Rio de Janeiro: há proibição de assaltos nas áreas onde ocorre a venda de cocaína e ladrões que roubam na área estão sendo assassinados à mando de traficantes, isso representa uma estratégia de ganhar simpatia dos moradores;
- h) Bate pau: são policias desligados ou ainda com ligação com a polícia militar ou civil, que atuam como corruptos e se beneficiam com o tráfico de drogas nos bairros, recebendo dinheiro para não desmontarem o sistema. De forma indireta, contribuem para a reprodução da violência e expansão do comércio, pois para os traficantes não saírem no prejuízo, levam os aviões a venderem para além dos pontos demarcados, pois é necessário vender uma grande quantidade de droga, incentivando o consumo e o aumento da criminalidade. Dados empíricos e relatos de moradores dos bairros apontam para uma participação de policiais nos acertos de contas quando, por exemplo, o traficante não paga o que lhes deve no chamado “acerto”, ou então recebem de outros traficantes para eliminarem alguns atores em dívida com o tráfico, ou seja, passam a desempenhar as funções que cabem aos soldados do tráfico.

Nas áreas controladas no Guamá e na Terra Firme, os atores sociais envolvidos no esquema do narcotráfico e da territorialização perversa desafiam o poder do Estado, pois se percebe uma organização criminosa para controlar o território e dinamizar o comércio de entorpecentes intrabairro. Nesse sentido, a partir da organização espacial do tráfico de drogas nestes dois bairros é importante analisar concepções de território de acordo com a proposta de Haesbaert (2002, p. 121):

a primeira diz respeito à concepção de território político -, em que este é visto como um espaço delimitado e controlado, por intermédio do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado. Ao mesmo tempo, o território é visto como fonte de recursos e/ou incorporados no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho

O território é recurso para o tráfico de drogas pelo fato de ser importante para se realizar o comércio de cocaína, isto leva ao conflito pelo uso do território, e muitas vezes impõem limites à atuação do próprio Estado, visto que em muitas áreas a criminalidade já está consolidada e isto dificulta a atuação de órgãos de segurança pública, sobretudo em áreas carentes.

“As favelas, sendo um dos pontos de maior importância no esquema de venda de drogas, se justificam amplamente à medida que, apesar de se constituir um ilícito penal, representa uma maior circulação de renda no interior dessa estrutura espacial.” (CAMPOS, 2005, p. 85).

A outra concepção de território analisada aqui, de acordo com a proposta de Haesbaert (2002, p. 121), é a relacionada com concepção de território simbólico – cultural, “que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”.

A relação cotidiana demonstra essa relação simbólica que envolve o tráfico de drogas, principalmente em algumas áreas próximas da bacia do Tucunduba, que já foi destacada como área de trânsito da droga para estes bairros. A própria característica dos jovens criminosos é importante para simbolizar o controle do território: cabelos pintados, tatuagens com símbolos, bermudões e camisas de clubes estrangeiros, brincos e bigodinho pintado.

O tráfico já se presta a criar a imagem de seus elementos simbólicos, os aviões, olheiros e soldados do tráfico têm estas características e isto se reproduz pelo bairro todo como uma cultura do jovem da periferia, o que não quer dizer que todo jovem da periferia é criminoso e desempenha o mesmo gesto, porém alguns deles mesmo não se envolvendo com o crime passam a desempenhar estes gestos.

Não raramente ritos iniciadores funcionam como provas de fidelidade, como julgamentos de submissão à ordem comunitária ou como confirmação do poder do grupo sobre os indivíduos e sobre o espaço. Esses ritos são organizados também segundo percursos espaciais, carregados de simbolismo, seja em incursões em áreas de conflito, seja em estadias do grupo original, ou ainda pela organização de roteiros iniciáticos (GOMES, 2002, p. 64).

Nas cidades de um país como o Brasil, a estratificação em classes, embora muito mais complexa hoje que há cinquenta anos, nem por isso é menos presente, assim como tampouco a pobreza (inclusive a absoluta) e a segregação estão longe de serem coisas do passado, as duas questões, ou seja, a da não-satisfação de necessidades básicas e dos riscos ambientais, coexistem dramaticamente no cotidiano das populações pobres, sobretudo das favelas (SOUZA, 2005, p.135).

Escrever sobre a violência urbana é compreender a tática dos pobres exasperados pela espera, as estratégias permeadas por objetivos incertos e motivações obscuras; “é conhecer o método que empregam para alimentar-se, quando suas mesas estão vazias e não lhes é oferecido a oportunidade de se proletarizar” (PEDRAZZINI, 2006, p. 14). De certo, encontram-se nos bairros do Guamá e da Terra Firme muitas áreas com bolsões de miséria e pobreza e são a partir delas que o tráfico e a violência crescem e se territorializam, principalmente aquelas ruas cheias de becos que servem como fuga.

Pode-se dizer que se está diante de um processo de segregação residencial de um grupo social por outro quando uma parcela da população é forçada ou induzida, em princípio, contra a sua vontade, a viver em um local no qual, se pudesse escolher, não viveria – ou, pelo menos, não viveria confinada àquele local, ou ainda melhor, àquele tipo de local. (SOUZA, 2008). O urbanismo desenfreado dos bairros pobres responde ao urbanismo do medo, assim como a violência dos pobres responde à violência da urbanização face à desordem que parece impor seu ritmo ao movimento das coisas construídas, o decifrador dos “rituais do caos” (MONSIVÁ, 1995 apud PEDRAZZINI, 2006).

Portanto, para a organização do tráfico e expansão da violência urbana, faz-se necessária uma desorganização espacial e uma massa de carentes e necessitados urbanos que se tornam mão de obra farta e descartável para o tráfico. “A isso se acrescenta que a organização espacial interna, típica das favelas, inclui uma estrutura viária labiríntica de becos e vielas estreitas, o que dificulta as tentativas de invasão por parte de quem não conheça bem o espaço” (SOUZA, 2008, p. 61).

Assim, é importante destacar a ideia de Arendt (1994, p.34) sobre o poder. Ela afirma que o *Poder* advém da capacidade de agir em conjunto, ou seja, da atividade de construir articulações. “É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país” (ARENDR, 1994, p.34).

Essa afirmação se enquadra na análise do tráfico de drogas. O que delega poder a essa forma de organização é o apoio do povo, a submissão dos habitantes vizinhos, não exatamente e apenas as armas e as formas de intimidação dos traficantes e seus soldados. Ou seja, o narcotráfico não é poderoso por ser violento, mas pela capacidade de articula-se de forma eficaz. Essa articulação ocorre tanto junto a essas bases, por meio de solidariedades orgânicas, quanto junto aos governos e às redes internacionais de tráfico de drogas, por meio de solidariedades organizacionais de acordo com a ideia de Santos (1996).

Nesse sentido, o Estado está se tornando violento como vem ocorrendo no Rio de Janeiro, com a questão da militarização urbana e, dificilmente, conseguirá vencer o narcotráfico sem desarticular a verdadeira base de poder dessa forma de crime.

As imagens abaixo destacam a relação simbólica que existe em determinados espaços controlados por facções ligadas ao tráfico de drogas. Um PM Box abandonado e destruído em meio ao matagal, ruas não asfaltadas e com pontes estreitas, dificultando a chegada dos serviços e inibindo uma ação mais eficaz da polícia. As pichações apresentam o grupo que controla a área. Esses símbolos são identificados por outros grupos. Está área é de controle da facção da Ligação, como demonstra a escritura na parede.

Os becos servem como local de refúgio dos criminosos, pois diante da perseguição da polícia, eles são utilizados como áreas camufladas. É nesse sentido que a configuração espacial dos bairros periféricos facilita a territorialização do crime e dificulta a ação da polícia como representante do Estado de direito. O poder paralelo conhece bem as necessidades da população pobre e as dificuldades de se morar em uma área excluída.



Fotografia 5- PM Box destruído na passagem Ligação (Terra Firme).
Fonte: Couto (2010).



Fotografia 6 - Beco na Passagem Ligação.
Fonte: Couto (2010).

Na periferia das metrópoles brasileiras, sobretudo, Belém, as condições socioeconômicas acabam por refletir o padrão de organização urbana dos bairros populares, como ocorre nos bairros do Guamá e da Terra Firme, e ao mesmo tempo resultam nas contradições essenciais para a territorialidade do tráfico de drogas, em escala global e local. Para Souza (2005, p. 67), “a vinculação com a economia ilegal se dá sobre a base de uma racionalidade econômica, aplicada à luz da realidade social de um país marcado por uma proverbial desigualdade de oportunidades, notadamente no que tange ao acesso a bons empregos no setor formal da economia, e não por qualquer ‘desvio moral’ ou ‘inclinação patológica do crime’” (SOUZA, 2005, p. 67).



Fotografia 7- Passagem Ligação (Terra Firme).

Fonte: Couto (2009).



Fotografia 8 - Passagem São João (Guamá).
Fonte: Couto (2010).



Fotografia 9 - Passagem Lauro Sodré (Terra Firme).
Fonte: Couto (2010).



Fotografia 10 - Passagem Caraparu (Guamá).
Fonte: Couto (2010).

4.5 AS REDES DE PROTEÇÃO E O MITO DA MILÍCIA ARMADA

Desde o final de 2009 e início de 2010, a mídia vem destacando o surgimento de milícias armadas controlando áreas geográficas, principalmente, no bairro da Terra Firme. Trata-se de uma discussão muito complexa que envolve todo um entendimento do que seria uma milícia controlando o território, a partir daí uma análise empírica cotidiana, sobre as áreas destacadas pela mídia levaria a uma conclusão de que não são milícias armadas como ocorre no Rio de Janeiro, e sim grupos armados de criminosos que foram incorporados às redes do tráfico de drogas e que vêm entrando em conflitos pelo uso do território.

Na realidade, o tráfico de drogas vem encontrando uma forma de melhor organizar e controlar áreas geográficas em bairros periféricos e uma das estratégias diz respeito à aproximação desses grupos com a comunidade, seja na forma de prestação de serviços, ou então, na própria vigilância da área como forma de impedir assaltos aos moradores. Nesse sentido, nas baixadas de Belém, existem áreas onde criminosos que cometem alguma inflação na zona de atuação do tráfico de drogas são assassinados, ou perseguidos, como

forma de represália. Trata-se de uma forma dos traficantes impedirem que a polícia chegue ao local, pois isso pode ser prejudicial ao varejo da droga.

Relatos de moradores da Passagem Ligação e da Lauro Sodré, nos bairros da Terra Firme, onde a mídia chama mais a atenção para a atuação dessas duas facções, e também de moradores da passagem Napoleão Laureano, João de Deus, Caraparu e São João, no bairro do Guamá, enfatizam a atuação de criminosos controlando as áreas e evitando determinados delitos, como nas falas apresentadas abaixo:

Aqui na Terra Firme, tem local que não tem assalto mesmo, os traficantes proibem e mandam matar que faz isso com o morador da área, eu não sei se é certo, mas só sei que eu me sinto seguro, com eles fazendo isso (Informação verbal).¹⁰

Na Lauro Sodré, desde quando o Jackson chegou por aqui, as coisas mudaram, ele mandou matar todos os bandidos que roubavam a gente, ele não gosta de ladrão, ele arma os moleques e manda eles fuzilarem quem roubar algum morador. (Informação verbal)¹¹

Os traficantes mandaram matar todos os ladrões que roubavam por aqui, alguns moradores se reuniram e falaram com um traficante da área, ele resolveu proibir assaltos aos moradores da área, pelo menos ninguém é assaltado mais por aqui e se for é só falar pra eles que dão um jeito (Informação verbal)¹²

Os ladrões daqui roubam fora da área, eles sabem que não podem roubar aqui, senão os traficantes mandam matar eles, agora acho que os de fora eles não livram a cara, roubam mesmo. (Informação verbal)¹³

Os caras daqui do movimento não tiram onda com ninguém da rua, os moradores se sentem mais seguros agora que não tão deixando mais ter assaltos por aqui, a polícia nem sempre tá por perto quando a gente precisa. (Informação verbal)¹⁴

Como se pode perceber, conforme o discurso de alguns moradores, o tráfico traz certa “segurança” para eles a partir do momento que ficam proibidas ações criminosas contra a comunidade. Foi muito reproduzido nas entrevistas a ideia de que a polícia nem sempre está por perto quando precisam, por outro lado, os traficantes que atuam na área estão sempre por lá, pois precisam do espaço; pode-se dizer que é dessa forma que passa a existir em algumas áreas controladas pelo tráfico de drogas uma “reciprocidade forçada” (DOWDNEY, 2003).

¹⁰ Entrevista concedida entre os meses de jan. a mar. de 2010 de Seu Bira, 52 anos – aposentado – morador da passagem Ligação ao autor.

¹¹ Entrevista de Seu Pedro, 44 anos, pedreiro – morador da Lauro Sodré concedida ao autor.

¹² Entrevista de Josiel, 35 anos, moto taxista – morador da Napoleão concedida ao autor.

¹³ Entrevista de Amadeu, 29 anos, feirante – morador da João de Deus concedida ao autor.

¹⁴ Entrevista de Pedro, 27 anos, ambulante – morador da 24 de Dezembro concedida ao autor.

O que ocorre na realidade é uma “falsa sensação de segurança”, pois os moradores das áreas controladas ou envolvidas pelo tráfico de drogas estão expostos à insegurança pela possibilidade de um conflito envolvendo facções rivais ou até mesmo pelo conflito entre criminosos e polícia, em uma troca de tiros por exemplo. Mas, admite-se que o tráfico tem seu comando, impõe limites e cria regras.

Não se pode associar o que vem acontecendo na periferia de Belém com a criação de milícias armadas sobre o controle do território. “A ‘milícia’ conhecida em sua origem como “mineira”, organiza-se territorialmente a partir das áreas de influência, não tendo limites espaciais bem definidos, atuando, sobretudo, a partir da ideia de fronteira, o que significa estar em franca expansão de seus domínios territoriais. Sua área de expansão privilegiada são os loteamentos ilegais e irregulares da periferia urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2007, p. 18)

Desde os anos setenta esse fenômeno vem se ampliando. Os chamados “justiceiros” que estão inseridos nessa forma de controle do território, acabam por vender um modelo de urbanização que se baseia na “segurança”, ou seja, passam a prestar serviços de segurança particular para a comunidade em troca de pagamentos.

O que vem ocorrendo principalmente no bairro da Terra Firme, como vem sendo anunciado pela mídia, não se trata de uma milícia, pois os milicianos não permitem a comercialização de drogas na área de seu controle; caso isso venha a ocorrer, passam a perseguir vendedores e consumidores, promovendo espancamentos, expulsões e até mortes. Tem-se, assim, um novo “re-encantamento do mal”, conforme apontou Zaluar (1999) quanto à visão construída pela sociedade em torno das drogas e dos traficantes.

Com base nesse modelo de segurança, a milícia vem ampliando sua escala de atuação na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo em áreas pobres da cidade, por meio da venda de um modelo de urbanização irregular, centrado na segurança e na moralidade, seduzindo alguns moradores de favelas que estão sob o domínio do tráfico de drogas.

Trata-se de grupos compostos principalmente por homens ligados às forças de segurança do Estado, reformados e na ativa, provenientes das polícias civil, militar, do corpo de bombeiros e, em casos mais esporádicos, das forças armadas. Apoiadas em um discurso fortemente moralista centrado na promessa de ordem e paz, estes grupos dominam e exploram áreas antes controladas pelo tráfico de drogas. Ao ocupar uma comunidade, as milícias “eliminam” o tráfico de drogas no varejo, mas passam a explorar as demais atividades ilegais existentes no território (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2007, p. 19)

Nas áreas apontadas pela pesquisa a segurança está sendo feita por criminosos e não por ex-policiais, e mesmo assim ocorre o comércio de entorpecentes, ou seja, o próprio tráfico de drogas não pode ser confundido como uma milícia, visto que o tráfico para esses grupos milicianos é tido como um inimigo a ser combatido.

Podemos dizer que existem facções armadas que controlam o território para a comercialização da droga e que criam uma estratégia para trazer a comunidade para perto de si, e isso diz respeito a uma tática para a manutenção da própria rede social do tráfico de drogas, como já, discutido aqui.

Observe o exemplo da passagem Ligação: uma a ordem veio de dentro do presídio, de um criminoso que é líder da facção e que hoje se encontra preso junto com seu irmão. Este criminoso ordenou que os integrantes de sua quadrilha eliminassem todos os ladrões que estavam agindo em sua zona de atuação. Houve até reunião com a comunidade, para deixar bem claro que os assaltos iriam parar, mas que a comunidade teria que atender a algumas exigências, como jogar o pisca do carro ou apagar as luzes da frente da casa durante a noite, ou até mesmo abrigar alguns integrantes da facção caso a polícia se aproxime. Nessas áreas impera a “lei do silêncio”, ou seja, os moradores não entregam os bandidos ou porque já se acostumaram com eles, ou então porque temem alguma represália; isso corresponde a uma escolha racional de alguns traficantes que aproxima bandido e comunidade.

Este suposto criminoso, mesmo preso, dá as ordens de dentro do presídio, pois havia deixado seu irmão caçula no comando, conhecido como “Tander”, que foi assassinado no início de 2010 por integrantes de uma facção rival da área do Tucunduba com a rua Lauro Sodré, pertencentes à facção comandada por Jackson e conhecida como “Liga da Justiça” no bairro. Depois do assassinato de Tander, o líder da facção da Ligação nomeou outro responsável, conhecido como Dudu, que com apenas 18 anos de idade passou a controlar o tráfico, envolvendo a zona de influência de sua facção. Hoje, o bandido conhecido como Dudu está preso, devendo alguém assumir o seu lugar no comando do grupo criminoso.

Portanto, a referida pesquisa trata de uma relação que envolve uso de armas de fogo, tráfico de drogas e controle de áreas geográficas por grupos criminosos que desempenham suas atividades ilícitas. A partir do conjunto desses elementos apresentados é que propomos a ideia de uma “territorialização perversa” e não a existência de uma milícia armada, como vem sendo levantado por alguns meios de comunicação. É a

territorialização do tráfico de drogas dentro de uma rede que envolve os bairros pesquisados neste trabalho, e, sobretudo, influenciam no cotidiano da população.



Imagem 1- A Milícia começa a ocupar a Terra Firme.
Fonte: Diário do Pará (2009a).

A manchete do jornal destacado chama a atenção para o fato de que uma milícia começa a ocupar a Terra Firme, construindo casas e até mesmo cobrando uma taxa de R\$ 10,00 e R\$ 20,00 por mês para moradores e comerciantes por troca de segurança, isso envolvendo áreas localizadas entre a Rua Lauro Sodré e a Rua São Domingos até o canal do Tucunduba. Pode-se dizer que esse processo analisado, empiricamente, encontrou outra explicação que não diz respeito à formação de uma milícia, e sim de uma das formas de organização do tráfico de drogas liderada pelo traficante Jackson, que comanda o narcotráfico também na área da ocupação do Riacho Doce no bairro do Guamá.



Imagem 2- A Milícia começa a ocupar a Terra Firme.
Fonte: Jornal Diário do Pará (2009b).



Imagem 3- Tráfico cala as comunidades de Belém.
Fonte: Jornal o Liberal (2008).

É dessa forma que os comandantes do tráfico de drogas vêm atuando em algumas áreas da periferia, tirando proveito da precariedade da segurança pública e da situação de insegurança que a população periférica vive.

O uso de armas de fogo é uma possibilidade de territorialização de grupos criminosos ligados ao circuito do narcotráfico na periferia, onde o território dominado torna-se a base funcional das atividades ligadas à facção criminosa. Também, ressalta-se a questão da identidade territorial, que é criada pelas facções que dividem o espaço e entram em conflito pelo domínio do território. Embora a pesquisa destaque para o fato da territorialização ocorrer em áreas favelizadas da periferia urbana, percebe-se que nos últimos anos vem se ampliando as áreas de influência do tráfico para o centro da cidade, em alguns locais estratégicos, tendo como público alvo a classe média, como ocorre na Avenida Doca de Souza Franco. Isso ocorre em função da disputa por mercados no bairro. “Quanto mais acirrada for essa disputa, mais fragmentará o território da cidade” (SOUZA; SILVA; BARBOSA, 2005, p. 113).

Assim, na escala metropolitana, nota-se a “fragmentação do tecido sociopolítico espacial” (SOUZA, 2000), que reflete o processo de territorialização dos grupos criminosos armados em favelas e outros espaços populares da cidade, acompanhada pela territorialização das classes altas em espaços autosssegados, como condomínios fechados. A cidade fragmentada significa, em outros termos, uma cidade sem vida, destituída de seu sentido pleno, que é o encontro das diferenças, a festa, o confronto de ideias e, mais que tudo, a democracia (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2007).

Quanto mais os bairros do Guamá e da Terra Firme aparecem como destaques da criminalidade nos meios de comunicação e nos dados da Secretaria de Segurança Pública (SEGUP), maior vai ser a segregação socioespacial que estes bairros tendem a sofrer. Embora o crime controle algumas áreas, há de se admitir que a criminalidade envolve por completo essas comunidades.

Nas áreas destacadas onde existem grupos criminosos com domínio do território, observa-se um acirramento das condições de vida, com a limitação de possibilidades de ascensão econômicas e bem estar social e cultural, pois, a cidade se “fecha” e o bens e equipamentos públicos ficam restritos a certo limite de circulação no espaço intraurbano metropolitano. Com isso, crescem as atividades ilícitas, o preconceito, a criminalidade o tráfico de drogas, a estigmatização e as taxas de homicídio, ou seja, tudo aquilo que contribui para a violência urbana. Trata-se de uma rede social que está sendo fragilizada e

que aos poucos vai sendo substituída por outra rede social atrelada à expansão do tráfico de drogas na periferia da cidade, como em algumas áreas do Guamá e da Terra Firme.

O território, enquanto uso, tem o seu significado para a economia do tráfico de drogas. É visto como fonte de recursos para os traficantes que lucram com a atuação territorializada do crime, e por isso, passa a ser palco de conflitos entre facções rivais. O envolvimento dos atores sociais com funções específicas é uma forma de mostrar o quanto a criminalidade relacionada com o tráfico de drogas em Belém está enraizada na periferia e organizada no território.

Os bairros populares não fogem dessa regra e, por isso, o Guamá e a Terra Firme foram incorporados no imaginário popular da metrópole como os bairros mais criminalizados da cidade. Isso só faz aumentar as desigualdades e o preconceito em relação ao morador da baixada, pois se cria um tecido urbano fragmentado pela exclusão social e dividido pelo crime.

4.5 A ORGANIZAÇÃO LOCAL DO CRIME E O CONFLITO ENTRE FACÇÕES RIVAIS PELO USO DO TERRITÓRIO

Pode-se dizer que existe hoje na periferia da metrópole um crime organizado que está aos poucos criando raízes que podem no futuro enfraquecer o poder do Estado e inserir ainda mais a cidade no contexto internacional, nacional e regional do narcotráfico.

A noção de “crime organizado” esconde mais do que revela as pequenas nuances e as grandes diferenças da diversidade de atores, redes e práticas que caem sob a acusação social (e o respectivo processo de informação) por infringir, regular e articuladamente, artigos do Código Penal e de Leis Especiais. (NISSE, 2007, p. 140-141).

Não podemos afirmar que os trabalhadores informais, como um todo, por exemplo, fazem parte de um crime organizado pelo fato de não pagarem impostos ou representarem o circuito inferior da economia. A noção de crime organizado é muito mais que isso, envolve policiais, políticos e até mesmo grandes autoridades da nossa justiça. Mas, se tratando do tráfico de drogas em uma escala intraurbana, existe uma organização local articulada com uma organização global. É justamente o sistema aberto e fechado de que trata o território-rede e o território-zona, já apresentados nesta pesquisa.

A organização local do tráfico ocorre por meio de funções específicas, atribuídas aos atores sociais envolvidos na trama das redes ilegais. Tem-se assim, uma forma de coibir a ação de outros grupos, ou até mesmo das próprias práticas sociais que possam vir a enfraquecer o comércio do tráfico de drogas.

Primeiro destaca-se a boca de fumo, geralmente em uma área com becos, em ruas estreitas ou não asfaltadas que dificultam a atuação da polícia, mas que está dentro de uma área central dentro da zona de influência do tráfico de drogas naquele local. As bocas de fumo, como são conhecidas popularmente, ou seja, os locais onde se vende drogas no Guamá e na Terra Firme, são protegidas por alguns atores, como os soldados do tráfico, que diante de um conflito com uma facção rival, protegem o território. Além disso, esses soldados do tráfico se encarregam na cobrança de quem tem alguma dívida com o sistema, ou até mesmo, na coerção aos elementos considerados “estranhos” ao território, reprimindo os bandidos que atuam na área controlada pelo grupo, pois afasta a possibilidade da polícia ir com mais frequência no local quando diminuem os assaltos.

Outra forma de organização do tráfico em escala local está na presença do “olheiro”. Ele fica responsável por avisar quando a polícia está chegando à área. Pelo telefone celular se estabelece o contato e rapidamente, assim o grupo se recolhe ou então esconde as armas. O “olheiro” fica na área de influência da facção, o papel dele é alertar o gerente da boca e os aviões.

Na passagem Ligeira existe a presença de vários olheiros que avisam quando a polícia está entrando no território. Quando isso acontece, a polícia acaba por não encontrar nenhum elemento que apresente atitude suspeita. O mesmo ocorre na Lauro Sodré com o Tucunduba, lá também durante o dia os bandidos ficam com uma bola fingindo estarem jogando pelada na rua, trata-se de uma forma de despistar a polícia. O mesmo ocorre em “bocas de fumo” do bairro do Guamá.

Também é importante analisar o papel do avião dentro do esquema do comércio de entorpecentes. Ele é responsável pela venda da “farinha” ou “ouro branco”, apelido denominado pelos traficantes ao pó de cocaína. A função dele é essencial, pois ele se encarrega de pegar na “boca” as petecas e fazer a comercialização pelo território. Geralmente o consumidor não tem conhecimento de onde vêm as petecas, ele só sabe que na área vende, ou seja, procura o avião e compra o produto. Isso corresponde a uma estratégia de proteção da “boca de fumo”. Na Napoleão Laureano, Mundurucus e Condurú, São João, Caraparú, João de Deus e 14 de abril, todas no bairro do Guamá, o comércio

pode ser feito por telefone celular, por meio de encomenda, o que deixa mais protegida a “boca”. No bairro do Guamá já existe até mesmo o comércio realizado por moto taxi: o consumidor liga e a encomenda, chega de moto, direto da “boca de fumo”. É a organização local do tráfico em escala intraurbana, que se aproveita da tecnologia para melhor realizar o comércio da droga.

Existem os limites para a atuação dos aviões na hora de desempenhar o comércio/varejo do pó e da pasta de cocaína: deve-se realizar em locais onde eles se sintam seguros contra qualquer possibilidade de desarticulação do esquema. São utilizadas linguagem em forma de códigos que só eles entendem e gírias criadas pela própria criminalidade e aplicadas ao cotidiano da periferia.

Os aviões podem se aventurar em vender em festas de aparelhagem e alguns pagodes da periferia, onde a procura é muito grande e o preço da peteca pode ser elevado. Nas pesquisas de campo, foi possível atentar-se para as imensas filas que se formavam nos banheiros, local onde a droga é cheirada pelos consumidores nas festas. Não podemos apontar para uma participação dos donos dos estabelecimentos visitados no sistema ilegal do narcotráfico. É muito mais uma imposição do tráfico, pois traficantes e consumidores de cocaína são também clientes em bares, pagodes e festas de aparelhagem.

Nos pagodes do Guamá, como a “Esquina do Samba”, os aviões vendiam dentro e fora da festa. A maioria dos frequentadores já conhece a prática da venda de entorpecentes dentro do estabelecimento. Nas festas de aparelhagem na “Arena Show”, na Bernardo Sayão, também no Guamá, são muito comercializados, uma vez que estas festas superlotam a casa de show. Devido a esse fator, muitos criminosos comercializam a droga nestes locais, sendo os banheiro o principal ambiente para o uso da droga.

Na Terra Firme, nos pagodes do Jabiraca e do Chicão, na São Domingo, os banheiros em uma determinada hora são tomados por consumidores de pó, assaltantes que roubam para consumirem droga e bebida alcoólica nas festas. Nesse sentido, pode-se relacionar o tráfico de drogas com o aumento da criminalidade não apenas nesses bairros, mas na grande Belém, sobretudo, nos bairros periféricos.

Essas casas de show são influenciadas pelo narcotráfico em escala local, ou seja, estão localizados geograficamente em áreas de influência de alguns grupos, por isso, é inevitável a venda de entorpecentes. Ao mesmo tempo, o dono do estabelecimento não pode fazer nada em relação a esse acontecimento, pois teme sofrer represálias.

É nestes termos que funciona o movimento do tráfico de drogas na periferia enquanto um esquema organizado, pois;

Movimento é o nome que se deu ao mercado local de drogas – inicialmente a maconha – nas favelas, nos conjuntos habitacionais, nas vilas e em outras áreas da periferia urbana do Rio de Janeiro, habitadas em sua grande maioria por populações de baixa renda. Seja sinônimo de “boca de fumo”, seja como uma ampliação de seu significado original, de “movimento de vendas”, a expressão apareceu pela primeira vez como jargão no jogo do bicho. Atualmente, o movimento comparece na gíria de consumidores e vendedores de drogas ilícitas para representar vários e diferentes aspectos desse mercado (MISSE, 2007, p. 144).

Quando se ouve a frase “o movimento tá forte,” significa que dizer que o tráfico está fortalecido com o comércio da droga em determinada área, agora se a frase é o “movimento tá fraco”, é porque o comércio/varejo da droga, por algum motivo, nessa área está enfraquecido, podendo ser pelo fato da “boca estar quebrada”. Isso ocorre quando a polícia estoura uma “boca de fumo”, enfraquecendo a atuação do grupo na área, ou ainda pode enfraquecer o movimento quando a droga é apreendida e não abastece todas as “bocas” dos bairros. Quando ocorre um desabastecimento na escala local, o preço da peteca pode subir de R\$ 20,00 para até R\$ 30,00 ou R\$ 40,00 devido à grande procura e a pouca oferta, ou seja, obedece à lei de mercado.

Em relação aos conflitos envolvendo facções rivais, o bairro da Terra Firme apresenta mais conflitos que o bairro do Guamá. A área do igarapé do Tucunduba, que envolve os dois bairros e é conhecida como o limite entre eles, apresenta altos índices de homicídios, principalmente no lado da Terra Firme, onde as facções da Ligação e da Lauro Sodré com o Tucunduba entram direto em conflitos, contribuindo para o aumento dos números de homicídios no bairro. Do lado do bairro do Guamá também ocorrem conflitos envolvendo o tráfico de drogas, principalmente pelo chamado “acerto de contas”, ou então, represália a quem desobedece às ordens do chefe do tráfico.

Na “territorialização perversa do tráfico”, a violência se manifesta e se apresenta como uma característica dos bairros periféricos. A disputa de grupos rivais por áreas de influência nesses bairros transforma o cotidiano dos moradores em uma verdadeira fobópole, segundo o trabalho de Souza (2008). Para este autor, “fobópole é uma cidade em que grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (entre outras síndromes fóbico-ansiosas, inclusive transtorno de estresse pós-traumático) por causa da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança” (SOUZA, 2008, p. 40).

Essa sensação de insegurança ocorre por todo o bairro, tanto no Guamá, quanto na Terra Firme. A insegurança é algo que adoce a população e envolve toda a metrópole. Não se trata mais de uma violência periférica, ela atinge o centro da cidade e compromete o bem estar das classes médias: Belém está sitiada pelo crime e contaminada pelo medo. O resultado desse processo é a autosegregação das elites, que se isolam em condomínios fechados, promovendo uma segregação imposta, fragmentando o espaço da metrópole.

“Em suma, a violência introduz mais uma desigualdade social e territorial numa cidade que já possui muitas” (CANO, 1997, p.39). A questão da violência urbana em Belém é algo que vem incomodando o Estado e a sociedade nos últimos anos. O cidadão de bem vem acompanhando o aumento de número de assassinatos na grande Belém. Embora a pesquisa tenha escolhido apenas estes dois bairros para tratar da questão do tráfico de drogas, outros bairros periféricos de Belém e da região metropolitana sofrem territorialização do tráfico de drogas e outros tipos de criminalidades que assombram a população de bem que tem que conviver com esta triste realidade em seu cotidiano.

Diário do Pará
Belém-PA, 25/08/2009 **POLÍCIA** 7

“JACK” TERIA MANDADO MATAR TRÊS

Acidente mata dois a caminho de Vigia

UM MOTOQUEIRO E UM CICLISTA MORRERAM ATROPELADOS POR UM ÔNIBUS NA PA-127

DIVÂNIA BATISTA
Castanhal

Na noite do último sábado, um ciclista e um motociclista morreram após terem sido atropelados por um ônibus da empresa Transnobre. Segundo o registro da polícia, o motorista do coletivo fugiu sem prestar socorro às vítimas.

As vítimas foram identificadas como Manoel da Silva Sinhô, de 39 anos, e Francisco Gomes de Oliveira, 52, ambos trabalhadores rurais. O fato ocorreu às 18h30, no km 8 da PA-127, que liga Castanhal a São Domingos do Capim.

O acidente foi brutal. Na

TRAFICANTE TERIA ORDENADO CHACINA NA TERRA FIRME NO ÚLTIMO DOMINGO

AMAURY SILVEIRA

As execuções de três homens no último domingo, no bairro da Terra Firme foram investigadas pessoalmente ontem pelo delegado Emir Miranda, diretor da Seccional do Guamá. Segundo ele, está confirmada a participação no caso do traficante Joaquin, vulgo “Jack” ou “Chicote”.

Segundo policiais, “Jack” é um dos líderes do tráfico no bairro que teria tido alguns de seus pontos de venda de drogas invadidos na passagem Nova União e rua Lauro Sodré pelo bando que era liderado pelo traficante “Tander”, da passagem Ligação. Na semana passada, a disputa por esses pontos gerou o assassinato de um “soldado” de “Jack”, conhecido por “Jumbo”.

Milícia

Foi aberto um inquérito sobre as mortes na Delegacia da Terra Firme, sob a responsabilidade da delegada Tânia Nascimento, diretora da unidade. Está sendo apurada também a denúncia de que “Jack” organizou uma milícia que vem operando como um poder paralelo na Terra Firme.

Pinheiro, 19, e Márcio dos Santos Rocha, 20. Assim, resolveram atirar neles de surpresa, pois certamente haveria troca de tiros e não completariam a missão, que era matar “Tander”.

Emir Miranda disse que um assunto que estava lhe tirando a tranquilidade foi a informação de que o traficante “Jack” teria dado ordem para os comerciantes da Terra Firme fecharem suas portas na tarde do domingo. Emir afirma que o comércio local funcionou normalmente na segunda-feira e que está atento para qualquer transgressão à ordem.

As Polícias Civil e Militar planejam ocupar as áreas de atuação de “Jack”

Teria sido “Tander” quem o assassinou com diversos tiros.

Isso desencadeou uma série de ameaças entre os dois bandos. Soube-se que, antes de morrer, “Jumbo” alardeou que “Tander” teria que morrer, pois fora quem havia “caguetado” para a polícia o paradeiro do pistoleiro matador “Soró”, homem de confiança e parceiro de “Jack”. Ele foi preso pela polícia do Guamá e já se encontra recolhido em

unidade do Sistema Penal, no bairro da Cremação.

No plano de “Jack”, no último domingo, seus “soldados” deveriam matar “Tander”, que se chamava Alessandro Cardoso Nascimento, 20 anos. Mas, ao chegarem ao local, vestidos com trajes de garis, os matadores encontraram com “Tander” e seus parceiros “Pé de Pato” e “Trepinha”, que se chamavam respectivamente Wagner Almeida



Imagem 4- “Jack” teria mandado matar três.

Fonte: Diário do Pará (2009c)



Imagem 5 - Milícia da Terra Firme comemora morte de rival.
Fonte: Diário do Pará (2010a)

BELEM, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 2009

policia@oliberal.com.br ■ Tel.: 3216-1071

POLÍCIA

Cresce registro da violência
Delegada Sílvia Andréa diz que as vítimas são incentivadas pelo Lei Maria da Penha. Páginas 4 e 5.

Morte no final de perseguição
Carlos Sérgio Gomes tentou escapar em vão dos assassinos que o perseguiram em moto. Página 2.

OLIBERAL

Onze mortos na guerra do tráfico

De sexta-feira até ontem, onze pessoas morreram no Estado em disputas por pontos de

veenda ou por questões ligadas às drogas. Ontem, três jovens foram executados a bala na Terra Firme. Os assassinos trajavam uniformes de garis e pertencem a grupo rival.

Briga por pontos de venda de drogas provoca três mortos na Terra Firme

Briga pelo domínio do tráfico de drogas no bairro da Terra Firme fez mais três vítimas. Wagner Almeida Pinheiro, 19 anos, o "Pé de Pato", Márcio dos Santos Rocha, 20 anos, o "Trepinha", e Alessandro Cardoso Nascimento, 20 anos, o "Tander", foram mortos no início da tarde de ontem, na passagem Santana, próximo da Rua Ligação. O crime ocorreu por volta das 13h30, quando três homens vestidos com uniforme de garis dispararam vários tiros em direção ao grupo que conversava na porta de uma residência. Tander e Trepinha foram atingidos por vários disparos e morreram na hora. Pé de Pato foi socorrido e levado para o Hospital do Pronto Socorro Municipal do Guamá, onde morreu.

Ná hora em que Tander foi atingido, Trepinha correu em direção ao final da passagem e sumiu. O que ninguém sabia é que ele também havia sido morto, o que só foi descoberto meia hora depois, quando uma moradora da área pisou em uma área alagada e percebeu o corpo do rapaz. Ao descobrir que se tratava de um cadáver, a mulher se assustou e gritou: Familiares de Trepinha, que a essa altura achavam que o rapaz havia conseguido escapar, se desesperaram ao descobrir que ele estava morto. Foi o próprio irmão da vítima que o reconheceu no meio do mato. "Meus Deus, ele não merecia morrer dessa forma", gritava o irmão.

"Ninguém sabia que ele estava morto, pois o corpo ficou escondido entre duas casas. Tinha a certeza de que ele havia fugido na hora dos tiros", comentou outro morador do local.

Sem saber o que estava acontecendo, populares começaram a correr desesperados, o que causou um grande tumulto no local. "Não sei o que está acontecendo, mas corri porque disseram que era o grupo rival que estava invadindo a área", contou uma moradora do local. Enquanto uns tentavam se proteger invadindo residências outros corriam desesperados em direção ao final da rua. O tumulto fez com que algumas pessoas caíssem no meio da multidão.

De acordo com informações policiais, o crime pode estar ligado à guerra do tráfico que ocorre na Terra Firme. "Tudo leva a crer que seja briga por domínio de pontos de drogas, pois a característica é de uma execução", suspeita um dos policiais militares, que esteve na área.

"LIGA DA JUSTIÇA"

Um morador da área, que preferiu não se identificar te-

mando represálias, apontou um traficante identificado apenas como "Jack", como sendo o mandante das execuções. "Existe uma briga entre grupos de traficantes que dominam a área e quem matou esses três rapazes foi o grupo do Jack. Ele é o chefe da "Liga da Justiça", que é o nome do grupo que comanda a área da Lauro Sodré e da rua Nossa União, rivais do grupo da Rua Ligação. Ninguém que mora na Ligação pode passar para o outro lado, pois eles ameaçam. Todos sabem quem está por trás dos crimes, mas ninguém fala por medo", revelou o morador.

De acordo com o delegado Francisco Sombra, da Seccional do Guamá, a Polícia vai investigar a ligação das vítimas com os grupos de traficantes da área. "Ainda não podemos afirmar nada, pois, somente as investigações é que vão poder apontar o motivo das mortes. Trata-se de uma execução, pois os acusados já se aproximaram das vítimas atirando e vestidos de garis", declarou o delegado. O crime será apurado pela delegacia da Terra Firme.

Parentes choram a morte de Trepinha, executado por integrantes da Liga da Justiça

Imagem 6 - Onze mortos na guerra do tráfico.
Fonte: O Liberal (2009b)

Nas imagens recortadas de jornais locais, é enfatizada a guerra do tráfico de drogas, ou seja, os conflitos envolvendo grupos ou facções rivais e que vêm contribuindo para a expansão da violência urbana. O bairro da Terra Firme aparece com frequência nos destaques dos jornais da cidade, pois geralmente as reportagens tratam de temas

relacionados ao tráfico de drogas, principalmente sobre o conflito que envolve as facções da Lauro Sodré e da Passagem Ligação.

Essa ênfase ao bairro da Terra Firme diz respeito à estigmatização que o bairro sofre hoje não apenas da sociedade belenense, mas também, dos meios de comunicação, pois os dados que serão apresentados e a pesquisa de campo realizada, assinala para conflitos envolvendo o tráfico de drogas também no Guamá.

O bairro do Guamá não enfrenta uma situação, como o do bairro da Terra Firme, envolvendo facções rivais que disputam o controle do território em áreas de influência. Um fator que explica essa situação é o fato de que o bairro é controlado, quase que completamente, por apenas um narcotraficante e por isso não existem facções rivais. O Guamá é o campeão de homicídios de Belém, e pode-se sim relacionar com o tráfico de drogas, “acertos de contas” e latrocínios praticados por grupos de assaltantes que muitas vezes usam o dinheiro para o consumo de cocaína. Também, é importante frisar, como já enfatizado, que os traficantes de algumas áreas do bairro do Guamá vêm ordenando a execução de ladrões que roubem na área de atuação do tráfico de drogas. É a organização criminosa do narcotráfico se articulando em redes de proteção para consolidar sua atuação na periferia.

Os dados que serão apresentados a seguir tratam da questão dos homicídios em Belém e não estão levando em consideração a mortes relacionadas a acidentes no trânsito e suicídios e sim apenas aqueles que envolvem latrocínios e outros tipos de homicídios que de fato caracterizam crimes violentos contra a pessoa. Assim, percebe-se que o bairro do Guamá e o bairro da Terra Firme são os que apresentam as maiores taxas de homicídios. São os dois bairros mais envolvidos pela bacia do Tucunduba. Destaca-se que o Guamá dispara em relação aos outros pelo fato de ter uma população mais numerosa, mas este fator não o exclui do grupo dos bairros mais violentos da metrópole. Por outro lado, o bairro da Terra Firme com uma população inferior ao do bairro do Guamá apresenta a segunda maior taxa de homicídios sendo acompanhado pelo Benguí, com a terceira maior taxa de homicídio dentro da grande Belém.

Como já destacado, nos últimos anos vem crescendo nos bairros periféricos de Belém o chamado “acerto de contas”, que significa o assassinato de pessoas que estão com alguma dívida com o tráfico de drogas. Essa dívida pode surgir por conta do vício. Quando o viciado deixa algum objeto na “boca de fumo” dizendo que pagará a dívida em uma data programada, não cumprindo o trato, passa a ser perseguido. Também ocorre perseguição

quando o gerente da boca está endividado com o distribuidor pelo fato de não estar repassando o dinheiro do acordo. Outra forma de ocorrer o acerto de contas é quando algum avião ou viciado entrega a “boca de fumo” para a polícia. Para o tráfico de drogas, quem entrega o esquema deve pagar com a própria vida, pois colocaram o sistema em risco.

De acordo com os dados referentes ao período de 2005 a 2009, apresentados no gráfico e na imagem a seguir, pode-se verificar uma maior concentração dos homicídios nos bairros do Guamá e da Terra Firme. São apresentados os dez bairros com os maiores números de homicídios de Belém e percebe-se uma alternância no ranking que sempre esteve liderado pelo Guamá. Também é crescente o crescimento do número de homicídios envolvendo a área do canal do Tucunduba, associada ao tráfico de drogas, por acerto de contas ou disputas de pontos estratégicos para a comercialização.

A área do canal do Tucunduba, na divisão entre os dois bairros mais violentos da capital, é influenciada pelas redes ilegais do narcotráfico e dividida em território controlados por grupos de criminosos, o que contribui para que as taxas de homicídios sejam altas nessa área, deixando bem clara a relação entre tráfico de drogas e violência urbana, baseada na lei da periferia conhecida como “deveu, morreu”, e é essa a realidade dos bairros do Guamá e da Terra Firme.



Fotografia 11 - O medo da violência na área do Tucunduba.
Fonte: Couto (2010).



Fotografia 12 - Curiosos em volta de um corpo jogado às margens do Tucunduba.
Fonte: COUTO (2010)



Fotografia 13 - Homem executado no Tucunduba a mando do tráfico de drogas.
Fonte: Couto (2010).

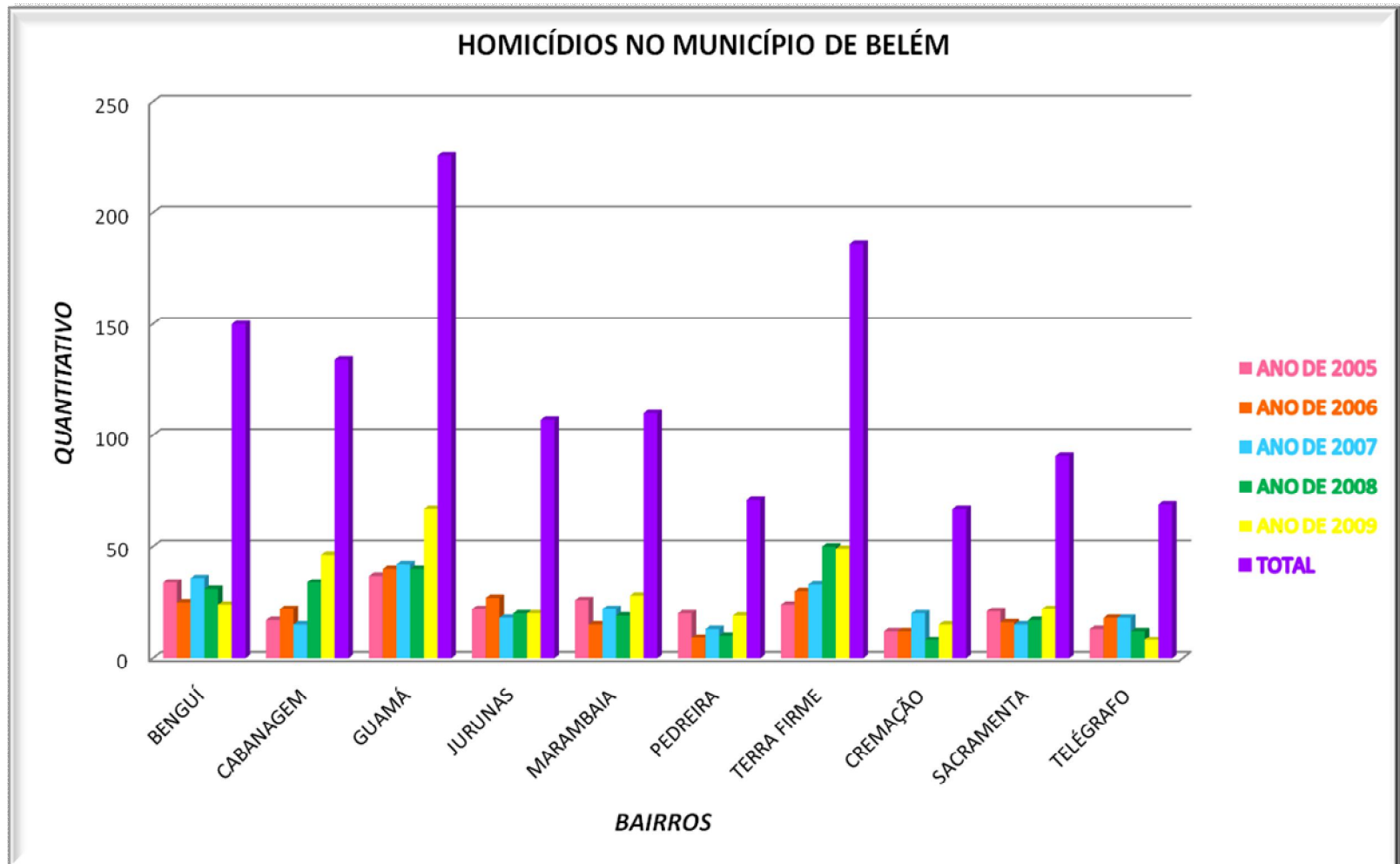
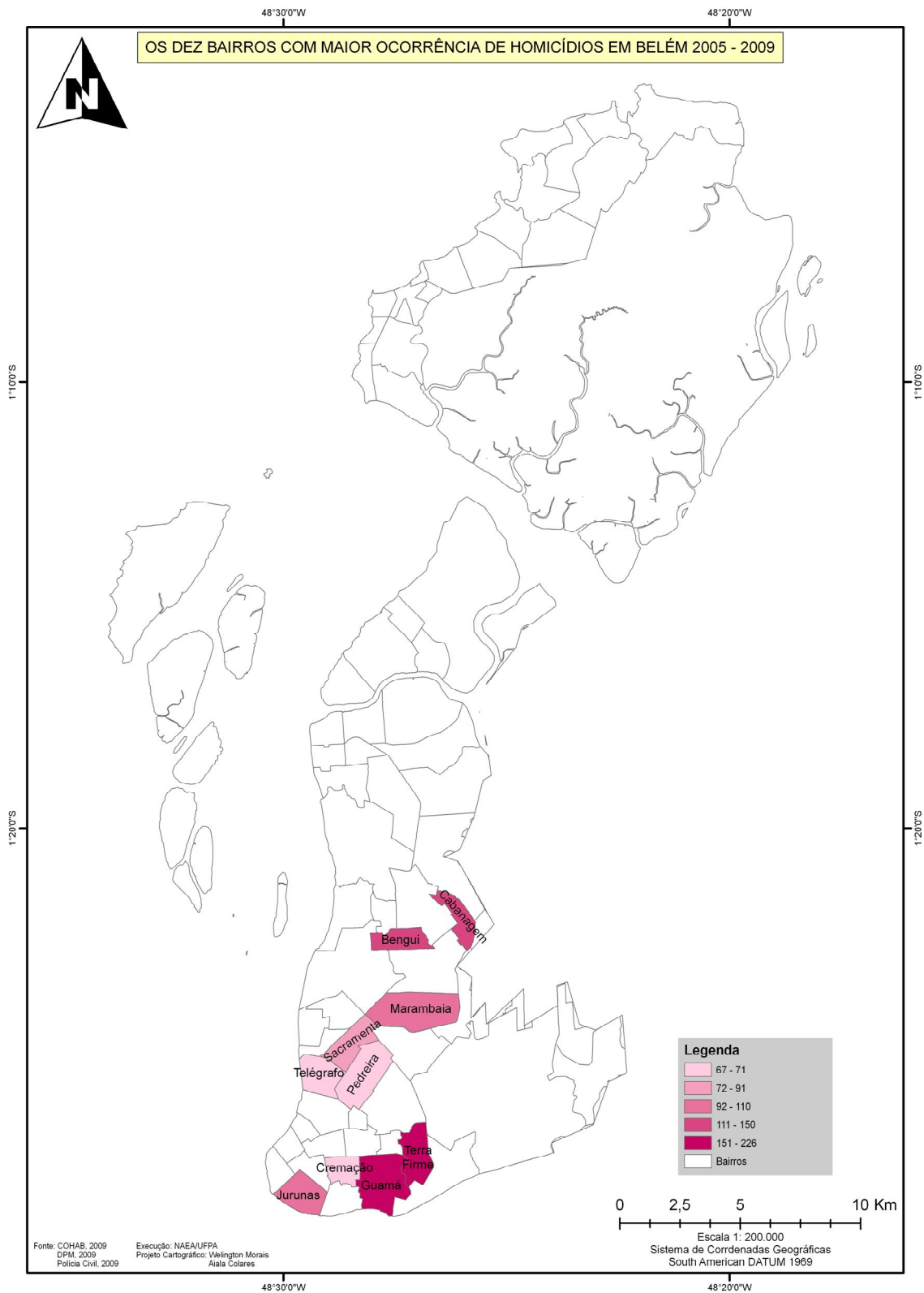
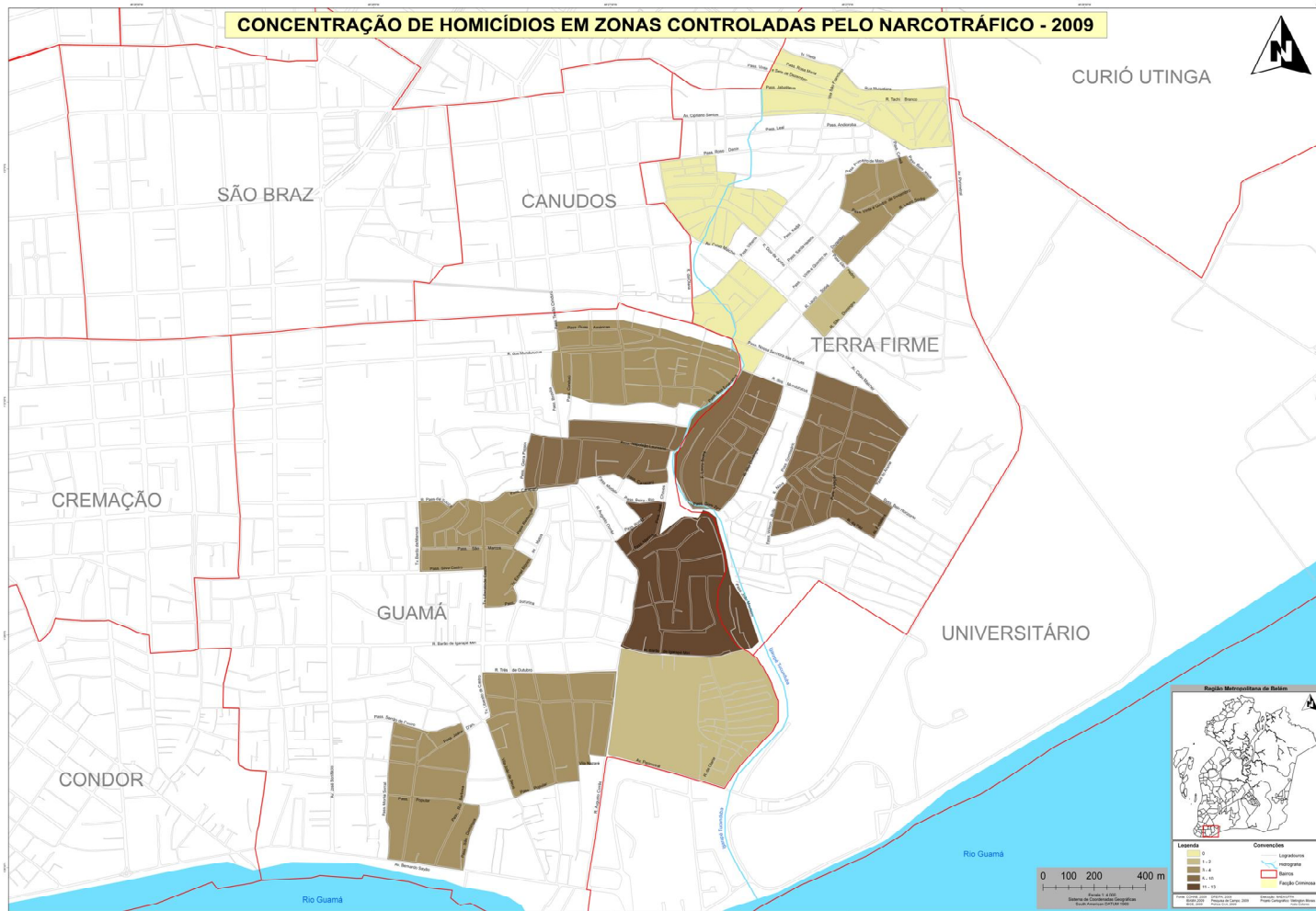


Gráfico 1 - Homicídios nos dez bairros mais violentos de Belém (2005-2009).

Fonte: PARÁ (2009)



Mapa 8 - Mapa dos dez bairros com maior número de homicídios de Belém.
Fonte: PARÁ (2009).



Mapa 9 - Concentração de homicídios em zonas controladas pelo narcotráfico no Guamá e na Terra Firme (2009).

Fonte: PARÁ (2009)

Em torno do igarapé do Tucunduba, pode-se associar a pobreza urbana e a desorganização socioespacial com o tráfico de drogas e com as altas taxas de homicídios. Isso caracteriza os bairros do Guamá e da Terra Firme como os mais violentos de Belém. É nesse sentido que se torna relevante levantar a questão sobre a criminalidade na periferia relacionada com o narcotráfico e o poder que as redes ilegais têm de desestruturar o território enquanto legítimo do Estado-nação.

Para a avaliação de uma possível existência de cidadania, têm-se como critérios a forma de como o Estado promove a distribuição de seus benefícios e serviços para a sociedade, a fim de garantir o atendimento aos seus cidadãos, diminuindo a população marginalizada do país.

O Estado brasileiro ainda não encontrou o caminho para efetivar os direitos sociais de seus cidadãos. As políticas sociais sempre estiveram subordinadas ao processo de acumulação de capital, o que explica por que a oitava economia mundial tem a octogésima posição em desenvolvimento social, que se mede pelos direitos sociais fundamentais: trabalho, educação e saúde (ZALUAR, 1994, p. 10).

Nos bairros apresentados ainda não se percebe a construção de uma cidadania mais abrangente que seja capaz de apagar a imagem do mal que se construiu sobre o Guamá e a Terra Firme, principalmente em relação à área do Tucunduba. Estes bairros ainda concentram uma grande parcela da população em locais que representam sub-habitações e ainda enfrentam carência nos serviços públicos.

Para Zaluar (1994 p. 11):

É neste contexto socioeconômico mais amplo que o consumo de drogas tem crescido gradativamente entre as parcelas mais pobres da população do Brasil, as mais afetadas pelas falhas da escola e do mercado de trabalho em lhes dar esperança e projetos para o futuro. Não falta, pois, no Brasil, o que Becker chamou de “motivação de um ato desviante”, deriva de uma situação na qual o agente social não aceita a ordem social ou o atual estado do jogo social e político e se revolta contra ele. Não que a pobreza explique o ato desviante, mas ela pode, em conjugação com falhas do Estado na criação de possibilidades de ascensão social, assim como a nova cultura hedonista que faz parte da cultura do jovem, facilitar a escolha ou a adesão às subculturas de uso de drogas ilícitas.

Os índices de homicídios são dados que apavoram e de fato comprovam a inquietação do pesquisador com a referida temática envolvendo os dois bairros. Não seria um exagero afirmar que, entre os pobres do Guamá e da Terra Firme, existe uma maior

pressão para o envolvimento com grupos criminosos, como vem ocorrendo, e sendo apontado pela pesquisa. A facilidade em se obter armas é um estímulo para a ação criminosa, além disso, é justamente essa população que esbarra com mais frequência na repressão policial, que prende os viciados pobres que passam a fazer parte dos dados estatísticos da Polícia Civil e Militar, enquanto que poderia existir atendimento médico e psicológico como forma eficaz de diminuir o consumo da droga.

Assim, a existência de um “mundo das drogas” vincular-se-ia à observação de redes sociais que organizam sua produção, distribuição e consumo, bem como a conjuntos de crenças, valores, estilos de vida e visões de mundo que expressam modos particulares de construção social da realidade (VELHO, 1994, p. 24).

A rede social do tráfico de drogas já está consolidada em áreas que foram apresentadas e analisadas neste trabalho, sobretudo, em torno do igarapé do Tucunduba. A imagem da execução de um jovem na Terra Firme é um grande exemplo de que bandos armados controlam o território de forma ilegal, desafiando o poder do Estado. A execução quase sempre parte do comandante do tráfico, é uma forma de demonstrar as relações de poder que se estabelecem no território.

[..] Seria, por outro lado, ingênuo ignorar que o uso de drogas por diferentes grupos só é possível nas nossas circunstâncias sociohistóricas, a partir da existência de redes nacionais e internacionais que expressam interesses políticos e econômicos. Assim, o fenômeno cultural apresenta a sua inevitável dimensão de poder. Especificamente o tráfico internacional de drogas mobiliza recursos e atores que atuam de modo clandestino e semiclandestino, constituindo-se em poderoso instrumento de poder (VELHO, 1994, p. 27).

É inegável a relação do tráfico de drogas nos bairros do Guamá e da Terra Firme com as redes ilegais do narcotráfico em escala internacional. E, o igarapé do Tucunduba aparece como uma área estratégica para a distribuição/comercialização/consumo da droga. Por isso, existe uma intensa disputa pelo controle da área. E isso, contribuiu para que a área tenha elevadas taxas de homicídios. A condição social aparece como uma particularidade na escolha dos atores sociais do tráfico, e assim, para o fortalecimento da rede social do crime.

O medo da violência se manifesta de forma clara nesses dois bairros. As grades nas casas, mesmo humildes, são estratégias de segurança própria que os moradores promovem como auto defesa. A reprodução da criminalidade aprofunda as desigualdades sociais e

fragmentação territorial da metrópole. A periferia passa a ser associada ao medo e à criminalidade, a “imagem do diabo”. Por outro lado, as áreas nobres de Belém são áreas que se fecham com medo dos pobres da periferia, sobre o “cerco da violência”, mas mesmo os ricos tendo mais o que oferecer, são os pobres da periferia que estão mais expostos ao risco.

Guamá e Terra Firme são bairros associados pela sociedade belenense ao sinônimo de violência, criminalidade, medo, e tráfico de drogas, não que outros bairros sejam excluídos desse imaginário, mas os dois bairros populares de Belém já se consolidaram enquanto bairros discriminados. A pesquisa levanta elementos que dão conta dessa explicação e os dados apresentados só comprovam os fatos. Assim, estamos diante de uma reprodução simbólica da violência que só aumenta o ódio dos jovens criminosos da periferia em relação aos outros. E o tráfico de drogas representa a grande base para este fato.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia está incorporada à lógica organizacional das redes ilegais do narcotráfico, que utilizam o Brasil como área de trânsito da droga em direção aos principais mercados consumidores do mundo, além de conviver com a materialização do comércio da droga internamente. Nesse contexto, buscou-se relacionar nesta pesquisa as categorias redes e territórios, local e global, fixos e fluxos, ou seja, uma abordagem que levou em consideração a questão do tráfico de drogas articulado em redes em Belém.

Entender o narcotráfico na periferia da metrópole sem antes de tudo compreender a dinâmica das redes seria um trabalho incompleto e sujeito a perguntas sem respostas. Por isso, levantou-se, a todo o instante, a ideia de uma organização territorializada em rede, pois o tráfico de drogas não nasce na periferia, a sua origem está “fora”, o que se materializa “dentro” é resultado dessa articulação, ou seja, entre o que se produz “fora” do território e o que se manifesta “dentro” dele. Pode-se falar de uma abertura/fechamento que envolve a lógica zonal e a lógica reticular do tráfico de drogas em Belém.

A pesquisa demonstra a ameaça que o narcotráfico representa para a integridade política, social e econômica do Estado brasileiro, um problema de fronteiras que acaba por dar condições à manifestação de conflitos sociais no interior das metrópoles. A questão urbana hoje deve ser entendida também a partir desses conflitos sociais. As redes têm um papel preponderante na estruturação de territórios que surgem em prol de interesses de diversos atores sociais.

A região amazônica tem todas as condições necessárias para que as redes ilegais a utilizem como local de passagem da droga: localização geográfica próxima aos principais produtores; fronteiras instáveis pela dificuldade de impedir atividades ilícitas e os rios como locais de escoamento da mercadoria, sobretudo a bacia amazônica transfroteiriça, que leva direto aos países andinos.

A outra face das redes ilegais do narcotráfico se dá na fragmentação do espaço urbano das metrópoles, sobretudo, em áreas faveladas, desprovidas de infraestrutura com uma extrema concentração espacial da pobreza. São nesses locais que o tráfico encontra sua base territorial. Dessa forma, surgem grupos ligados ao crime organizado que promovem essa intermediação entre as redes, controlando os fluxos de entrada e saída das drogas que são comercializadas na periferia da cidade.

Belém está situada pelas redes ilegais do narcotráfico que se territorializaram em bairros populares periféricos, como o Guamá e a Terra Firme, onde a expressão da violência urbana é marcante e simbólica, representando as relações de poder que se estabelecem no território, criando conflitos pelo seu uso.

A organização local do tráfico de drogas, como foi apresentada na pesquisa, deixa bem claro que a criminalidade em Belém cria estratégias de controle de determinadas áreas que interessam para o narcotráfico. Para isso, as redes precisam se infiltrar em espaço que foram “esquecidos” ou que receberam pouca atenção do poder público, pois são nesses espaços que o tráfico de drogas recruta sua mão-de-obra barata e descartável. Daí entende-se porque no Guamá e na Terra Firme existe um número significativo de jovens envolvidos com a criminalidade.

A fragmentação do tecido sociopolítico da metrópole, que tem como resultado o aumento das desigualdades sociais e espaciais, cria condições favoráveis para a reprodução da economia do crime. E, os dois bairros (Guamá e Terra Firme) apresentados neste trabalho convivem cotidianamente com os reflexos negativos de um processo de urbanização excludente.

O território-rede e o território-zona, envolvendo o narcotráfico, têm em sua essência uma base material que vê o território enquanto recurso, pois é nele que se estabelece o comércio de entorpecentes que dá o lucro esperado ao traficante. É no território que se cria a logística de base operacional, com pontos fixos e móveis que são envolvidos pelas redes ilegais que integram ao sistema ilegal porções do espaço que muitas vezes não recebem atenção especial do Estado.

Por outro lado, a expansão da violência urbana em Belém tem como origem principalmente o narcotráfico. Portanto, o poder simbólico do tráfico de drogas, manifestado em forma de violência, dá um sentido mais amplo ao debate, visto que envolve as relações de poder que se estabelecem no território. Assim, duas dimensões do território puderam ser discutidas neste trabalho, além do território-rede e do território-zona. Trata-se do território enquanto sua dominação político-econômica e apropriação simbólico-cultural de acordo com a proposta de Haesbaert (2004). E nessa perspectiva, o tema ganha mais relevância ao demonstrar que outras formas de poder, além do poder do Estado, se manifestam na periferia de Belém, impondo limites e regras e subordinando a população aos seus interesses.

A necessidade de se buscar soluções que possam ser capazes de inibir a atuação das organizações criminosas ligadas ao tráfico não é uma tarefa fácil de realizar. O tráfico de drogas em escala global e local vem criando novas formas-conteúdos no espaço intraurbano das metrópoles brasileiras, o que comprova o papel importante que essa atividade tem de desorganizar o território do Estado e de reorganizá-lo de acordo com a sua proposta.

As redes ilegais manifestam, no espaço urbano, toda a dinâmica territorial do tráfico de drogas que envolve o local ao global e vice versa. Nestes termos, estudar o narcotráfico na periferia de Belém depende, em primeiro lugar, da análise das redes ilegais representadas pela articulação criminosa que se dá em cadeia e que utiliza as rotas sobre a região amazônica e que hoje são usadas para abastecer o tráfico na periferia.

Os bairros estudados apresentam uma lógica de organização das redes do narcotráfico, ou seja, o Guamá e a Terra Firme estão inseridos na trama das redes ilegais, pois algumas particularidades geográficas que foram apresentadas se tornam fatores atrativos para as atividades criminosas. A favelização que surge com a ocupação espontânea crescente, sobretudo na área do igarapé Tucunduba, é exemplo das desigualdades sociais e espaciais que o espaço da metrópole reflete. Além disso, as redes de distribuição/varejo/consumo incorporam a área aos interesses dos agentes hegemônicos do narcotráfico.

Há ainda o fato de que as redes se materializaram em territórios, assim surgindo territórios-rede e territórios-zona. Nesse sentido, o tráfico de drogas enquanto um sistema aberto configura um território em rede, demonstrando uma relação de fechamento/abertura, pois é preciso abastecer o mercado da droga na periferia pela periferia. Ao mesmo tempo, na periferia há os territórios-zona, fechados e envolvidos pelas redes, com delimitações geográficas, sujeitos aos conflitos, organizados em escala local.

É nesse sentido que a pesquisa buscou entender a relação das redes ilegais do narcotráfico com a “territorialização perversa” na periferia de Belém, apontando áreas controladas pelo crime no bairro do Guamá e da Terra Firme e destacando a funcionalidade do igarapé Tucunduba. A expansão da criminalidade em Belém tem relação direta com o aumento do consumo de cocaína e a disputa por pontos de venda de droga que vêm contribuindo para o aumento dos números de homicídios na cidade.

Com isso, o território da violência ganha destaque na mídia, compromete a população das baixadas, gera preconceito e discriminação e, ao mesmo tempo, junto com a

precária atuação do Estado, ajuda a fortalecer a criação de uma rede social do tráfico. O crime em redes é uma realidade da periferia de Belém, onde esses dois bairros destacados simbolizam os reflexos da violência que sofrem os pobres da periferia.

O controle do território por facções criminosas, que hoje vem organizando sua atuação em áreas desses dois bairros, desafia os órgãos de segurança pública e compromete a presença do Estado de direito. Cria-se assim, uma espécie de poder paralelo que vem tomando conta da periferia. As formas de violência impostas aos moradores dos bairros justificam as relações de poder que se estabelecem nas zonas de domínio do tráfico. É com essa afirmação que procuramos comprovar, com a pesquisa, a realidade vivida pela comunidade do Guamá e da Terra Firme.

A todo o momento buscou-se atentar para o fato de que o tráfico no Guamá e na Terra Firme não são fenômenos isolados e sim articulados aos circuitos produtivos na fronteira da Amazônia. A organização espacial dos bairros populares da referida pesquisa são exemplos típicos de uma urbanização precária, problemática, que fragmentou o tecido urbano da metrópole, enfraqueceu a rede social comunitária e permitiu a infiltração das redes do narcotráfico. Por isso, os bairros tornaram-se violentos, a área do Tucunduba aparece como o grande “nó da trama” e de lugar de resistência, transformando-se em lugar de perversidade do crime devido às altas taxas de homicídio.

Os motivos apontados para que o jovem periférico seja incorporado na trama das redes ilegais serve de base para uma melhor compreensão acerca da formação social e organização espacial do narcotráfico. A “territorialização perversa” do crime organizado depende de uma rede social, e por isso a concentração da pobreza é relevante para a expansão do crime, ou melhor, para o surgimento de “espaços criminalizados” ou crescimento da criminalidade violenta.

Os estudos sobre violência urbana na metrópole devem partir da realidade específica do lugar e da possível relação com fenômenos externos ao território que podem, ou não, ter influência em certos acontecimentos. Pode-se ressaltar que a articulação do narcotráfico na periferia da cidade de Belém se dá por meio de interesses externos, que dão significados ao uso do território. O tráfico de drogas nos bairros do Guamá e da Terra Firme tem seus verdadeiros comandantes que controlam o esquema de distribuição, onde os traficantes se conflitam pelo controle definitivo de determinadas áreas para a comercialização da droga. Essa disputa territorial leva a uma maior exposição à violência urbana, na qual os pobres da periférica correm um risco maior, e isso faz parte da realidade

vivenciada pela comunidade do Guamá e da Terra Firme, onde tráfico tem o poder de influenciar na vida das pessoas.

Este tema pertinente para as Ciências Sociais não se encerra por aqui, é um incentivo a mais para a manifestação de interesses voltados para a realização de diagnósticos que sejam interessantes para a formulação de políticas públicas que poderão ser inseridas no contexto social da periferia do Guamá e da Terra Firme, abarcando toda a comunidade e fortalecendo uma rede social cidadã, construindo direitos humanos, justiça social e incentivando a construção da cidadania, reduzindo as desigualdades e eliminando preconceitos que estigmatizam a comunidade.

O esforço conceitual-teórico-metodológico realizado nesta pesquisa é resultado de uma intensa batalha pela busca de respostas contundentes ao fenômeno do narcotráfico. Negar a existência de territórios controlados pelo crime é renegar a luta pela construção de uma cidade mais democrática. Além disso, isso significaria negligenciar a precária atuação do Estado em locais que hoje são portas abertas para o tráfico de drogas. As respostas levantadas aqui não são isentas de críticas ou de outras respostas que possam ser mais plausíveis.

Cabe ao pesquisador traçar os caminhos que serão percorridos pelo andamento do estudo. As dificuldades encontradas ao longo do trajeto representam um elemento a mais a vir contribuir pela curiosidade de se buscar as respostas e, se possível, propor soluções. Dessa forma, a temática abordada não é tida como encerrada, e sim reiniciada pela própria dinâmica que as redes representam. Seja qual for a rede, elas sempre terão o poder de estruturar e desestruturar o território. Nesse caso, pode-se falar de uma violência urbana em rede, de um tráfico de drogas em rede, de uma “territorialização perversa” em rede, de um território a partir de uma lógica zonal e reticular que envolveu os bairros do Guamá e da Terra Firme e que refletem na realidade da população belenense.

REFERENCIAS

ABRANCHES, S. A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. In: VELLOSO, P dos R. (Org.). **Fórum Nacional: a construção da modernidade econômico-social.** Governabilidade, sistema político e violência urbana. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1994.

ALCANTARA, C. M. M. **O processo de constituição e redefinição do espaço urbano em Belém:** área do Tucunduba. Belém: NAEA, 1998.

ARENDT, Hanna. **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520** - Informação e documentação - Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 2003. 3 p.

_____. **NBR 14724** - Informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 2005. 2 p.

_____. **NBR 6023** - Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 2002. 24 p.

_____. **NBR 6027** - Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 2003. 2 p.

BADIE, B. **Le fin des territories.** Paris: Fayard, 1995.

BAKIS, H. **Les réseaux et leurs enjeux sociaux.** Paris: Universitaires de France, 1999.

BARNES, J.A. Redes Sociais e Processo Político. In: FELDEMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas:** métodos. São Paulo: Global, 1987.

BECKER, B. A. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, ano 50, t.2, p. 99-125, 1988. Edição especial.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, n. 19, 2005. Disponível:<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____. Amazônia: **Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

_____. A. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, 2001.

BENAKOUCHE, T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

BERGER, P. L. A realidade da vida cotidiana. In: _____; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973. (Antropologia, 5)

BERQUE, A. **Vivre l'espace au japon**. Paris: Universitaires de France, 1982.

BIJKER, Wiebe E., HUGHES, Thomas P., PINCH, Trevor (Edt.) **The social construction of technological systems. New Directions in the Sociology and History of Technology**. Cambridge: The MIT, 1987.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANO, Ignácio. **Análise territorial da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISEER, 1997.

CARDOSO, R. C. I. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (Org.). **A aventura antropológica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARLOS, A. F. A. **O lugar do/no mundo**. São Paulo: Papyrus, 1996.

CASTELLS, M. Rumo ao estado-rede. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E REFORMA DO ESTADO. São Paulo, **Anais...** São Paulo: Maré, 1999.

_____. **Fim do milênio.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2003. v. 1.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. **Determinantes da criminalidade:** uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão n.º 956).

COMPANHIA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO (CODEM). **Monografia das Baixadas de Belém.** Belém: PMB, 1986.

COLONOMOS, A. Emergence d'un objet et perspectives internacionalistes. In.: CHARILLON, F. et al. **Sociologie des réseaux transnationaux.** Paris: Editions L'Harmattan, 1995.

CORREA, R. L. A. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: SILVA, José B. da; COSTA, Maria Clélia L; DANTAS, Eustógio W.C. (Org.). **A Cidade e o urbano.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1995. v. 1, p. 131-136.

_____. A. Redes Geográficas: cinco pontos para discussão. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e (Org.). **Novos Estudos de Geografia Urbana.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999. v. 1, p. 65-70.

_____. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

COUTO, A. **A geografia do crime na metrópole: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém.** Belém. NAEA/UFPA, 2008.

DAVIS, M. **Planeta favela.** São Paulo. Editora: Boitempo, 2006.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: _____; SILVEIRA, L. L. S (Org.). **Redes, sociedades e territórios.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Redes eletrônicas no território brasileiro. In: __CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. Costa; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Brasil: questões atuais na organização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

DIAS, Lia Ribeiro (Org.). **A Revolução da mobilidade: o celular no Brasil: de símbolo de status a instrumento de cidadania**. [São Paulo]: Plano Editorial, 2002.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 2 Rio de Janeiro: 34, 1997.

DEPERTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO, 1974.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do Tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

_____. **Nem guerra nem paz: Comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

DUFFY, Mary E. **Methodological triangulation: Vehicle for merging quantitative and qualitative research methods**, Journal of Nursing Scholarship, n. 19, v. 3, p 130-133, 1987.

DUPUY, G. Les effets spatiaux des techniques de télécommunications: ouvrons la boîte noire! **Bulletin de l'IDATE**, n. 7, p.77-83, 1982a.

_____. et al. **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1982b.

FERREIRA, Carmena Fadul. **Produção do espaço urbano e degradação ambiental: um estudo sobre a várzea do Igarapé Tucunduba (Belém-PA)**. São Paulo: USP, 1995.

GODOY, Arilda S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, n. 2, v. 35, mar./abr. 1995a.

_____. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, n. 3, v. 35, maio/jun. 1995b.

GOMES, P. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRAHAM, S.; MARVIN, S. Telecommunications and the city. Eletronic spaces, urban places. London, New York: Routledge, 1996.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia**: teoria e pesquisa, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio-ago. 2006.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. et al. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

IBGE. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ISHIDA, E. **Política de segurança integrada da Amazônia**: utopia ou realidade? Santiago Dantas: [s.n.], 2006.

JACK teria mandado matar três. **Jornal Diário do Pará**, Belém, 25 ago. 2009c. Caderno Polícia.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAANEN, John Van. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quartely**, n. 4, v. 24, dez. 1979.

MACHADO, L. O. O comércio de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, Iná E...[et al.] **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.15-64.

_____. Notas sobre o complexo coca – cocaína na Amazônia sul – Americana. In: RELATÓRIO CNPQ; FINEP. [S.l.]: [s.n.], 1998.

_____. Região, Cidades e Redes Ilegais. Geografias Alternativas na Amazônia Sul-americana. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. (Org.) **Regiões e cidades: cidades nas regiões**. São Paulo: Edunesp, 2003.

MANNING, Peter K. Metaphors of organizational discourse. **Administrative Science Quarterly**, n. 4, v. 24, dez. 1979.

MARTINS, J. S. **A Sociedade Vista do Abismo**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

MASSEY, D. Power-geometry and a progressive sense of place. In: BIRD, J. et al. (Edt.). **Mapping the futures, local cultures, global change**. Londres; Nova York: Routledge, 1993.

MILÍCIA começa a ocupar Terra Firme. **Jornal Diário do Pará**, Belém, 7 jul. 2009a. Caderno Polícia.

MILÍCIA constrói até casas na Terra Firme. **Jornal Diário do Pará**, Belém, 7 jul. 2009b. Caderno Polícia.

MILÍCIA da Terra Firme comemora morte de rival. **Jornal Diário do Pará**, Belém, 7 abr. 2010a. Caderno Polícia.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

MIRANDA NETO, J. Q. **Redes, território e competitividade: as estratégias das empresas de telefonia celular no Estado do Pará**. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, n. 21, v. 61, 2007.

MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1991

_____.; COSTA, V.M.A. **A valorização do espaço**. São Paulo, Hucitec, 1987

MOREIRA, R. **Da região à rede e ao lugar**: a nova realidade e o olhar geográfico sobre o mundo. Rio de Janeiro: AGB, 2001.

MUSSO, P. Gênese et critique de la notion de reseau. In: PARROCHIA, D. **Penser les reseaux**. Seusey: Champ Vallon, 2002. p.194-217.

NASCIMENTO, D. M. **A Amazônia segundo a política de defesa nacional**. In: CASTRO, C. Amazônia e defesa nacional. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

NOVAES, A. **Tráfico de drogas e lavagem de dinheiro**: um estudo sob sobre a atuação das redes ilegais na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

OBSERVATÓRIO de Favelas. **Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro**. 2006. Disponível em:<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/arquivos_noticias/file/caminhada%20de%20criancas,%20adolescentes%20e%20jovens%20no%20trafico_ofrj_nov202006.pdf>. Acesso em: 5 maio 2008.

OLIVEIRA, J. M. C. de. **Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização em Belém (Pa)**. 1992. 195 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, R, C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

ONU. **Relatório sobre tráfico de droga**. 1994.

ONZE mortos na guerra do tráfico. **Jornal O Liberal**, Belém, 24 ago. 2009b. Polícia.

PARÁ. Secretária De Segurança Pública. **Dados estatísticos sobre a violência urbana**. Belém: Secretária de segurança pública, 2008a.

_____. Seccional Urbana De São Brás. **Boletins de ocorrência**: furtos e roubos 2007-2008. Belém: [s.n.], 2008b.

_____. Polícia Civil. **Relatório ...???** Belém: Polícia Civil, 2009.

PEDRAZZINI, YVES. **A violência das cidades**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANDOLPH, R. Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo? Reflexões acerca das novas formas de articulação social e territorial das sociedades. **Revista Geografias**, ano 1, n. 2, p. 27-53, 1999.

_____. Tecnologias de informação e comunicação, redes de computadores e transformações socioespaciais contemporâneas. In: DIAS, L. C; SILVEIRA, L. L. S (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____. **Relatório sobre o tráfico de drogas**. 2009.

RODRIGUES, A. M. **Moradias nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

RODRIGUES, E. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém**. Belém: NAEA;UFPA, 1996.

_____. **De lugar de exclusão à força do lugar: a favela em uma “baixada” de Belém vista pela ótica da resistência**. Rio de Janeiro: [S.l.], 2009.

RURHOFF, A. L. **Geopolítica das drogas**. Santa Maria: UFSM, 1998.

SACK, R. **Human territory: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 1979.

_____. Por uma geografia das redes. In: _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 208-222.

_____. **Técnica, espaço e tempo:** globalização e meio técnico, científico, informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A Urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. São Paulo: Record, 2001.

SCHLEMMER, B. A. A ética da profissão: da responsabilidade política do cientista à responsabilidade científica do pesquisador – um itinerário da antropologia francesa. In: ARANTES, A. A., RUBEN, G. R., DEBRET, G. G. (Org.). **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo.** Campinas: UNICAMP, 1992.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo C, C.; CORRÊA, Roberto. **Geografia:** conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. M. As drogas e a questão urbana no Brasil: a dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo C, C.; CORRÊA, Roberto. **Geografia:** conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____.O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo C, C.; CORRÊA, Roberto. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 96

_____.**Considerações gerais sobre o direito à circulação na cidade e a soberania urbana.** 2007. Disponível em:<<http://www.observatoriodefavelas.org.br>>. Acesso em: 5 maio 2008.

_____. **Fobopóle:** o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Mudar a cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

SOUZA, Jailson de; SILVA, Jailson da; BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

_____; FERNANDES, Fernando Lannes; BRAGA, Raquel Willadino. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2009.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: UNESP, 2008.

STEIMAN, R. **O mapa da droga**. 1995. 75 f. (Monografia) Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

SUDBRACK, M.F.O. Abordagem comunitária e redes sociais: um novo paradigma na prevenção da drogadição. In: D.B.B., Carvalho, M.F.O., Sudbrack; M.T. Silva, (Org.) **Crianças e adolescentes em situação de rua e consumo de drogas** Brasília, DF: Planalto, 2004.

TERRA FIRME é um dos mais violentos. **O Liberal**. Belém, 27 abr. 2008. Atualidades, p. 15.

TRACY, E.M.; MARTIN, T.C. Children's roles in the social networks of women in substance abuse treatment. **Journal of Substance Abuse Treatment**, n. 32, v. 1, p. 81-88, 2007.

TRINDADE JUNIOR. S. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana**. 1998. [não paginado]. Tese (Livre Docência), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

_____. S. C. Agentes, redes e territorialidades urbanas. **Revista Território**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 31-50, 2002.

_____. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

UEDA, V. Dinâmica do território em redes: implantação e difusão do telefone no rio grande do sul. In: DIAS, L. C; SILVEIRA, L. L. S (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

UNODC. **O Relatório Mundial sobre Drogas 2009**. Washington: UNODC, 2009.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: _____; ALVITO, M. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZALUAR, A. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In: VELLOSO, J. P dos R. (Org.) **Fórum Nacional: a construção da modernidade econômico-social: governabilidade, sistema político e violência Urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

_____. A criminalização das drogas e o reencantamento do mal. In: _____. (Org.). **Drogas e cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1999.